

8ª LEGISLATURA | 60º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA
SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICANÇO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jalsner Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picanço;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jalsner Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Mesa Diretora

- Ato da Mesa Diretora nº 002/2021 02

Ato da Presidência

- Atos da Presidência nº 001 e 002/2021 02

Superintendência Legislativa

- Ata da Sessão nº 2862 Ordinária - Íntegra 03

- Ata da Sessão nº 2863 Ordinária - Íntegra 19

- Edital de Convocação Sessão Extraordinária 25

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 0203 a nº 0206/2021 25

- Extrato do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 031/2021 26

- Extrato do 4º Termo Aditivo - Proc. 714/2021 26

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 4544 a nº 4547/2021 26

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MESA DIRETORA

ATO DA MESA DIRETORA Nº 002/2021

Transfere a Sessão Ordinária do dia 14 para o dia 15 de julho.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Transferir o dia da Sessão Ordinária do dia 14 para o dia 15 de julho, a ser realizada no Plenário Noêmia Bastos Amazonas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de julho de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2º Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2021

Cria Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 006/2021, de autoria do Poder Executivo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer no Projeto de Lei Complementar nº 006/2021, de autoria do Poder Executivo que institui a microrregião de água e esgoto no âmbito do Estado de Roraima e suas respectivas estruturas de governança, e dá outras providências.

Art. 2º Fica essa comissão composta pelos seguintes parlamentares:

I - Catarina Guerra;

II - Chico Mozart;

III - Evangelista Siqueira;

IV - Jorge Everton; e

V - Renan.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de julho de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002/2021

Cria Comissão Especial Interna para analisar e emitir parecer sobre os Projetos de Resolução Legislativa nº 043 e 044/2021, de autoria da Mesa Diretora.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial Interna para analisar e emitir parecer nos Projetos de Resolução Legislativa nº 043 e 044/2021, de autoria da Mesa Diretora que tratam da reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Fica essa comissão composta pelos seguintes parlamentares:

I - Catarina Guerra;

II - Chico Mozart;

III - Evangelista Siqueira;

IV - Jorge Everton; e

V - Renan.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de julho de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
ATAS
ATA DA 2862ª SESSÃO, EM 05 DE MAIO DE 2021
= ORDINÁRIA=
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO RENATO SILVA

(Em exercício)

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentesima sexagésima segunda Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** - Senhor presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que faça a leitura da Ata da Sessão Anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** - **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 017/2021, encaminhando a Prestação de Contas do Poder Executivo Estadual referente ao exercício financeiro de 2020. II - **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 095/2021, de autoria da deputada Catarina Guerra, que “dispõe sobre a interrupção do fornecimento dos serviços e energia elétrica e água das unidades consumidoras comerciais e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 096/2021, de autoria do deputado Coronel Chagas, que “institui e define diretrizes para a política pública ‘Da Dignidade Menstrual’ de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso ao protetor menstrual higiênico, e dá outras providências correlatas”; Projeto de Lei n. 097/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui a campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 098/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 014/2021, de autoria da deputada Angela Águida, que “declara de utilidade pública a Associação Rede de Apoio e Defesa dos Animais de Roraima – RADARR e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 015/2021, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, presidida pelo deputado Renan, que: “aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Roraima referente ao exercício de 2016, bem como a prestação de contas do Fundo de Modernização do exercício financeiro de 2016”; Proposta de Moção de Aplausos n. 033/2021, de autoria da deputada Tayla Peres, que “presta homenagem aos profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima”; Proposta de Moção de Pesar n. 032/2021, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que “presta solidariedade aos familiares e amigos do senhor João Marcelino de Souza Filho”; Requerimento n. 046/2021, de autoria do deputado Renato Silva, que “requer que o Projeto de Lei n. 119/2019 seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária”; Requerimento n. 047/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso, que “requer a tramitação em Urgência do Projeto de Lei n. 091/2021”; Requerimento n. 048/2021, de autoria do deputado Renato Silva, que “solicita a designação de reunião para tratar de assuntos de interesse da Microrregião de Santa Cecília, instituída pela Lei n. 004/2019”; Requerimento n. 049/2021, de autoria da Comissão Especial Externa presidida pela deputada Aurelina Medeiros, que “requer prorrogação de prazo por igual período”; Requerimento n. 050/2021, de autoria da deputada Catarina Guerra e deputado Renato Silva, que “requer a retirada de tramitação do Requerimento n. 044/2021, que dispõe sobre a constituição de Comissão Especial Externa para análises de questões relacionadas à utilização/transferência de bens da Companhia Energética de Roraima – CERR, para Roraima Energia S.A.”; Requerimento de Pedido de Informação n. 009/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “requer informações do responsável pela concessionária de telecomunicações, empresa Oi, com sede em Roraima, sobre o funcionamento e estrutura do fornecimento de dados e informações

por cabo de fibra óptica para o Estado de Roraima”; Requerimento de Pedido de Informação n. 010/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso, que “requer do Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima – SESAU, informações sobre a realização de campanha e sensibilização e defesa dos direitos dos portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais – DII, a ser comemorada anualmente na terceira semana do mês de maio”; Indicações n. 526 e 549, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicação n. 527, de autoria do deputado Odilon Filho; Indicações n. 528 e 529, de autoria do deputado Renan; Indicações n. 542 e 564, de autoria da deputada Yonny Pedroso; Indicações n. 523 a 525 e 533 a 541, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicações n. 543 a 548, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n. 530 a 532, de autoria do deputado Chico Mozart; Indicações n. 551 a 555 e 559 a 561, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicações n. 556 a 558, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; Indicações n. 562 e 563, de autoria da deputada Betânia Almeida; Memorando n. 020/2021, de autoria da deputada Angela Águida, justificando sua ausência na Sessão do dia 28 de abril de 2021. **III - DIVERSOS:** Ofício n. 037/2021, de autoria da Presidência do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima – Sindpol/RR, encaminhando a “revisão geral anual dos subsídios e remunerações”; Ofício n. 51229/2021, de autoria da Roraima Energia - Departamento de Engenharia, Expansão e Manutenção, em resposta ao Ofício nº 024/2021/Gabinete/RS; Relatório de Denúncia, de autoria da Associação das Produtoras, Produtores, Agricultoras, Agricultores Rurais, Extrativistas e Mineral do Estado de Roraima Uirapuru/Aparemu – RR.

Era o que constava no Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Quero aqui registrar a presença da deputada Yonny Pedroso, que está participando da Sessão, de forma virtual.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos senhores deputados para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Senhor presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Com a palavra, o senhor deputado Renan, por até 30 minutos.

Antes da fala do deputado Renan, quero registrar a presença do deputado Jalsen Renier, que está participando da Sessão, de forma virtual.

O Senhor Deputado **Renan** – Bom dia a todos! Em nome do presidente Renato Silva, eu cumprimento todos os meus pares, todos os presentes aqui na nossa Tribuna, e cumprimento todos os funcionários desta Casa.

Uso a palavra hoje, senhor presidente, é porque ontem tivemos uma reunião com o Excelentíssimo Senhor Governador, que foi muito sensível com a causa que nós levamos ontem para ele e sempre teve sensibilidade em resolver as demandas que este Parlamento tem levado para ele. Ontem não foi diferente, pois veio para esta Casa o Projeto de Lei n. 171/2020, a respeito do RPV dos advogados. Já tínhamos conversado com a deputada Catarina Guerra, que é vice-líder do Governo, deputado Coronel Chagas, líder do Governo, já conversamos com alguns deputados aqui, também, pois esse projeto que veio, através de mensagem governamental, diminui os precatórios de 26, que no caso é o que é hoje, para, na proposta que tem aqui, para 10. Se isso acontecer, será uma grande perda para quase 80% dos advogados do Estado de Roraima, que tanto precisam desses benefícios para poderem trabalhar e até se sustentar. Nós sabemos da importância da advocacia no Estado, sabemos que não é todo advogado que hoje tem seu próprio escritório. Parabéns ao presidente da OAB, Ednaldo Vidal, pela gestão que vem fazendo à frente da OAB. Ontem foi falado que a OAB vai inaugurar um escritório coletivo para todos os advogados que não possuem escritório. Então, eu quero deixar aqui o meu apoio a essa classe. Quero pedir aos nobres deputados, aproveitando a oportunidade, e pedir o apoio também do nosso líder do Governo, Coronel Chagas, também da Polícia Militar, advogado também, e, por sinal, um bom advogado, para que possamos chegar a um denominador, para que nem o Governo do Estado e nem a classe dos advogados possam perder com relação a esse projeto. Ele já tramita aqui nesta Casa, e eu queria, presidente, contar com o apoio dos nobres deputados, para que a classe dos advogados não perca com relação à diminuição desse valor, que é de 25, hoje, se eu não me engano, 25 salários e a proposta seria baixar para 10, o mesmo de São Paulo. Lembrando que São Paulo está em uma situação bem diferente do Estado de Roraima, pois é uma cidade que tem um desenvolvimento infinitamente maior que o Estado de Roraima. E eu acho que, hoje, principalmente com essa questão da pandemia, diminuir isso, principalmente nessa classe, que hoje 80% dos advogados dependem dessas ações, com certeza, ia ser uma perda, não só para a classe, mas também para quem também tem a receber. Então, ontem, nós estivemos lá com o Dr. Chaguinhas, que, por acaso, está aqui, estivemos com o Dr. Lúcio, estivemos com o Presidente da OAB,

estivemos com o governador Antonio Denarium, o secretário adjunto e o secretário Weber Negreiros. Fica aqui o meu pedido para que o governador, e eu tenho certeza que o governador é um governador das causas que sempre privilegiam a população, que esse projeto possa ser revisto e que exista um consenso para que a Ordem dos Advogados, os advogados e o Governo do Estado não tenham nenhuma perda, principalmente por conta da população.

Ficam aqui as minhas palavras. Deputado, estou confiante, na certeza de que teremos um parecer favorável na questão desse projeto. De antemão, conto com o apoio dos nobres pares. Só para deixar aqui bem claro que os advogados da OAB afirmam que irão reavaliar essa questão, propondo um valor em torno de 15 a 20 salários mínimos. Ainda vai ser realizado um estudo, mas, de antemão, independentemente do valor que chegue, e que se for o caso de 20 salários mínimos, eu agradeço e parabeno a sensibilidade do governador por ter nos atendido. E deixo aqui o meu pedido para essa classe, para que possamos entrar num consenso e beneficiar não só a OAB, mas todos os funcionários, principalmente os professores que têm precatórios a receber aqui pelo Estado de Roraima. Muito obrigado pela oportunidade, fiquem com Deus e até uma próxima oportunidade.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Com a palavra, o senhor deputado Jeferson Alves, por até 30 minutos.

Quero aqui acrescentar, no hall de oradores, a deputada Yonny Pedroso.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos que nos acompanham pela TV Assembleia, pelo Facebook, que nos ouvem pela Rádio, bom dia a todos.

Senhor presidente, o que me traz hoje a esta Tribuna é, mais uma vez, trazer à população esclarecimento de fatos. Esses últimos dias, eu tenho recebido em meu gabinete, ou por mensagens de WhatsApp, pelas redes sociais, muitas denúncias e reclamações em várias áreas. São tantas as áreas que eu, num gesto de não querer cometer nenhum tipo de injustiça, tive o trabalho de buscar, realmente, o que foi tratado na eleição de 2018 do então candidato ao governo Antonio Denarium, e Dr. Frutuoso. Eu fui e baixei no TRE o plano de governo. Esse plano de governo aqui, muito bonito por sinal, muito bem feito, bem elaborado, só que só está no papel, pois 90% do que foi tratado e prometido para as pessoas ficou apenas no papel. E como é um plano muito extenso, eu vou falar, hoje, especificamente de um tema. Nós vamos, até o fim deste mandato, tratar um por semana, para podermos cobrar do Governo do Estado o que ele tratou quando foi candidato, que é o nosso dever como parlamentar, é o dever dos deputados aqui, fiscalizar e cobrar do Executivo. Todo mundo sabe que vivemos um momento muito crítico referente à saúde pública, inclusive já vi vários deputados aqui nesta Casa usarem esta Tribuna, ou até mesmo apartear colegas em discursos inflamados sobre a saúde pública, porque enfrentamos um problema que já vem há muitos e muitos anos, não começou neste atual Governo, nós temos que reconhecer isso. Há deputados aqui que fazem visitas em interiores, em municípios, nos hospitais dos interiores, e conhecem, de perto, a dor e a necessidade das pessoas. Nós sabemos da preocupação de todos aqui. Pois bem, isso tudo já poderia ter melhorado muito, tendo em vista que o que foi prometido e pelo volume de recursos que veio para Roraima, a situação hoje poderia estar diferente, mas o que nós vemos é que, nesses últimos anos, dois anos e cinco meses de mandato, já se trocaram oito vezes o secretário de Saúde, por oito vezes foi mudado o secretário de Saúde.

Mas vamos lá, uma das promessas: diminuição no tempo de filas e espera para exames e cirurgias eletivas. Todo mundo sabe que todas as cirurgias estão suspensas, infelizmente, nós temos aí centenas de pessoas aguardando para que possa ser feita uma cirurgia. E aqui, eu quero ressaltar e lembrar de um caso específico, no qual eu vi, quando eu estive no Sul do Estado, de um jovem que já tem mais de um ano que quebrou o fêmur, está com a muleta esperando ser atendido para poder fazer uma cirurgia e não consegue.

Oferta de atendimento mais humanizado, melhoria em relação à acessibilidade de medicamentos, melhoria na relação entre médicos e usuários, ampliação e modernização da estrutura da maternidade, a famosa maternidade, no qual é a mesma de quando eu nasci neste Estado, é a mesma até o dia de hoje. Inclusive, eu quero fazer justiça a uma parlamentar que não se encontra presente aqui na Sessão, mas vai saber do que eu estou falando, que tem cobrado isso desde o primeiro dia de mandato: a deputada Yonny Pedroso, que tem feito cobranças duras e pertinentes para poder melhorar o atendimento das mães que precisam daquele atendimento. Ampliação de número de leitos, ampliação de UTI neonatal, aplicação e modernização da estrutura, clínica da mulher, criação da casa mãe canguru, ampliação da casa da gestante, criação de enfermarias adaptadas em comunidades indígenas e por aí vai... Se eu for relatar aqui, nós vamos passar cinco horas, no mínimo cinco horas, visto que tudo que está neste plano de governo aqui

parece um sonho, mas, na verdade, transformou-se em um pesadelo na vida do cidadão de Roraima, na vida de quem paga imposto, de quem precisa de um atendimento, de quem precisa de uma saúde pública. Infelizmente, a realidade eu nem preciso me externar muito aqui, vocês sabem porque sentem na pele, no dia a dia.

Mas por que você está trazendo isso hoje aqui, deputado Jeferson Alves? Por que essa cobrança? O porquê eu vou explicar. Ano que vem é ano de eleição, nós temos um candidato ao Governo, que está em plena campanha, e eu quero fazer um apelo à sociedade de Roraima, que não caiam em uma conversa de conto de fadas, em resumo, não caiam no conto do vigário, entenda que Roraima precisa dar uma chance ao Estado. Você pegar um plano de governo desse aqui, onde 90% não foi cumprido, é, no mínimo, taxar o nosso povo de idiota, é, no mínimo, achar que o nosso povo é bobo, é, no mínimo, achar que nós temos hoje um Governo que, simplesmente governa para uma camada da sociedade, que é minoria, e esquece da grande massa, que é a população mais humilde. Você que precisa de saúde pública, você que está na fila de espera de cirurgias, você que tem que comprar o seu medicamento. E que, vergonhosamente, nós vimos um vídeo do atual governador na rede social, dizendo que aqueles que estiverem gastando com compra de remédios, procurassem a SESAU para terem um reembolso. O que é isso, gente? Isso aí é se carimbar como um incompetente. Se você é gestor, se você é um governador de estado, você ir para uma rede social e dizer para a população que compra medicamentos, que vai reembolsar, mostra a má gestão, na qual ele faz referente à saúde pública. O reflexo é a mudança de oito secretários em menos de dois anos e meio, e quem paga essa conta somos nós, o povo deste Estado, que está nas filas dos hospitais, sem medicamentos, sem ter condições de atendimento humanizado, as mães que estão nas filas daquela maternidade, tendo que encarar dificuldades para poderem ganhar os seus bebês. Muitas vezes eu entrei em contato com o ex-secretário Marcelo Lopes, pela madrugada, pedindo providências, porque faltava até fio para poder fazer cirurgia lá, e ele me dizia que tinha acabado a quantidade de fios, que estava levando o HGR para lá, era um Deus nos acuda. E eu quero aqui fazer justiça, que enquanto o Marcelo Lopes esteve na posição de Secretário de Saúde, ele nunca deixou de atender um pedido, uma reclamação, uma cobrança, de algum deputado aqui, pelo menos do meu conhecimento. E das vezes que eu pedi e cobre dele, foi e fez o seu papel, trabalhou muito bem por sinal. Por mais dificuldades que havia na saúde, ele estava dando conta do recado. E uma coisa me causou estranheza: a substituição do Marcelo, porque, se você vê uma entrevista do governador, a cada 10 palavras que ele fala, 11 ele fala “a cada dia melhor”. Se está a cada dia melhor, se o time está ganhando, por que mexer em um time que está ganhando? Então nós temos que ter consciência e saber o que realmente está acontecendo. Nós temos a consciência de saber que a saúde não está funcionando, nós temos essa consciência, mas botar a culpa, especialmente no Secretário de Saúde, o homem travado sem condições de trabalhar, também é querer taxar o povo de bobo. Todo mundo sabe que, por onde o Marcelo passou, e eu não tenho aqui procuração para defendê-lo, foi um grande e exemplar servidor e muito preparado. Enfim, como eu disse no começo, esse plano de governo aqui tem várias páginas. Nós vamos estar aqui toda Sessão cobrando promessa por promessa, para que a população não se esqueça, e que ano que vem não caiam no conto do vigário e seja enganada mais uma vez. Era isso, presidente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Com a palavra, a deputada Yonny Pedroso, pelo tempo que for necessário.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Queria ter feito um aparte no pronunciamento do deputado Jeferson Alves, mas, infelizmente, não consegui, a internet parece que não está ajudando muito.

Mas o que me traz aqui hoje é a saúde do nosso Estado. Ontem tomou posse na Saúde do nosso Estado o oitavo secretário. Pasmem, em tempo de pandemia, em tempo em que a população está clamando por socorro, o governador brinca com a vida das pessoas e ele ainda vai nos meios de comunicação e diz que é normal fazer essas mudanças repentinas no organograma do Estado. Gente, nós estamos lidando com vidas. Lembro aqui: quem será que vai pagar por essas vidas que estão sendo perdidas? Por exemplo, nas últimas enxurradas que teve. Fala-se da Covid, mas nós temos situações que precisam de respostas urgentes, como as nossas cirurgias, como remédios para a população, porque essas doenças não deixaram de acontecer. Há pessoas com câncer com falta de medicamento, entre outras doenças que precisam ser observadas. Nas últimas chuvas que teve no HGR, fala-se sempre, joga a culpa nas gestões anteriores. Governador nós estamos no terceiro ano do seu mandato. Há pouco mais de um mês atrás, numa grande chuva que teve aqui no Estado, desabou o teto do HGR na parte da UTI onde havia pessoas entubadas, pacientes entubados, e dois dias depois esse paciente veio a óbito. Isso é culpa de quem? Quem vai pagar a conta por essas vidas, governador? Isso é falta de gestão. Nós temos aí o

oitavo secretário assumindo a pasta da saúde, e nós temos uma precariedade imensa em relação à saúde do nosso Estado. Pois bem, nós sabemos que a Assembleia Legislativa tem dado respostas com a CPI da Saúde, mas o que nós temos feito para que o governador, realmente, consiga atender com humanização, com medicação, com respeito à população? Nós temos uma CPI que suspendeu vários contratos no valor de 83 milhões de reais, e isso são processos que estão sob suspeita de desvio público. Nós temos também, nessa mesma esfera, processos e depoimentos de testemunhas que falam que o irmão do governador do Estado está envolvido. Isso não sou eu que estou falando não, isso foram testemunhas que apareceram na CPI para depor. Nós também estamos falando da primeira-dama do Estado, que também foi mencionada diversas vezes por depoimentos nesta Assembleia. Nós estamos falando da época que nós tentamos abrir um impeachment, ou vocês esqueceram dos respiradores que foram pagos e não foi efetivado o serviço? Vocês estão esquecendo das máscaras de 54 reais, umas máscaras de feltro, que fazia até vergonha de dizer que era material EPI, que os médicos, enfermeiros, e todo o corpo técnico utilizava? Vocês estão esquecendo de diversas vidas que foram perdidas nesse momento de pandemia pelo descaso, pelo descontrole, pela falta de planejamento do governador do Estado? Eu não culpo só o secretário não, porque o secretário estava para fazer o seu papel. Do que adianta ter um secretário numa secretaria que não tem autonomia? O Governador diz que não sabia de nada. Como que ele não sabia, que para um secretário pagar uma conta de luz, ele tem que ficar, no mínimo, no mínimo, de quatro a seis horas esperando a palavra final do Excelentíssimo Governador. Eu não culpo só o secretário não. Nós temos uma saúde que já está na UTI há anos, e que a pessoa não morre, sequer com o mínimo de dignidade. Como o deputado Jeferson Alves bem mencionou, a maternidade está um caos. Imagine você nesse momento de dificuldade, você enquanto mãe, você enquanto pai de família, esperar até quase 30 horas para fazer um parto por falta de leito, esperando em cadeiras, por falta de material básico como um fio de sutura para costurar a barriga de uma mãe que acabou de ter um bebê!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Deputada Yonny Pedroso, isso que Vossa Excelência traz a esta Casa, eu venho acompanhando isso há alguns meses de mandato aqui dentro. Vossa Excelência tem batido muito nessa tecla. Agora, só a título de informação, para a senhora ter certeza como está o pé da coisa, nós aprovamos nesta Casa um projeto, de autoria minha, que é autorizativo, para o Governo do Estado poder negociar diretamente com os laboratórios, quaisquer que sejam eles, aquisição de vacinas para podermos dar celeridade, Vossa Excelência aprovou também esse projeto, e nós aguardamos a sanção do Governo. Para a minha surpresa, o atual governador silenciou-se, e coube ao Presidente da Assembleia sancionar a lei. Neste momento em que vivemos de pandemia, que todo mundo só fala, nos quatro cantos do mundo, “vacina, vacina, vacina”, ele, na sua vaidade, que é maior que ele, preferiu silenciar-se do que fazer valer o projeto, e coube ao Presidente desta Casa, quero parabenizar o deputado Soldado Sampaio, sancionar, e hoje é lei. Graças à iniciativa de todos os parlamentares aqui, que tiveram essa sensibilidade. Só para a senhora ter a informação e ter a noção do descaso no qual nós somos tratados, referente à saúde pública. Temos um boeing, mas não temos um piloto. Na verdade, hoje, não temos Governo.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** continua – Obrigada, deputado Jeferson Alves. Quero até mencionar para que esta Casa não esqueça e a população: não estou aqui desdenhando nem desfazendo da competência do senhor Airton Cascavel, que acabou de assumir a pasta, mas lendo matérias, vi na revista Veja, e esta Casa também não pode esquecer, que no ano de 2009, o senhor Airton Cascavel estava à frente da pasta da Femarh, e esta Casa não aprovou a sua estada. Então, isso também ocorreu, não duvidando da sua capacidade técnica à frente da pasta, veio mensagens do palácio, por conta de brigas sorrateiras, dizendo que o senhor Airton Cascavel estava crescendo demais dentro do Governo, ele foi ludibriado e passado a perna por esse mesmo Governo, onde veio mensagens do palácio solicitando que ele não fosse autorizado a permanecer na pasta, ou vocês não lembram? Como é que agora... Eu também estava lendo na revista Veja, olhem só o enunciado: “mesmo sem nenhuma experiência anterior na área da Saúde, Cascavel era o homem forte da pasta do Ministério da Saúde”. Como é que o secretário atual, com toda sua competência de gestão no agronegócio, assume a área da saúde sem nenhuma experiência? Hoje nós não precisamos de articuladores políticos não, nós precisamos de pessoas técnicas que resolvam, que amenizem a situação da saúde do nosso Estado. Nós não precisamos de politicagem, como sai em toda mídia, sobre participação de senadores, de deputados, dentro da Secretaria de Saúde. Nós precisamos que o Governador honre o cargo dele, que se faça valer o título que ele recebeu. Então...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas**. – Deputada, eu peço um aparte para contra-argumentar a sua fala com

relação ao secretário de Saúde. Dizer que o ex-deputado Airton Cascavel não tem experiência, eu acho que não condiz com a trajetória e a biografia do senhor Airton Antônio Soligo. Ele não é apenas um empresário do agronegócio, o Cascavel, como é conhecido, além de empresário, foi prefeito de um município importante deste Estado, portanto, foi gestor. E a competência dele, como prefeito, o tornou o deputado estadual mais votado na primeira eleição para deputado estadual neste Estado. Ele foi presidente da Assembleia Legislativa deste Estado, foi vice-governador deste Estado, portanto, ele entende de gestão pública sim. Depois, ele foi o deputado federal mais votado, proporcionalmente, da história deste Estado, até a eleição de 2010. Foi Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado – Codesaima, foi Presidente da Femarh, e a senhora fala que ele não tem o nome aprovado aqui por uma questão eminentemente política de uma articulação do então chefe da Casa Civil, por questões pessoais. Eles trabalharam para não aprovar o nome dele aqui, e foi uma grande perda para o Estado de Roraima. Dizer que o deputado Airton Cascavel não entende da área de saúde, poderia se falar há um ano atrás, muito embora ele tenha sido prefeito e tenha tido uma Secretaria Municipal de Saúde, sob o seu comando, ele ter sido vice-governador e ter trabalhado numa gestão de um Governo de Estado. Mas, há um ano atrás, ele foi ser assessor especial do Ministro da Saúde. Dizem, e até saiu matéria, que ele era o ministro, de fato. Ele conheceu todas as políticas públicas de saúde deste País, conhece, a fundo o orçamento do Ministério da Saúde, foi convidado a permanecer no Ministério da Saúde após a troca do ministro, e o Airton preferiu sair. Então, ele tem sim conhecimento, tem preparo técnico para assumir o cargo que assumiu. Eu entendo que o governador Antonio Denarium fez um grande acerto em convidar o Cascavel para esse cargo, porque o conhecimento dele em Brasília é imenso, não só no Ministério da Saúde, mas em toda Esplanada, e também dentro do Congresso, com diversos secretários de saúde deste país, em todos os estados. E isso é importante neste momento de pandemia, ter alguém com esse conhecimento técnico e político à frente dessa pasta. O senhor Marcelo Lopes conduziu o bastão durante um ano e trouxe até aqui. A questão da saúde no País, em tempos de normalidade, já é a principal demanda do cidadão, e com a pandemia se tornou mais ainda importante, tudo é em cima da Secretaria de Saúde, então há um desgaste natural do Secretário de Saúde em tempos de normalidade, imagina na pandemia. Esse desgaste aconteceu com diversos secretários, não só aqui, mas em todos os estados. Pesquisem. No próprio Ministério da Saúde também ocorreu o desgaste natural dos ministros da saúde, e não seria diferente no Estado de Roraima. O Marcelo Lopes trouxe o bastão até aqui, houve um desgaste, e dentro desse desgaste procurou-se trazer um nome que pudesse ter as portas abertas na Esplanada dos Ministérios, e também com outros estados. Nós precisamos, como o governador falou, priorizar a vacinação, trazer mais vacinas para cá. Nós precisamos vacinar os profissionais de educação para que as aulas voltem à normalidade. Nós precisamos vacinar os grupos prioritários e eu acredito que o Airton Cascavel vai prestar um grande serviço, auxiliando, não só nessa parte, não é deputada Aurelina Medeiros, mas também na questão das cirurgias eletivas. Nós precisamos retomar isso e o Airton Cascavel assumiu esse compromisso de trabalhar isso, de olhar para o cidadão, de olhar para as famílias que precisam ter esse suporte do Estado, não só na questão da pandemia, mas também das outras doenças que afetam os cidadãos roraimenses. Então, eu não poderia ficar, deputada, silente, diante do seu pronunciamento, porque têm pontos importantes, mas nesse caso, eu acho que está sendo injusta com a biografia do senhor Airton Cascavel.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** continua. – Obrigada!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Renan Filho**. – Deputada, falando com relação à saúde, nós mesmos, aliás, nós mesmos visitamos, na verdade, temos visitado todos os hospitais do Estado de Roraima. Estão faltando alguns, ainda, mas os problemas que encontramos em todos esses hospitais são quase os mesmos. Têm muitas coisas boas, mas tem algumas coisas que precisam melhorar, como Vossa Excelência falou. Já mudamos vários secretários e o problema continua o mesmo. Acredito, acredito não, tenho certeza que quando o governador troca um secretário, ele troca com intuito de melhorar a saúde do nosso Estado. Concorro com a senhora, com relação à escolha, claro que isso fica a critério do governador, e eu respeito a escolha do Senhor Governador com relação ao nome do senhor secretário Airton Cascavel, mas também discordo com o que o nosso deputado Coronel Chagas falou, líder do nosso Governo, a respeito de que o secretário tem acesso aos ministros, ao Governo Federal, que ele é um cara muito influente em Brasília. Se fosse tão influente assim, não estava aqui em Roraima, estaria lá em Brasília, ajudando o Estado de Roraima. Acho que foi mudada a parte do Ministério, e se essa influência fosse tão forte, ele poderia estar lá em Brasília, pois, se estivesse lá, ajudaria mais do que se estivesse aqui. Acredito que deve fazer um bom trabalho como secretário. Esta Casa vai estar à disposição dele. Não sei qual é o

conhecimento médico-hospitalar que o secretário Airton Cascavel tem, mas este Parlamento torce para que ele tenha toda essa bagagem, todo esse currículo, toda essa grandeza que foi passada pelo nosso líder do Governo. Eu respeito as palavras do secretário, e que esse super conhecimento, esse mega, quase um Olimpo, quase um Deus do Olimpo de sabedoria através da política, pelo seu vice-governo, por ter sido o deputado estadual mais bem votado na história deste Estado, ele possa fazer isso também na Secretaria. Que ele seja o melhor secretário que este Estado já teve, que ele seja o melhor secretário e resolva todos os nossos problemas do Estado, pois está muito confiante. A responsabilidade com o currículo gigantesco que ele tem está deixando a população extremamente confiante. Que ele faça uma grande gestão. Então, desejo toda a sorte do mundo para o supersecretário, senhor Airton Cascavel, e que ele possa fazer um grande trabalho na saúde do nosso Estado, que tanto precisa, porque em Brasília eu acho que não deu muito certo, mas espero que aqui ele possa fazer um bom trabalho, sem críticas, sem nenhuma questão pessoal contra o nobre supersecretário. E espero que ele possa fazer, como eu acabei de falar, com o apoio desta Casa, um bom trabalho.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** continua. – Agradeço a participação dos deputados, mas quero dizer, senhor deputado Coronel Chagas, que em nenhum momento aqui estou duvidando da capacidade, como eu mesma já mencionei. A questão é a vaidade do Excelentíssimo Governador em não dar autonomia, de fato e de direito, para que o secretário assumira a pasta. Outra coisa, essa questão de biografia, realmente, e responsabilidade, vai se construindo com trabalho, com persistência, se ele quiser fazer. Se Deus quiser que ele tenha uma excelente gestão, vai acontecer, mas e os outros que passaram? Um já tinha assumido a secretaria municipal, o outro era médico, o outro era gestor, todos tinham a sua biografia, mas o problema que estamos falando é de um cargo desgovernado, em plena pandemia, onde nós temos muitas pessoas morrendo no hospital, onde há falta de medicamento no hospital. Cadê o planejamento, gente? Não existe! Agora, por exemplo, na vacinação, começaram a vacinação dos policiais militares e já foram suspensas e não apresentaram cronograma nenhum. Dizem que vão aguardar a segunda dose, e fica todo mundo sem saber onde vamos chegar com essa vaidade do Governo, que não respeita a vida das pessoas, não respeita as famílias enlutadas no Estado. Isso é um absurdo! É um absurdo uma mãe ir para a maternidade e esperar trinta horas para tentar fazer um parto, induzir um parto por falta de material! Isso é vergonhoso! É desumana a forma como a nossa saúde está sendo tratada no nosso Estado. Então, deixo aqui todo o meu repúdio, toda a minha revolta, toda a minha indignação, porque, diariamente, recebo reclamação em relação à saúde, não só eu, acredito que todos os outros deputados. Sempre que posso ajudo, de uma forma ou de outra. Sempre faço indicação, sempre bato na mesma tecla, e aqui ainda mais. Não é questão de ser oposição, de estar com briguinta com o Governo, não é não, gente; é a realidade que vivemos hoje no nosso Estado.

Outra questão também com relação à saúde no nosso Estado é com os atendimentos, com as pessoas com necessidades especiais do Viva. Em vez da primeira-dama estar fazendo politicagem antecipada com as cestas, poderia estar vendo o retorno do atendimento. Já que pode aglomerar, com um monte de gente babando, andando no interior ou qualquer lugar que seja, poderia classificar, colocar dia e horário para que retornem os atendimentos de pessoas que realmente precisam, que vão regredir se não tiverem terapia, que vão regredir se não houver atendimento, se não tiver remédios, pois os serviços estão suspensos... A Setrabes tem feito...

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Deputada, o seu tempo já expirou, mas vou dar mais um tempo para as suas considerações finais.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** continua. – Um minuto, senhor presidente. Então, é essa minha indignação, é o que hoje me traz aqui nesta Tribuna. Agradeço a oportunidade por mais um dia, agradeço a Deus, e que, realmente, esse secretário venha para fazer a diferença, porque, se for só mais um nome político de indicação para levantar o ego do governador, não precisamos; nós precisamos é de remédio, precisamos de atendimento humanizado, de profissionais adequados, precisamos de estrutura nos interiores do Estado, precisamos que a “coisa” funcione, que tenha humanização e valorização à vida. Bom dia e muito obrigado!

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Quero aqui fazer uma breve colocação sobre a fala da senhora deputada Yonny Pedroso, sobre a do senhor deputado Coronel Chagas, e do senhor deputado Renan Filho. Não quero aqui questionar no que se fala na questão de competência do senhor Airton Cascavel, que já foi deputado estadual, já foi presidente da Assembleia Legislativa. Eu o respeito pelas diversas vezes em que esteve representando o povo de Roraima, mas aqui quero deixar um conselho de amigo, de conhecedor da sua competência: que não permita que a Secretaria de Saúde, que é a mais importante para o Estado de Roraima, tenha influência política, tenha influência de parlamentares. A população,

por diversas vezes, reclama da saúde pública, mas vai às redes sociais, vai em defesa de políticos que têm influência, que têm contratos, que têm familiares se envolvendo na saúde pública. Se vocês querem uma saúde de qualidade, defenda que a saúde pública não tenha interferências políticas e de parlamentares, principalmente. Um gestor ou um secretário tem que ter cem por cento de autonomia junto com o Governo do Estado. Fica o meu conselho ao novo secretário de Saúde, respeitosamente, o senhor Airton Cascavel.

Não havendo mais oradores inscritos, neste momento, a presente Sessão será transformada em Comissão Geral, momento em que esta Casa receberá o senhor Orsine Rufino de Oliveira, presidente da Roraima Energia, conforme o Requerimento 41/2021 aprovado em Sessão Plenária no dia vinte e um do mês de abril de dois mil e vinte e um, de autoria do senhor deputado Renato Silva.

Quero enfatizar, esqueci de falar antes, para nós não incentivarmos essa questão das pessoas, do cidadão estar depredando e atacando os servidores da Roraima Energia, quebrando carro ou tacando pedras, pois você tem que entender, nós temos que entender que são pais e mães de famílias que ali estão trabalhando. Vamos procurar os nossos direitos via Assembleia Legislativa, Procon, Defensoria Pública e Ministério Público. Então, essa é a forma de nós buscarmos os nossos direitos, e não atacando, atacando pedras, atacando qualquer servidor da Roraima Energia.

Solicito que os membros desta Casa e a equipe técnica possam encaminhar o presidente da Roraima Energia para este Plenário. Quero comunicar que acompanham o senhor Orsine; o senhor Joaquim Moreira, diretor financeiro da Roraima Energia e o senhor Rodrigo Moreira, diretor técnico comercial da Roraima Energia.

Bom dia a todos! Quero aqui cumprimentar o senhor Orsine, diretor presidente da Roraima Energia; o senhor Rodrigo Moreira, diretor técnico comercial da Roraima Energia e o senhor Joaquim Moreira, diretor financeiro da Roraima Energia. Senhor Orsine, foi aprovado um requerimento, de minha autoria, inicialmente, pela nossa Lei n. 1389/2020, que foi aprovada por esta Casa Legislativa pelo senhor deputado Neto Loureiro, pela senhora deputada Yonny Pedroso, pelo senhor deputado Jânio Xingu e com a minha participação nesse projeto de lei, que hoje é lei. Essa lei foi aprovada em maio de dois mil e vinte, e a Roraima Energia entrou com uma ADI, tentando questionar essa lei e o STF entendeu que é válida sim, a Assembleia Legislativa de cada estado poder atuar sobre consumidor e empresa de energia. Devido a várias denúncias, eu estive na Roraima Energia e resolvi fazer esse requerimento para que o senhor possa, não somente aqui para os parlamentares, mas para toda a população que está nós assistindo pela TV Assembleia e pelas redes sociais e que acompanham o nosso trabalho. Então, quero passar a palavra para o senhor, caso o senhor queira fazer uma introdução sobre o que vai ser falado e depois vou passar a palavra para os meus caros parlamentares.

O Senhor **Orsine de Oliveira** – Deputado, presidente da Assembleia Legislativa Renato Silva, senhora deputada Tayla Peres e outros deputados que estão na Sessão, com grande prazer e responsabilidade com a nossa concessão do fornecimento de energia de Roraima, estamos aqui à disposição para esclarecer qualquer fato que for pertinente a este tema. Estamos honrados com este convite e achamos que a Casa do Povo é, realmente, o lugar onde se pode debater e encontrar soluções para tantos problemas que assolam, não somente o Estado de Roraima, mas também os municípios deste Estado e também a população. Convém esclarecer, deputado, que quando chegamos, depois do leilão para assumir a Roraima Energia, chegamos quase juntos com a transição do Governo Estadual e, seguindo a linha da nossa empresa, que é mais importante no contexto de distribuição de energia ou fornecimento de energia, como antes só fazíamos o fornecimento de máquinas geradoras, quando pegamos a distribuidora, a primeira coisa que fiz foi com as pessoas. Chegamos aqui e os salários estavam atrasados não sei quantos meses, uma calamidade total na empresa. Nós tivemos a consideração de respeitar o momento crítico que passava a população e não cortamos nenhum segundo a energia de nenhum servidor público e de nenhum membro da população de Roraima. Estamos aqui para prestar um serviço. Recebemos uma empresa altamente deficitária e com problemas grandes de gestão de pessoal e tudo isso dentro desses dois anos. Nós temos uma representação aqui que, antes de qualquer questionamento, seria muito bom se pudéssemos apresentar. Já sana algumas dúvidas e já ficaríamos dispostos às perguntas. Se o senhor concordar, então, seguimos essa linha: apresentação de dez minutos e passaria a palavra aos diretores técnico comercial e jurídico para que possamos esclarecer o que a população tanto anseia. Ok, posso passar?

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Vamos passar a palavra ao senhor diretor financeiro, Joaquim Moreira.

O Senhor **Joaquim Moreira** – Excelentíssimo deputado, presidente desta Casa, senhor deputado Renato Silva, em seu nome

cumprimento todos os demais deputados desta nobre Casa do Povo. Obrigado, primeiramente, pela oportunidade de trazer aqui esclarecimentos para o povo deste Estado sobre o serviço público do Estado, ao povo desse maravilhoso Estado, no qual vivo aqui há trinta anos, que aprendi a amar e tudo que tenho recebi deste Estado. Temos uma apresentação, não sei se pode ser projetada agora, na qual objetivamos trazer alguns esclarecimentos importantes da concessão. Creio que nela algumas dúvidas já serão sanadas, mas como diz o senhor Orsine, no término dela, ficamos abertos para esclarecer, porventura, dúvidas que ainda existam. Bom, pode passar o microfone, por favor. Como é de conhecimento de todos, nós aprendemos a nivelar todo o Estado de Roraima, que é composto por quinze municípios. Estrategicamente dividimos em cinco regionais para atender com maior eficiência o Estado. Nós atendemos mais de cento e oitenta mil clientes no Estado, e isso significa um fornecimento de cento e cinco megawatts hora de energia injetada por mês, e noventa mil horas de megawatts hora de energia por hora faturada ao mês. A concessão é composta por uma pequena central hidrelétrica Jatapu, mil cento e quatro colaboradores como força de trabalho, dezessete subestações de energia, dezessete conjuntos elétricos, dezessete mil e oitocentos quilômetros de rede de redistribuição, vinte quatro mil e vinte e oito transformadores e setenta e quatro usinas termoeletricas.

Vale ressaltar que o Estado de Roraima é o único estado localizado fora do sistema interligado nacional, e mesmo assim, diante de tremendos desafios, fica evidenciado que conseguimos melhorar e muito o fornecimento de energia. E é o que vamos mostrar nessa apresentação. Aqui vale ressaltar, presidente, o ranking de tarifas, e isso é publicado pela Aneel. Nós temos, no ranking de tarifa hoje, extraído ontem, dia vinte e quatro do mês três, temos no Estado de Roraima a tarifa residencial laranja, no valor de zero vírgula quinhentos e setenta e cinco centavos, isso de real por quilowatt por hora, isso é tarifa seca sem tributos, sem PIS, COFINS e sem ICMS. Nós temos na extrema esquerda a tarifa mais cara do Brasil, com zero vírgula setenta e um o quilowatt por hora, e na direita temos a menor tarifa de cinquenta centavos. O que é interessante evidenciar aqui: quando é a tarifa mais barata do Brasil, Roraima está acima de doze por cento; agora, em relação a mais cara, ela está abaixo de vinte e quatro por cento. O que significa isso? Significa que estamos mais próximos da tarifa menor do Brasil do que em relação a mais cara. Então, por que existe essa sensação de uma tarifa alta em Roraima? A explicação a própria Aneel nos dá em seu relatório que ela pública, anualmente, em que o consumo per capta do Brasil, o maior do Brasil é o Estado de Roraima. Em função disso, senhor presidente, existe essa percepção, mas é importante deixar claro que a tarifa do Estado de Roraima não é a mais cara, ela está entre as mais baratas e isso é fruto de um trabalho de gestão que tem sido feito, de redução de custos operacionais, redução de perdas elétricas. O consumidor deve ser sempre o que percebe isso. Agora aqui o conceito, ficando clara a questão do ranking tarifário, a cada cem reais de consumo de energia, para onde vai esse recurso financeiro? Nós temos aqui uma cédula de cem reais, que está separada: os tributos, dezessete e trinta reais; encargo setoriais, três e oitenta; custo com compra de energia, quarenta e nove reais; custo de distribuição, vinte e nove reais. Então, olha só que interessante, de cem reais que um consumidor paga para a Roraima Energia, apenas vinte e nove reais e noventa e nove centavos ficam com a empresa para pagar os seus colaboradores, investimentos e pagar a dívida que ela assumiu quando a empresa foi privatizada. De quanto foi essa dívida? Um, vírgula dois bilhões de reais. Então, há de se ter uma gestão muito eficiente, caso contrário, a empresa não sobrevive. O restante, setenta reais, vírgula noventa centavos, ou setenta por cento do valor, em média, vai para onde? Para custo de compra de energia, encargo setorial e tributos. Evidência aqui, então, que a Roraima Energia não tem tantos recursos. Do setor elétrico, o segmento de distribuição é o mais regulado, ele é o caixa do setor, senhores deputados. O que significa isso? É o agente que é responsável por arrecadar e repassar para toda a cadeia reprodutiva a energia que o consumidor recebe. Então, é importante evidenciar isso aqui e desmentir o que talvez aconteça aqui, certamente acontece várias vezes, pois nem todos têm a obrigação de conhecer isso, que a Roraima energia sobrevive com vinte e nove por cento de tudo que ela arrecada, reforçando que para investimentos, para pagar toda a sua folha e a dívida que ela assumiu, novamente repito, de um, vírgula dois bilhões de reais. E nisso, quero enfatizar o fato de que é maravilhoso o poder que o privado tem de trazer solução para a Nação. Esses um, ponto, dois bilhões, quem iria assumir era o erário, ou seja, nós, como contribuintes, teríamos que pagar, a qualquer momento. O ente privado vem, faz um trabalho excelente, querendo objetivar e não onerar o poder público.

É importante ressaltar a eficiência dessas empresas privadas que estão dando resultados, como uma solução de política pública para deixar de trazer despesa para o povo brasileiro. Eu me sinto muito orgulhoso, muito grato a Deus, por fazer parte desse momento, como brasileiro, como

roraimense de coração, que estou aqui há trinta e três anos e poder contribuir com o meu País dessa maneira. Aqui na ótica de investimentos, podemos observar que, em dois mil e dezenove, foram realizados trinta e quatro, praticamente trinta e cinco investimentos na concessão; dois mil e vinte, sessenta milhões de investimentos, e agora, no primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, quase dezesseis milhões. Aqui nós temos a estratificação por trimestre, e fica claro que a média de realização de investimentos no poder, enquanto empresa pública, era bem menor, ficava entre vinte ou trinta milhões. E hoje, nós conseguimos recuperar a concessão também, trazendo investimentos prudentes, como o regulador exige da melhor maneira, para não trazer problemas, mas sim soluções para o Estado de Roraima, para melhorar a qualidade de energia. Agora eu gostaria de passar a palavra para o nosso diretor técnico comercial, o senhor Rodrigo Moreira, que vai esclarecer, daqui por diante, os slides que vamos apresentar. Obrigado!

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Bom dia a todos! Em nome do senhor deputado Renato Silva, cumprimento todos os deputados, e já agradeço, como o Joaquim e o senhor Orsine colocaram, a oportunidade em mais uma vez estarmos aqui, esclarecendo e trazendo informações para esta Casa e para a população de Roraima. É importante mencionar que, após a privatização, essa concessionária, com a gestão atual, subiu, em dezembro de dois mil e dezoito. Então, aquele quadro de investimentos que foi demonstrado, foram investimentos que eles andavam anteriormente, antes da pandemia e da privatização, na casa dos vinte ou trinta milhões. Já conseguimos, no ano passado, aqueles vinte por cento que fica com a distribuidora, destinar sessenta milhões de investimentos só em dois mil e vinte e no primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, quinze milhões de reais. Na parte cinza do gráfico é a parte de investimentos no interior, que o interior aqui, senhor deputado Gabriel Picanço, senhor deputado Coronel Chagas, que conhecem bastante o interior, sabem muito bem que na época passada, somente se trocava poste quando caía; e caía todo dia. Conheço bastante o interior e sei muito bem disso. Então, um dos pontos fortes de investimento nosso é no interior do Estado, além de investimentos na capital. Como exemplo, nós recebemos a concessão em dois mil e dezenove com sessenta e um mil postes de madeira, e quem conhece Roraima sabe muito bem que os postes de madeira foram implantados em anos anteriores. A maçaranduba, que foi tirada da floresta ontem, cortam os galhos e cerram embaixo, cerram em cima, e colocam como poste, hoje e, em muitos momentos, ela acaba brotando novamente, mas não tem tratamento nenhum da madeira.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Posso lhe interromper um minuto, por favor? Ao passar o tema desse slide, achei muito pertinente lhe questionar. O senhor fala que a questão de levar energia, universalização, que se fala, para levar aos municípios do interior a energia elétrica, você fala que o custo de energia é todo da Roraima Energia, mas quero entender isso porque, conforme as informações que nós temos, que tive em Brasília, nós estivemos em muitos lugares onde busquei respostas para as minhas dúvidas, e nós temos aqui que vocês têm até dois mil e vinte e dois para colocar essa universalização total...

O Senhor **Rodrigo Moreira** – De expansão total de “Luz para Todos”.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Exatamente, e o custo seria de cento e noventa e cinco milhões de reais. Só que desses cento e noventa e cinco milhões de reais, cento e setenta e seis milhões de reais seriam passados para vocês pela CDE.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Isso.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – E apenas dezenove milhões seriam custeados pela Roraima Energia.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Para a expansão do “Luz para Todos”, nós estamos falando de revitalização de rede.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – De revitalização de rede e não da expansão.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Vamos falar também do “Luz para Todos aqui”.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Está bem, é só para esclarecer aqui.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Isso aqui, senhor deputado, é a fotografia de como nós recebemos a concessão, com sessenta e um mil postes implantados de madeira. Isso não tem subsídio, isso é recente da distribuidora para investir lá. De dois mil e dezenove para cá, já trocamos seis mil postes. Somente com trocas de postes, representa dez milhões de investimentos da distribuidora.

Sobre o programa “Luz para Todos”, que o senhor está comentando, isso é um programa federal, onde quarenta por cento é de subsídio federal. E quem paga isso? Nós, contribuintes. Na conta de energia tem alguns centavos que todo brasileiro paga para formar o fundo CDE, e parte dele subsidiar os noventa por cento do “Luz para Todos” de qualquer

distribuidora do Brasil, certo? Para Roraima, a média de realização de “Luz para Todos”, ao longo dos anos, andava na casa, no máximo, de vinte milhões de reais, quando se realizou bastante, somando com o da Boa Vista Energia e da CERR. Realizamos, no ano passado, dez milhões de reais, retomando o “Luz para Todos”, atendendo mil, seiscentos e oitenta e três famílias. Esse programa que o senhor mencionou foi o programa que nós, distribuidora, apresentamos ao Ministério de Minas Energia para realizar até o ano de dois mil e vinte e dois e atender cem por cento de Roraima, tanto o programa “Luz para Todos” quanto o programa “Luz para a Amazônia”, que é para atender qual regiões? Baixo Rio Branco, por exemplo, onde tem geração termoeétrica e não consigo levar uma rede de Caracará para chegar lá, ou de Rorainópolis para chegar lá. Então existe um projeto de energia solar com um banco de baterias para essas regiões muito remotas.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Então o senhor tem, interrompendo novamente, os dados da religação de energia para fazer até dois mil e vinte e dois?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – O número que tenho posso lhe mandar depois, mas o número tem para dois mil e vinte e um. A previsão que tenho é atender oito mil famílias, oito mil consumidores, eu lhe mando até o final do programa, de vinte e dois, o total de famílias para serem atendidas, ok? Bom, pode passar como obras de investimentos. Já realizamos uma construção de mais uma subestação em Boa Vista, no bairro Cidade Satélite. Naquela região existem mais de quarenta mil famílias, e é uma região de grande crescimento, onde havia necessidade de investimentos para garantir uma qualidade no fornecimento. Estamos construindo uma subestação no bairro Centenário, que atende aquela região Sul da cidade, e realizamos uma grande mudança na postura do público para o privado. A concessionária anterior, simplesmente, para combater perdas, ela ia às periferias e arrancava a ligação clandestina do consumidor, e o consumidor, lógico, ele estava ali em uma área não regularizada pela questão fundiária, ele se pendurava de novo, e, além de causar dano, lembro muito bem no bairro São Bento, que até a regularização ser autorizada pela concessionária, morreram oito pessoas com choque elétrico e ligações clandestinas. Qual foi à mudança de postura da distribuidora após a privatização? Nós estamos atendendo toda e qualquer área não regularizada. É lógico que no nosso cronograma de caixa de atendimento, só de dois mil e dezenove para dois mil e vinte, já atendemos cinco mil e quinhentas famílias que não tinham energia elétrica de maneira formal e hoje, construímos redes e atendemos essas famílias. Um projeto bastante interessante, que até então nunca havia sido feito grandes investimentos no Baixo Rio Branco. Têm dezenove comunidades no bairro Baixo Rio Branco, com redes que estavam caindo, com redes penduradas em árvores, e nós estamos investindo quase dois milhões de reais para a revitalização da rede e também o projeto “Luz para a Amazônia” para substituição da grande maioria das unidades termoeletricas por unidades solares fotovoltaicas com banco de bateria. Como por exemplo: obras que já foram realizadas em Santa Maria do Boaçu, Comunidade Itaquera, Santa Maria Velha e Comunidade Terra Preta. Estive lá e, realmente, a situação era muito crítica, bastante precária e hoje, já estão com investimentos, trazendo benefícios para a sociedade. Nós recebemos a concessão em dezembro de dois mil e dezoito com a conexão da Venezuela em funcionamento, com tantos problemas, mas ainda em funcionamento. Dia sete de março de dois mil e dezoito, ela interrompeu cem por cento do fornecimento e passou a responsabilidade para Minas Energia, passou à distribuidora: “a partir de agora você é a responsável por gerar o fornecimento para todo o Estado de Roraima”. Tivemos o primeiro semestre de dois mil e dezoito, turbulento, uma transição de sistema de fontes, inclusive eu estava aqui na Assembleia no evento que teve alguns desligamentos pela manhã. Desde essa transição de dois mil e dezoito, nós temos evoluído com o sistema de forma bastante significativa, reduzindo de dois mil e dezoito, quando ocorreram oitenta e sete blecautes, para dois mil e vinte com sete blecautes, e em dois mil e vinte e um ocorreram três blecautes. A cada blecaute, o evento é discutido pessoalmente com o operador de sistema que hoje, monitora o sistema de Roraima, para que a gente corrija a eventual falha que ocorra, que tem ocorrido, e que evite, futuramente, eventuais falhas como aquela.

Isso impacta nos indicadores, senhor deputado. Inclusive, o senhor citou, encaminhamos o link com as informações, que são encaminhadas para a Aneel, e que a Aneel nos fiscaliza, impacta, de forma significativa, nas reduções dos indicadores DEC e FEC. Na mesma linha que o senhor Orsine comentou, nós estamos preocupados com a população, senhor deputado. Desde o início da concessão, antes mesmo da pandemia, nós optamos por não cortar, hoje, o consumidor, que está ou na época estava como baixa renda. O programa federal que cadastra o consumidor, que tem cadastro no CAD único e em outros programas como baixa renda, ele tem subsídios de até sessenta e cinco por cento na conta de energia.

Temos feito um trabalho contínuo para ampliar cada vez mais o número de consumidores que têm esse benefício. Em dois mil e dezoito, quando assumimos, nós tínhamos quinze mil consumidores, quinze mil e setecentos com esse benefício; que hoje já são vinte e cinco mil consumidores com esse benefício. E a postura da empresa é fazer uma conciliação frequente com o CAD único e esse consumidor, que está cadastrado como CAD único e atende aos outros requisitos, ele é automaticamente cadastrado pela distribuidora como beneficiário, não dependendo de ele nos procurar para solicitar. É lógico que, se ele nos procurar em uma loja de atendimento nossa, apresentando uma documentação em que acabou de se cadastrar no CAD único: “ainda não estou na relação apresentada pelo CAD único, mas já está aqui toda a documentação”, vamos receber e cadastrar se ele tiver pré-requisitos determinados pelo programa do Governo Federal, ou seja, crescemos o número de beneficiários para sessenta e um por cento em dois anos. Nós trouxemos dois vídeos de ações que temos realizado. Paramos essa primeira por causa da pandemia, que é levar a empresa para o interior do Estado, uma ação como se fosse uma ação global de levar o sistema de assistência médica, assistência do corte de cabelo, consulta médica, e também os nossos serviços, nossos esclarecimentos, com parceria ao Ministério Público, com a Defensoria e órgãos municipais e estaduais, aproximando e levando informação ao consumidor. Acredito que, se der mais um clique, o vídeo inicia... Ah, não tem som? Se pudesse colocar o som aí... (Apresentação em slides)

Essa ação é bastante importante para aproximar a empresa e levar bastante informação ao consumidor que, em muitas situações, tem dúvidas. É papel da distribuidora levar informações e esclarecimentos ao consumidor. Tivemos que suspender essa ação, devido à pandemia, que é lógico, cria uma aglomeração, mas, assim que possível, vamos retornar.

Outra ação importante, se puder passar mais um slide, foi à distribuição de cestas básicas. (Apresentação de vídeo).

Deputados, aqui nós trouxemos um pouquinho do trabalho que nós temos feito nesses últimos dois anos e alguns meses, para demonstrar que a empresa está, sim, atendendo, ao máximo e dentro das suas possibilidades, diante do que nós recebemos de concessão, com uma série de problemas a serem resolvidos e da nossa capacidade de caixa mensal. Garantimos o fornecimento ao Estado de Roraima, diante do desligamento da interligação com a Venezuela, da ainda não realização da conexão com Manaus, que é a grande solução para o atendimento elétrico e energético de Roraima, mas até que isso ocorra, entendemos que deve ocorrer o mais rápido possível. A notícia que nós temos do Ministério de Minas e Energia, que conduz e acompanha, isso não é processo conduzido por nós, é que há uma grande expectativa de que isso ocorra nos próximos quatro anos e que a obra seja iniciada e realmente, se conclua. É isso que nós esperamos para que Roraima tenha confiabilidade no fornecimento. Não é a geração atual ou geração nova, que foi feito leilão pela Aneel, que está entrando agora, a partir do início do ano que vem, que vão garantir atendimento pleno ao Estado de Roraima, e sim, a conexão com o sistema interligado.

Então eram essas as informações que nós tínhamos para apresentar, mas, sobre a colocação da lei, deputado, o que eu tenho para reforçar, o que eu já disse quando conversamos lá na nossa sede é que, a partir da publicação do STF, a ratificação da constitucionalidade da lei, já fizemos como foi combinado, treinamento com o Procon para levar conhecimento, aproximar a equipe do Procon conosco e qualquer consumidor que tem procurado o Procon e nos procurado para tratar esse assunto...está sendo tratado, pontualmente. Nós temos percebido que alguns consumidores não têm nos procurado, mas procurado outros meios, entrando em contato direto com o senhor, e isso traz a impressão de que a distribuidora não está respeitando a lei, talvez por não ter tido acesso àquele contato direto. Nós colocamos aqui a nossa Diretoria, doutora Sara Célia, que é nossa diretora de assuntos constitucionais e que fica aqui em Boa Vista, constantemente, para receber qualquer ponto, qualquer consumidor que o senhor receba ou que qualquer outro deputado receba. Encaminhe-os para nós, para tratarmos, especificamente, de cada caso e vamos, sim, como foi confirmado com o senhor na última reunião, atender a lei. Estamos atendendo a lei desde a publicação do STF, da sua constitucionalidade. Obrigado pela oportunidade. Estamos aqui, deputado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu queria pedir, como já é do seu conhecimento, eu vou ter que me retirar, vou ter que ir ao MP, a um compromisso da Assembleia... Obrigada pela presença. Pena que temos que ir até lá, mas, se der tempo, nós retornamos.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Está bom, deputada. Obrigado, doutor Rodrigo...

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Senhor presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Como presidente da CPI de Energia do Estado de Roraima...

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Deputada Betânia, como

eu fui o autor do requerimento, eu queria ter essa honra... ter prioridade. Depois passo a palavra para Vossa Excelência.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Sim, sim. À vontade, presidente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Obrigado, deputada!

Obrigado, doutor Rodrigo e Senhor Orsine pelos seus esclarecimentos. Primeiramente, eu queria falar para vocês que o objetivo dessa convocação não é para prejudicar a empresa Roraima Energia; o objetivo dessa convocação e desse convite para vocês estarem aqui, hoje, presentes é para esclarecer algumas coisas para a população do Estado de Roraima. É para defender a população que me colocou aqui na Assembleia Legislativa, que está mandando muitas denúncias e muitas reivindicações. Meu papel, como parlamentar é esse, de esclarecer e lutar pelo direito da população, foi para isso que eu fui eleito. Então como eu já disse no começo da minha fala, a Lei n. 1389, aprovada em maio, nesta Casa Legislativa, teve o intuito de proteger a população, devido a essa crise financeira que essa pandemia trouxe, não só para Roraima, mas para todo o Brasil e em todo mundo. Então, o intuito dessa lei foi para proteger as pessoas mais carentes, que têm que escolher, por muitas vezes, entre pagar uma conta ou talvez pagar o aluguel ou comer. Esse foi o intuito de aprovar essa lei. Nós sabemos que essa lei não tira o dever da população, depois que passar a pandemia, de voltar a pagar a energia e pagar os débitos. Nós sabemos que a Roraima Energia não irá ter nenhum prejuízo, dando esse prazo, respeitando a lei. E a lei não teria que ser respeitada só porque foi convalidada no STF, ela já está aprovada desde maio de 2020. Já era para ela estar sendo respeitada, até vocês terem uma decisão, caso vocês tivessem uma decisão favorável a vocês, e não só ser respeitada a partir de agora. E ela não só dar o direito da população de não ter energia cortada no período de pandemia, como também, caso haja um corte de energia ilegal, vocês religariam e não cobrariam o valor da conta de energia. Está na lei, no artigo 2º, e isso não está sendo respeitado. Vocês colocaram à disposição do Procon para: “nós religamos a energia que foi cortada ilegal, mas vamos cobrar a taxa de sessenta reais, que é de religação”. Não era nem para ter cortado. Se cortou, vocês estão infringindo a lei, e na própria lei fala, se for corte ilegal por falta de pagamento, as respectivas contas não precisarão ser pagas. Não era para estar sendo cobrada nem a taxa de religação e nem a conta que teve a objetividade do corte, e isso não foi respeitado, como você me falou na reunião que tivemos na Roraima Energia.

Eu estou aqui e quero, só para tratar nesse tempo, para não avançarmos e não a ouvir, porque é uma senhora que já está aqui desde o início da Sessão. Eu quero pedir aos pares parlamentares que estão presentes, se vocês aprovam eu dar a palavra para a Dona Maria Solange Cordeiro, do bairro Caraná, que teve sua energia recentemente cortada, ilegalmente, e entrou na justiça, e a justiça mandou religar a energia dela. Eu queria ouvir um pouco da situação dela, para ela encorajar a população que está sofrendo sobre isso.

Aos parlamentares que estão presentes, se vocês aprovam permaneçam como estão, e eu vou entender como aprovado a autorização da fala da Dona Maria Solange. Aprovado.

Peço que alguém leve o microfone para ela. A Dona Maria Solange se colocou em posição de medo, por ser servidora pública e ser perseguida. Mas eu quero deixar aqui para a senhora, Dona Maria Solange, tenho certeza que não é intuito da empresa constranger ninguém, como eles também não irão ser constrangidos aqui. Eu quero deixar a senhora com total segurança, para poder esclarecer o que aconteceu com a senhora e sua família na questão da energia elétrica. Bom dia e seja bem-vinda!

A Senhora **Maria Solange Cordeiro** – Bom dia, presidente. Bom dia, senhores. No dia 19, eu tive a minha energia cortada. Eu tinha, na realidade, como já falei antes, ido ao mercado e, nesse intervalo de tempo, o pessoal da Roraima Energia foi lá e fez o corte.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Dia 19 de qual mês, Dona Maria Solange?

A Senhora **Maria Solange Cordeiro** – Abril. Eu fiquei durante três dias sem energia, pois estava sem condições de pagar. Então eu entrei em contato com a Roraima Energia e a moça me disse que só não estava sendo efetuado o corte para consumidores de baixa renda, na época. Eu já tinha o conhecimento da lei, que não podia ser efetuado o corte de nenhum consumidor, e em momento algum eu tive a intenção de não pagar a energia, eu não tive essa intenção. A questão era que eu estava com problema de doença na minha família. Meu filho e minha neta estavam acometidos com a Covid. Eu precisava do dinheiro, que, no caso, eu deveria pagar a energia e gastei com remédios, com medicação, com a alimentação deles. Ele estava impossibilitado de trabalhar. Eu falei com a moça da Roraima Energia, e ela então esclareceu isso. Eu falei com o deputado Renato Silva e ele me instruiu, e através do Procon foi feita uma liminar e, realmente, foi feita a religação. O que eu queria saber é se essa religação vai ser cobrada,

é uma das questões. Foi feita a religação, mas eu me sinto perseguida, porque ligaram para mim, no mesmo dia, de dois números diferentes da Roraima Energia, e não se identificaram, só disseram: “eu sou funcionário da Roraima Energia, e está acontecendo que a senhora entrou com uma liminar e eu queria saber quando foi que a senhora entrou em contato com o pessoal da Roraima Energia, no 0800 7019 120”. Eu disse a ele que tinha falado com a moça e ele disse que, em nenhum momento, eu tinha ligado para a Roraima Energia, questionando o corte, e que eu tinha ligado, questionando uma falta de energia, que não tinha registro. Eu fui trabalhar no dia seguinte à religação, e já tinha sido feita a religação. Eu queria saber o porquê que outra equipe foi na minha casa, puxou os meus fios, retirou o meu relógio, mexeu, fez o “zezeu”, colocou de volta lá e eu só soube disso através da minha vizinha. A Roraima Energia, para mexer, tirar, ligar e para fazer qualquer coisa, ela não tem que avisar com antecedência para que o morador esteja em casa no momento? Eu sei que a Roraima Energia tem autonomia para verificar tudo, mas só que era uma questão diferente. O meu relógio estava normal, estava colocado lá, e por que foi feita a religação e depois foi feito aquele “remelexo” lá? Eu não entendi. Então é isso que eu tenho para perguntar a vocês. Desculpa a minha ignorância, mas eu gostaria muito...

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Obrigado, Dona Maria, por seu depoimento e por seu esclarecimento. Quem pode responder à Dona Maria? Aí eu passo para a minha pergunta.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Dona Maria, eu saindo daqui irei pegar a identificação da sua residência para avaliar exatamente o que aconteceu. Depois da reunião que tivemos com os deputados Renato Silva e Neto Loureiro, na Roraima Energia, imediatamente, inclusive na sexta-feira anterior, já tinha sido decisão da diretoria suspender o corte, além das residências de baixa renda, nós já não estávamos cortando o fornecimento por inadimplência, conforme está previsto na lei, para as residências. Se isso aconteceu, realmente, depois do dia 09, que foi publicado pelo Superior Tribunal, eu realmente preciso avaliar porque houve erro interno da empresa. Também vou avaliar o porquê a equipe voltou posteriormente. Eu não consigo lhe dar essa resposta agora, mas, complementando, é uma orientação que nós damos às nossas equipes que o consumidor ou o representante da unidade consumidora que esteja no local acompanhe qualquer atividade na unidade consumidora. Ele tem esse direito de acompanhar. Se naquele momento ele chegar à sua residência e a senhora não estiver lá, nós vamos encaminhar uma notificação para a senhora, para podermos agendar “amanhã, tal hora, eu estarei lá e a senhora acompanhe, por favor, para fazer a inspeção, até para que a senhora tenha certeza do que está sendo feito”. Nós vamos pegar a sua unidade consumidora para avaliar e lhe dar um retorno e dar um retorno para o deputado também.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Doutor Rodrigo...

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Deputado Renato, só para complementar e aproveitar a fala do diretor Joaquim, me colocando também à disposição e para enfatizar a sua fala e, posteriormente, se eu tiver autorização da pessoa, que também por receio não quis se expor e vivenciar isso após o dia 09, um fato parecido com o ocorrido com a servidora que acabou de dar esse depoimento. Então, eu vou, realmente, pedir para que você faça esse acompanhamento e essa efetivação de acompanhar o que aconteceu, porque são relatos que nós continuamos escutando, que ainda está sendo descumprida a legislação aplicada. Então, se a pessoa que já me procurou me der autorização, eu repasso o contato também para que vocês possam entrar em contato com a mesma e verificar o que aconteceu. E nós vamos sanando, passados esses prazos, para que se evite, realmente, esse descumprimento. Somente, deputado. Obrigada!

O Senhor **Orsine Rufino de Oliveira** – Peço licença para sugerir que a Dona Maria, quando terminar a Sessão, venha conosco, com a diretoria da Roraima Energia, corrigir qualquer erro que nós tenhamos feito, esclarecer esses fatos e trazer para o senhor de volta.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Obrigado, senhor Orsine.

O Senhor **Orsine Rufino de Oliveira** – Acho a maneira... porque, se você tem 170 mil consumidores, temos mil funcionários, só funcionário da Roraima Energia, fora os outros, um total de mil e quinhentos. E se aconteceu alguma tolice, alguma besteira, se for nossa responsabilidade, nós vamos corrigir e pagar por ela. E isso pode qualquer consumidor de Roraima. A empresa fica à disposição dele. Lá tem um diretor jurídico, têm duas lojas em Roraima. Nós não queremos que ninguém fique sem assistência. Nós não viemos para Roraima para fazer um trabalho contra a população. O que fizemos em Roraima foi quando ninguém recebia salário. Nós não fomos na casa de ninguém perseguir para tirar o sustento e optar pela energia. Agora, a população precisa entender uma coisa: o consumo de energia tem que ser consciente com o seu bolso. Se o consumidor não for consciente... Nós estamos emplacando essa cultura, pedindo das pessoas:

“olha o consumo consciente, olha as coisas como tem que fazer” porque a energia consumida é igual posto de gasolina. Você não põe gasolina no carro se não pagar ao bombeiro, então eu sugiro que, ao sair daqui a senhora seja encaminhada em uma condução nossa para ir lá resolver essa questão. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Senhor Orsine, muito obrigado pelo esclarecimento e por poder ajudar a Dona Maria. Mas esse caso específico da Dona Maria, vimos vários desses durante os últimos dias. Eu queria aqui, como o doutor Rodrigo falou, que teve um treinamento para a equipe não fazer esse tipo de coisa, mas nós estamos vendo que está acontecendo, então, eu quero aqui entender que, a partir de agora, esses erros vão ser sanados para toda a população que procurar a Roraima Energia. Também quero deixar claro que a Roraima Energia vai corrigir os erros desde o início dessa lei, não só da reunião que teve junto com o diretor Rodrigo, também, que a Roraima Energia não vá cobrar multa e juros, que está no artigo, quando a população depois da pandemia for pagar a energia. Ela tem o direito, de acordo com a lei, de pagar juros e multa sob o valor da conta de energia. Eu quero que isso possa ser um acordo técnico da Roraima Energia, por escrito, para trazer esse documento, por escrito, para a Assembleia Legislativa, que eu faço questão de ler na próxima Sessão esse acordo técnico, que nem precisava ser formalmente, bastava um acordo de cavalheiros. Já tem na lei, para evitar que mais pessoas procurem a justiça, porque vão ter a causa ganha e irá constriar a empresa, porque vão ganhar na justiça, por ser lei. Então, eu quero que você fale agora para a população que está nos assistindo, que eles vão ter esse direito, de acordo com a lei. Se você quiser eu lhe dou agora uma cópia da lei, para você se respaldar, de tudo que eu estou falando aqui. São artigos dentro da lei, e quero só que você garanta para a população de Roraima que essa lei e esses artigos vão ser respeitados.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Como foi dito na nossa reunião, deputado, já estamos reafirmando que a lei está sendo respeitada, e se ocorreu qualquer evento que esteja em desacordo, nós vamos apurar. E peço que nos procurem ou se já tenham ido ao Procon, que tem um canal direto conosco, se procurar diretamente o senhor, que encaminhe para nós. Como coloquei na reunião, gostaria de enfatizar também que estamos falando aqui de suspensão por inadimplência. Acho que todos os deputados aqui estão de acordo que fraude e desvio são incorretos. Então a empresa continua, por precaução, assim como a legislação federal estabelece, combatendo fraude e desvio. Isso nós continuaremos fazendo. É importante que todo mundo entenda isso e que nossas equipes continuem em campo fazendo outros trabalhos, inclusive combatendo à fraude e desvio. E em alguns casos, se houver desvio que esteja colocando em risco o sistema elétrico da unidade consumidora, pois o circuito elétrico atende, no mínimo, mais trinta ou quarenta unidades consumidoras. Conforme estabelecido pela regulamentação da Aneel, a distribuidora pode sim suspender o fornecimento pela irregularidade, não pela inadimplência. Sanada a irregularidade, há o restabelecimento formal da energia. Então, cada caso, nós vamos avaliar, pontualmente, mas reafirmo aqui que vamos encaminhar o documento conforme com o que o senhor está solicitado, com a reafirmação do cumprimento da lei, deputado.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Eu queria passar a palavra para a presidente da CPI de Energia, deputada Betânia.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Bom dia a todos. Bom dia à população do Estado de Roraima que nos assiste nesta manhã. Há dois anos, agora no mês de maio, o deputado Jeferson Alves solicitou uma audiência pública e Vossas Excelências estavam presentes, muitos de vocês estavam presentes aqui nessa audiência pública, além do deputado Renato e do senhor presidente, agora, o deputado Jeferson Alves. É lamentável o que essa empresa tem feito com a população do Estado de Roraima. Se vai para uma audiência pública no Senado Federal, são slides que, infelizmente, a população não entende, até para nós que estamos debruçados nessa questão desse contrato de concessão, o que foi feito da CERR, o que está sendo feito de Jatapu. As contas não batem. São sessenta e tantos centavos que não é, e que na conta de energia vai para mais de setenta, e a população, Presidente Jeferson, é leiga com relação ao que paga. Então vir aqui e apresentar slides, achar que nós que fomos eleitos por votos, somos representantes de um povo que não tem voz, não adianta mais. Eu, o senhor Rodrigo e alguns membros da CPI de Energia, nos encontramos no Senado em Brasília, para outra audiência pública, e são os mesmos slides. Procura o Procon? Procura. A população tem respostas? Não. As respostas são as atrocidades que nós vemos todos os dias. Somos a oitava energia mais cara do País. Ninguém afirma que esse serviço que a Roraima Energia presta para a nossa população é um serviço de qualidade, porque é um serviço de péssima qualidade. Pagamos caro por uma energia, lamentavelmente, deplorável, e daqui a quatro anos, talvez, deputado Jeferson, nós vamos ter o nosso sistema interligado à energia nacional, rede nacional, enquanto isso a

Roraima Energia se sente como se fosse impune. Eu, como deputada, quase não consigo pagar a minha conta de energia, nós nos assustamos como consumidores. E aqui eu não falo como política, falo como representante do povo. Está sendo encaminhado, e Vossa Excelência sabe muito bem disso, que tem acompanhando o trabalho desta CPI, e nunca deixou de acompanhar, deputado Jeferson, por isso quero parabenizá-lo, por estar na fase de conclusão de um relatório, aonde essa empresa terá que chegar à verdade. Nós não queremos saber de slides, mas saber por que pagamos a oitava energia mais cara do País, por que temos um serviço de péssima qualidade oferecido para o consumidor do Estado de Roraima, por que temos que todos os dias poluir o meio ambiente, e por que a Roraima Energia mantém esse monopólio. Essa CPI foi criada com intuito de esclarecer isso, então eu quero deixar bem claro para toda a população do Estado e para nós que estamos aqui, nós os 24 parlamentares desta Casa, que existe uma seriedade por trás disso e que a justiça só não pune quem ela não quer. A resposta está muito próxima de chegar a cada um dos consumidores do nosso Estado. Eu não aguento mais ver pessoas, como Dona Maria, que não pagou a energia. Tudo bem nós temos que ter responsabilidade pelo que consumimos, mas ela não podia prever que o filho e a neta estariam acometidos da Covid. Então são casos isolados, que a Roraima Energia não respeita. Ela não quer saber, deputado Jeferson se você recebeu o seu salário, se a deputada Betânia tem salário. Ela quer chegar lá e cortar a energia, e você se vire para pagar. Nós temos os nossos gabinetes lotados de pessoas chorando, pessoas sérias, que não pagam energia, não porque não querem, mas porque não podem pagar. Ai me vem aqui dizer que se não pode pagar, a grosso modo, não use. O que é isso? Se coloquem no lugar do outro, existe um princípio da dignidade da pessoa humana, que está sendo burlado todos os dias. E essas respostas, mesmo que vocês não tragam à população de Roraima, mas a CPI de Energia, com o empenho de vários deputados, que não fazem parte da CPI no papel, mas estão colaborando, ela vai ser esclarecida para a população deste Estado. Quem disse que o povo não tem voz? Quem falou? O povo tem voz e tem vez. Todo poder, cidadãos, emana do povo, que o exerce, diz a Constituição Federal, por meio de representantes eleitos, deputado Jeferson, deputada Catarina, deputado Odilon, deputada Betânia e demais deputados que fazem parte desta Casa. Esta legislação tem marcas, ela vai deixar marcas profundas, mas não sei se na Roraima Energia com essa sensação de impunidade e suas falsas declarações, certo? Doa a quem doer, a verdade virá à tona. Era isso, senhor presidente e agradeço a oportunidade.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Obrigado, deputada Betânia. Quero convidar o deputado Renato para tomar assento aqui, enquanto eu faço o uso da palavra. E, logo em seguida, a palavra da deputada Yonny Pedroso.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves**, autor da convocação -Senhoras e senhores deputados; senhor Orsine de Oliveira; senhor diretor comercial, doutor Rodrigo; doutor Joaquim Moreira, diretor financeiro, sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. Amigos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais, eu, como deputado estadual, nomeado no ano de 2019, apresentei nesta Casa o Requerimento de n. 071, onde nós estávamos pedindo instalação da CPI de Energia, e essa CPI foi instaurada e nós temos como presidente a deputada Betânia e os deputados que fazem parte do corpo, os membros que estão trabalhando esses dois anos com reuniões, audiências públicas, ouvindo os consumidores. Estive em Brasília, no Senado Federal a convite do senador Telmário Mota a essa Casa, a esse Parlamento, para que enviássemos até Brasília um representante da Assembleia, e eu fui, em um momento oportuno, representando o presidente da Assembleia Legislativa, o ex-presidente Jalser Renier. Por ser autor do requerimento da CPI, ele pediu que eu fosse representar o Parlamento lá. E nós tivemos a mesma conversa, que nós estamos tendo aqui hoje. Estivemos em audiência pública em Rorainópolis, a deputada Betânia participou, entre outros deputados, e as mesmas conversas que tivemos lá ano passado, nós estamos tendo aqui hoje. Caso igual ao da Dona Maria são centenas e centenas. Roraima é o estado mais pobre da Federação, Roraima ainda não tem uma economia consolidada, vive exatamente do contracheque do Poder Público, infelizmente. Quando o Poder Público paga o salário, o dinheiro circula. Se tiver qualquer tipo de atraso, já se instala uma crise. E para piorar a situação dessas pessoas, ainda enfrentamos, hoje, um vírus que tem ceifado vidas todos os dias. A propagando institucional diz a essas pessoas para ficarem em casa, não podendo ir sequer buscar o pão fora de casa, ficando reféns de um vírus e aumentando, gradativamente, o consumo de energia. Se você fica refém em casa, onde o clima de Roraima é um clima muito quente, e você não tem condições de ficar em uma casa nem que seja ligando o ventilador, porque Roraima é o único estado do País que fica acima da linha do Equador e tem doze horas de sol por dia, o clima de Roraima é quente e isso, gradativamente, irá aumentar o consumo de energia, enfrentando

um vírus, sem ter a condição de sair de casa para ir para o trabalho, ou até mesmo perdendo postos de trabalho, como a maior parte das pessoas de Roraima que ficaram desempregadas. E pior, nessas quedas de energia que vêm acontecendo, ano passado aconteceram algumas para não falar várias, e muitos desses consumidores tiveram seus bens prejudicados e eletrodomésticos queimados. E eu quero aqui ser muito justo para não cometer injustiça com ninguém e muito menos com um representante da empresa, o presidente e nenhum dos diretores. Eu até hoje, posso estar enganado, mas até hoje eu não conheci uma pessoa neste Estado que tenha sido ressarcida pelo prejuízo que tomou por essas quedas de energias. Se tiver uma, por favor, me procure, porque eu quero ter o prazer de conhecê-la. Reclamações iguais à da Dona Maria são rotineiras. Eu recebo no meu gabinete, pelas minhas redes sociais, pelo meu *WhatsApp*, todos os dias, pessoas reclamando e me dói muito vê as lágrimas de uma senhora dessa, escorrendo pelo seu rosto por não ter condição de cumprir o pagamento de energia, não porque ela não quer, não porque seja uma má pagadora, não porque ela seja uma má consumidora, mas por culpa do destino, por seu filho e seu neto estarem acometidos por esse vírus maldito, que nem eu e você, ninguém pode saber se vai ser letal nessa vida ou não. Entre o remédio, por incompetência do Governo, por não fornecer nenhum remédio para essas pessoas serem tratadas, ela teve que optar entre a energia e comprar o remédio. Como ela, deve ter muitos. Iguais à Dona Maria deve ter centenas, mas, infelizmente, parece que ninguém vê, que ninguém está nem aí para a situação dela. Problemas iguais a esses são rotineiros, infelizmente, nem todos chegam ao meu conhecimento e na grande maioria do conhecimento dos deputados aqui. Eu vou dizer uma coisa aos senhores, como consumidor da Roraima Energia, que pago minhas contas em dia. Há três dias, o caseiro do meu sítio me mandou mensagem: “deputado, a Roraima Energia está cortando a energia aqui da chácara”. Eu falei: “eu não pude ir aí nesses últimos dez dias para eu pegar o talão, mas você manda uma foto do talão aí e peça a esse rapaz uns vinte minutos que eu vou mandar um comprovante para você, para ele não cortar”. Porque eu tenho chocadeira e outras coisas que vai me prejudicar se a energia for interrompida. E ele foi argumentar com o funcionário: “olha você me dá vinte minutos, que eu vou falar com o meu patrão e já te mostro o comprovante”. O funcionário falou: “faça o seu trabalho, que eu vou fazer o meu, eu vou cortar a energia”. Eu falei: “não corte a energia, me põe para falar com esse rapaz. Meu irmão, eu estou fazendo o pagamento agora, vou fazer pelo aplicativo do meu celular, porque não tive condições de buscar esse documento, mas me dê vinte minutos que eu já envio”. Mesmo assim ele tornava a repetir que me entendia, mas que estava lá para fazer o seu trabalho e foi na hora que eu perdi a paciência e falei: “então você vai e corte essa energia, eu quero ver o homem que vai cortar essa energia, mande quem for que seja, que daí você não vai”. E eu dei ordem que não deixassem cortar e fiz o pagamento, e o comprovante está aqui e eu posso mostrar a vocês três, assim que terminar essa reunião, no meu telefone o pagamento da minha energia. Mesmo eu pedindo e falando que em vinte minutos, no máximo, não demoraria isso para fazer uma transferência, aquele pagamento pelo código de barra, mesmo assim ele foi incisivo em querer me questionar, que seria feito o corte, tendo em vista que a lei já estava vigente. Isso foi três dias atrás. Agora, imagina quantas pessoas que estão nos vendo agora, que passam por esse constrangimento. Graças a Deus eu tinha condição de pagar na hora e quantas não tem essa condição?

Na verdade, doutor Rodrigo, doutor Orsine e doutor Joaquim, o serviço prestado pela Roraima Energia para a população é muito ruim, me desculpe ser muito sincero com vocês. Isso não é opinião só minha, venho ouvindo isso há mais de ano. Tenho todo respeito pelos senhores, até porque nem conheço vocês e não posso fazer mal juízo de quem não conheço. O que a deputada Betânia falou aqui é a mais pura verdade. A população não quer saber desses gráficos, slides, nem entende isso, a grande maioria nem entende isso, nem nós deputados que estamos acostumados a lidar com isso todos os dias temos dificuldades de entender. A população está sabendo e sentindo na pele que a energia é cara e tem o serviço ruim. Pessoas iguais à Dona Maria não se negam pagar uma conta, os pobres não dão calotes; quem dá calote são os ricos, que participam de leilões, coisas obscuras e compram a preço de banana, como a Roraima Energia comprou essa concessão, que ninguém sabe como foi feito. É isso que está em jogo aqui. E essa CPI, deputada Betânia, tem o dever de trazer às claras tudo que vem acontecendo nesses últimos anos, referente ao consumo. Concordo com o senhor Orsine, que devemos ter responsabilidade no consumo sim. Isso é como botar um carro para abastecer no posto de gasolina, correto. O senhor não está errado ao falar isso, temos que ter consciência. Agora, como você vai pedir consciência para uma pessoa que está em casa, que ter que escolher em comprar uma cesta básica para dar de comer para seu filho que está chorando e pagar uma conta de luz cara e um serviço ruim? Como vou ter coragem de olhar nos olhos dessas pessoas e falar: tenha

consciência no consumo, que sua filha, ou sua mãe, seu avô está acamado em cima de uma cama, usando fralda geriátrica, e tem que ligar o ventilador, porque senão vai ser consumido pelas carapanãs e pelo calor? Como você vai pedir consciência de uma pessoa no consumo de energia, que ele ganha o salário mínimo e muitas delas, já estão até desempregadas por conta dessa pandemia, e estão vivendo sabe-se de que, senhor Orsine! De uma cesta básica, que esse governo está dando e tirando self todo dia, como se estivesse fazendo um grande papel? Quer dizer, quebra as pernas da população e dá uma muleta para dizer: olha eu sou bom, olha te dou uma muleta, mas vou quebrar tua perna e tem que ficar calado. Isso é o que tem sido feito com o nosso povo, infelizmente é isso. O nosso povo é refém da Empresa Roraima Energia. É refém porque não temos para onde correr. Entenda, se você prestar um serviço de qualidade, a população vai ficar satisfeita, vai pagar sua conta. Entenda, se você deixar de prestar esse serviço, presidente Orsine, a população vai ficar refém porque não tem outra fonte, não temos outra fonte. Roraima é o único estado do Brasil que não é interligado ao sistema nacional de energia e nossa população é refém de um serviço ruim, serviço que pagamos caro por ele e não é a contento da nossa população. Eu queria muito que essa situação, essa realidade fosse diferente. Eu aqui não quero dizer que não é interesse da empresa prestar um serviço de qualidade, não quero ser leviano em fazer isso, pois toda empresa tem o dever e o intuito de prestar o melhor serviço ao consumidor e também a empresa não pode pegar prejuízo e não ficar tendo condição de se manter. Ninguém aqui vai falar uma bobagem e um absurdo desses, mas aqui bato na mesma tecla, o diretor Rodrigo é testemunha disso. Não estou aqui questionando o valor da conta; eu questiono, também, é a qualidade do serviço. Por várias e várias vezes as mesmas denúncias e as mesmas reclamações. Eu entendo também que uma empresa, com mais de mil funcionários, pode ter acesso de um ou outro funcionário, eu também tenho esse entendimento, mas estou relatando aqui, mais uma vez, o que vem acontecendo, há dois anos, com essa CPI rolando, ouvindo essas pessoas, ouvindo essas denúncias e ouvindo a reclamação dos consumidores. Se nós tivéssemos nos preparados para colocar todo mundo que foi prejudicado, igual Dona Maria, talvez esse Plenário não comportasse essas pessoas. O interesse nosso aqui não é constranger os senhores, o nosso interesse é resolver, presidente Orsine, é dar uma satisfação louvável e definitiva à população. Se existe uma lei, por que não se cumpre essa lei? Lei não se discute, se cumpre. Eu tenho entendimento e Vossa Excelência tem entendimento pelo que vi relatar há pouco. Achei aqui um ato nobre, senhor presidente Orsine, de interromper a fala do presidente Renato e convidar Dona Maria e rever os excessos de qualquer tipo de prejuízo, que a empresa vai custear. Queria eu e todos os deputados se todos os consumidores tivessem o mesmo tratamento feito pelo senhor ainda há pouco, mas, na realidade, pelos seus servidores, pela empresa que presta serviço, o tratamento não é esse, o tratamento é áspero. Eu senti na pele há dois, três dias atrás. Ou a empresa faz uma readequação, ou a empresa faz um polimento nos seus servidores para que saibam tratar bem a população de Boa Vista e melhore o atendimento ao consumidor ou, sinceramente... Casos piores tivemos em Rorainópolis, salvo engano, que quebraram o carro da empresa, depredaram, não lembro bem. Isso vai virar rotina, porque tudo tem limite e quando a pessoa está entre comer e pagar uma conta de energia, pode ter certeza que ele vai comprar comida, porque a fome dói. Quem passou por dificuldades deve saber disso, a fome não espera. Quem tem criança pequena em casa não espera. Ou você trata seus filhos ou paga uma conta de energia, principalmente nesse momento que estamos passando, momento dessa pandemia que a gente tem que ficar refém dentro da nossa casa, para não circular muito e pegar esse vírus e a gente não sobrecarregar o sistema de saúde, que, infelizmente, praticamente temos um hospital para atender esse Estado todo, Venezuela e Guiana e a nossa população está morrendo naquele hospital, e são mais de mil vidas perdidas só neste Estado.

Quero fazer um apelo, presidente Orsine. Fico feliz em vê-lo aqui hoje, e falar com o presidente da Roraima Energia: olhe com outro olhar esse povo, eles não se negam a pagar conta, desde que o serviço seja de qualidade. Tenho certeza que o interesse da empresa é prestar serviço de qualidade e não só arrecadar o dinheiro do consumidor, mas, principalmente, prestar um serviço que a população fique satisfeita de pagar. Fico feliz por sua presença e por relatar isso para o senhor, porque muito das outras vezes a nossa conversa não chegava até ao seu conhecimento. Tenho quase certeza que não. Quero me recusar a acreditar que há dois anos o senhor soubesse disso, o que está acontecendo nos dias de hoje. Quero me recusar a acreditar nisso. Quero aqui fazer justiça e agradecer a presença do diretor Rodrigo, que sempre nos atendeu de forma cordial e nunca se furtou de prestar esclarecimentos e sempre esteve presente. Quero fazer uma ressalva: não aguentamos mais esses slides, não queremos mais números aqui em televisão; nós queremos, de fato, que essas pessoas que estão em casa, nos vendo, agora, tenham consciência de fazer um consumo

consciente e que tenham também um serviço de qualidade para que possam pagar um serviço que usam e gostam, um serviço de qualidade, e, acima de tudo, que a lei aprovada por esta Casa, validada pelo STF, seja respeitada por todos da Roraima Energia, principalmente pelos funcionários que precisam fazer uma adequação e fazer um polimento para que não maltratem nosso consumidor.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Com a palavra o senhor Orsine de Oliveira.

O Senhor **Orsine de Oliveira** – Quero dizer ao ilustre deputado que nós pegamos uma empresa quebrada há dois anos atrás, teve 700 apagões um ano antes de nós. Quando nós entramos foi para 47; no ano passado fomos para 7 e esse ano 3. Então, o senhor não pode fazer a medição de que o nosso serviço não tem qualidade, tem qualidade sim! Temos responsabilidade. As pessoas que trabalham na Roraima Energia ninguém veio de fora. Procurei os melhores valores que existiam dentro da empresa e coloquei dentro da Roraima Energia, justamente com esse sentimento de solidariedade com os moradores de Roraima. O primeiro ato meu foi: não vamos cortar energia de ninguém sem receber salário. Agora existem os maus e os bons consumidores. Os maus consumidores, deputados, inventam tudo que é maneira para não pagar suas contas de energia. Nós temos muito trabalho com isso. Nós temos amor ao nosso cliente, temos amor ao ser humano. O senhor não gosta mais de uma pessoa do que eu, duvido! O senhor não gosta de uma pessoa que trabalha com o senhor mais do que eu, duvido! Sou cristão, apostólico romano, católico, de fé. Eu não ando maltratado ninguém na empresa. Se eu souber que maltratou, vou atrás dessa história, tanto da sua, como da dela, e a pessoa vai ser punida. Nós damos cursos para nosso pessoal. Nós fazemos com que ele entenda isso, solidariedade, acima de tudo. A Roraima Energia nunca será uma companhia da maneira que o senhor colocou aí, de extorquir os seus consumidores, jamais, jamais faremos isso. Quero dizer ao senhor que a Roraima Energia vai ser cada vez mais uma empresa social. Quando eu optei, com 72 anos, vir para Roraima, já estou aqui há 8 anos, e assumir a responsabilidade da distribuidora, não foi por dinheiro. Não vim para Roraima por dinheiro, vim para cá, porque sou do segmento elétrico há quase 30 anos, então, vou dar o melhor da minha inteligência, do meu pessoal, para fazer o melhor. Agora, se todo mundo está sentindo há dois anos a dificuldade como vai viver a distribuidora? A Eletrobras não quer saber se recebe, a Eletronorte não quer saber se recebe, o fornecedor de combustível não quer saber se a gente não recebe, ele quer uma gestão, e nós estamos fazendo a melhor gestão possível. Acredite nisso, nos ajude, que a Assembleia Legislativa de Roraima seja uma fonte de informação, que nos ajude a fazer a melhor gestão possível. Acredite, não estamos aqui para extorquir essa população não! Nós estamos aqui para prestar um bom serviço e se vocês nos ajudarem, participando das coisas com que vocês recebem, nós vamos mudar o início da história e o final dela, porque toda história tem o começo, meio e fim. Consumidor, tem todo tipo de consumidor. E a gente não está para ficar discutindo nem com o senhor e nem com ninguém, nós estamos aqui para trabalhar, e o nosso trabalho é sério. Se você ver o interesse dos nossos funcionários como era há três anos atrás e agora, depois de dois anos, deputado. Aquela indecência que era aquela empresa, aquele vício miserável lá dentro! Tinha salário de 85 mil reais! Como essa empresa podia prestar um bom serviço para o senhor? Jamais, porque não tinha recurso para isso. E o Governo Federal, há 10 anos não coloca nenhum prego aqui em Roraima. Então, tudo isso dificultou a nossa passagem do estatal para o privado. Estamos recuperando a empresa, nossas metas junto à Aneel vão ser vencidas até julho, não é cobrando e nem extorquindo ninguém, é trabalhando com consciência, fazendo com que o nosso pessoal tenha cursos. Nós preparamos os eletricitistas; nós fazemos tudo que possível para que não tenha esse tipo de colocação que o senhor colocou que, possivelmente, é por falta de informações mais precisa. Não queira saber o que é distribuidora sem recursos. Nós temos investido capital próprio para que ela funcione. Os 50 mil reais que todo mundo fala que pagamos pela empresa, não foi isso não. Nós pagamos 146 milhões de aporte e aportamos lá um bi e duzentos de dívidas para sanear. Então, nós temos um propósito, o nosso propósito é honesto. Vocês precisam confiar na gente e nos ajudar. Minhas colocações finais são essas. Se a Assembleia tem como nos ajudar, nos ajude! Vocês têm canal aberto, qualquer deputado tem o canal aberto, tem assessores. Hoje, por essa forma de WhatsApp, E-mail, nos comuniquem, pelo amor de Deus, nos comuniquem. Não estou aqui para fracassar. 72 anos, o homem que trabalha há 60 anos, ele não quer fracassar. Eu não vim aqui fracassar em Roraima; eu vim aqui prestar um serviço. Acredite no que estou lhe dizendo, sou um homem da verdade, sou homem do bem, sou homem de Deus, não sou homem do cão não! Sou homem de Deus e que meu semelhante tem muito valor para mim. Eu não tenho mais sábado na minha vida. O meu sábado é do meu semelhante. Faço social com meus funcionários em Manaus todos os sábados. Já disse

à minha família que não quero mais sábado na minha vida. Lá tem muita gente passando fome, como aqui também, infelizmente! Agora, de quem é a culpa? É da distribuidora? É da Assembleia? É conjuntura nacional. Pelo amor de Deus, isso é reflexo. Roraima ainda tem abundância. Se você ver no Amazonas, no Amazonas tem quase 100 invasões que não têm nem ruas, são caminhos. Aquela gente sofrida, na periferia, não usa uma máscara, não usa nada. Eu digo para meus amigos: olha nós estamos cercados de miséria e ninguém se mexe. Fui atrás de empresários para me ajudar nas minhas demandas sociais, o senhor sabe quantos me ajudaram? Nenhum! Bando de miserável! A Roraima Energia não é miserável, A Roraima Energia, todos os meses, dá comida a mil pessoas. Todos os meses, escolhemos os pontos mais frágeis da sociedade organizada, igrejas, creches, escolhemos o pessoal do câncer, pessoal da terceira idade, APAI. O pessoal gosta do que nós fazemos, porque chegamos e bancamos o rancho do mês. Então, não viemos explorar ninguém, não viemos aqui fazer coisa errada; nós viemos aqui atender a distribuidora. A distribuidora tem regras, tem cento e poucas regras que devem ser cumpridas, senão as coisas não funcionam. Peço desculpa se, em algum momento, um funcionário fez bobagem desse tamanho, mas não é nossa recomendação, e vamos corrigir essa parte. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Quero deixar claro, aqui, doutor Joaquim e presidente Orsine, que o senhor não me entendeu. Em momento nenhum aqui questionei se o senhor não era homem trabalhador, homem temente a Deus, que o senhor não era homem honesto. Não falei isso não, nem citei isso! Fui muito claro em minhas palavras e vou repetir para entender e não sair daqui pensando duas coisas diferentes. O que eu disse é que o nosso povo não se curva de pagar uma conta de luz, e paga. Existem os bons e os maus consumidores. O que eu disse é que pessoas iguais a Dona Maria, iguais a ela são centenas, não se negam em pagar uma conta, agora querem um serviço de qualidade. Eu não quero aqui dizer que o senhor não é honesto. Não falei isso, nem lhe conheço, como vou falar que o senhor não é um homem de bem. Estou falando da empresa, do serviço prestado pela empresa. Se nós estivéssemos com esse Plenário cheio, que hoje não podemos, por causa da Covid, e fizéssemos uma pergunta de quem está satisfeito com o serviço que hoje é fornecido pela Roraima Energia, levante a mão, acho que menos de 5% iria levantar a mão. Estou sendo muito honesto. O que recebo de denúncias! E o senhor sabe, doutor Rodrigo, falei lá atrás disso, nesta Casa e lhe mostrei. Estava cheio esse Plenário, não tinha nem pandemia. Eu não estou aqui questionando a seriedade da presidência da Roraima Energia. Eu não estou aqui para falar do senhor Rodrigo, do senhor Joaquim e do senhor Orsine, que são pessoas desonestas, não falei isso, até porque não conheço vocês. Estou falando do serviço prestado que, por sinal, é muito ruim, na grande opinião da população de Roraima. É só minha opinião, mas se fizermos uma pesquisa aqui, certamente, a grande maioria não vai concordar pelo que paga e o serviço ofertado. Existem coisas a melhorar? Em qualquer empresa existe. “Ah, deputado, peguei a empresa quebrada há dois anos atrás!” Beleza, não discuto isso. Não falei isso. Precisa fazer ajustes? Precisa. Precisamos melhorar as coisas? Temos consciência disso, presidente Orsine. O que estamos batendo numa tecla desde o começo e talvez o senhor não esteja aqui no dia, mas o Rodrigo está aqui de testemunha: o que nós queremos é que o serviço prestado à população agrade e pague pelo justo. Nós também não queremos que empresa quebre, que a empresa não receba, não estou falando isso, agora, não podemos deixar a nossa população de único serviço, de uma Roraima Energia que preste, e na hora de precisar não ter. Ficam minhas colocações para o senhor entender e não saia daqui pensando que eu quis chamar o senhor de desonesto, algo do tipo, não é isso. Estou questionando a qualidade do serviço, até porque não conheço o senhor, não tenho condição de falar se o senhor é homem mal caráter e desonesto. Até pelo seu cabelo branco, pela idade que o senhor tem, como o senhor mesmo disse, 60 anos trabalhando, não pode ser uma pessoa mau caráter e quero acreditar que seja isso mesmo, até porque queremos que a Roraima Energia faça o seu papel, que é servir à população e receber pelo serviço ofertado. Era só isso. Obrigado!

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Com a palavra à senhora deputada Yonny Pedroso.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Bom dia a todos. Compartilho dos mesmos posicionamentos que já foram tecidos aqui no Plenário, mas acho que está realmente fugindo um pouco da proposta da vinda de Vossas Excelências aqui nesta Casa. O que realmente queremos saber é sobre o corte de energia. Inclusive ontem recebi áudios de pessoas do interior que tiveram suas energias cortadas. A população questiona: “as leis são feitas, mas, para serem cumpridas, só funciona para quem tem dinheiro? Só funciona para quem pode?” Nós somos muito questionados e expostos em relação às leis que a gente faz, principalmente nesta Casa, até porque, só para título de esclarecimentos, essa lei já está em vigor há mais

de um ano e ela não tem efeito suspensivo. Então, o que se aguarda do STF? Queremos o efetivo cumprimento da lei. Queria que, hoje, vocês saíssem desta Casa deixando isso esclarecido para a população, se realmente não vão cortar a energia por falta de pagamento, pois acho que é esse o propósito dessa reunião. Sabemos de todas as dificuldades, já foi intencionado, mas acho que precisamos ganhar tempo. Não adianta sair daqui com todas essas situações que foram expostas, se recebemos diariamente pessoas com esse problema. Se a pessoa não paga porque não está tendo condições, a energia, sendo cortada, ela vai ter que dar um jeito e daqui que ela recorra na justiça para ganhar esse direito, ela já foi penalizada. Então, deixo aqui a minha pergunta: quero saber se, a partir desse momento, já que não está sendo cumprido, por força da lei, essa condição de suspensão do corte de energia, das pessoas que estão com débito, não estou falando das exceções, como foi mencionado, se elas podem ficar tranquilas? Obrigada!

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Sim, deputada, como já foi afirmado, a lei será cumprida, como está sendo cumprida. Se algum caso, esporadicamente, não foi, por algum erro da empresa, nós estamos tratando e vamos tratar. Ok? Reafirmamos o nosso compromisso.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Mais uma vez, bom dia a todos! Bom dia ao presidente Orsine, ao diretor comercial Rodrigo, ao diretor financeiro Joaquim. Escutamos a fala de todos e vimos que há mesmo esse questionamento. Antes mesmo de iniciarmos essa conversa, falei ali dentro que a vinda de vocês hoje serviria para que a Assembleia fosse o mecanismo de transparência e de informação e eu não poderia me aquietar, até mesmo diante da fala do presidente Orsine, que muito bem pediu apoio deste Poder, para que as informações possam, realmente, ser sanadas e esclarecidas à população. Há dois anos como deputada e como roraimense, vivencio a crise energética do nosso Estado e, na linha de frente, acabamos recebendo muitos mais questionamentos. Muitos deles estão sem respostas e sem esclarecimentos para mim, assim como a toda a população. Como foi muito bem mencionado pelos outros deputados, a afirmação de vocês de que essa lei será efetivada, isso nos dá muita tranquilidade. Podem ter certeza de que iremos cobrar. Aproveitando, mais uma vez, a fala do presidente, que questionou um dos pontos que mais vivenciamos, que é o alto custo de nossa energia, assim como a transferência dos bens da CERR e sobre a forma que ocorreu, a gente escutou como resposta que todas essas transições ocorridas estão à disposição da população, de forma transparente, só que, infelizmente, não é isso o que acontece. São inúmeras dúvidas que pairam em mim, até hoje, da mesma forma como se é questionado: Jatapu funciona ou não? Está ou não gerando? Se gera, qual tipo de economia, custo-benefício gerou para a população, já que com ela, aparentemente, deveríamos ter tido uma redução maior. Então, muitos outros pontos como esses, como valores, como essa questão bem mencionada da distribuição e não apenas da geração, que nós gostaríamos de aproveitar a oportunidade de sanar, de afirmar que temos a CPI à disposição. São pontos assim que nos são questionados. “Ah, deputada, tem a Jatapu”; “de quem é a Jatapu, afinal?” A gente, por meio de pesquisas divulgadas pela Aneel, sabemos que ela está em pleno vigor: “mas, e aí, deputada? A minha conta não baixou”. Aproveito para perguntar, porque essa é uma resposta que eu, deputada Catarina, não tenho para que possamos repassar à população. Em diversas conversas com o deputado Renato, desde o início da efetivação, de ele buscar essa lei, percebi que o deputado também tinha as mesmas dúvidas minhas, e ainda continuamos sem respostas. Atendendo e falando sobre o que vocês nos propuseram, de dar transparência, então, quero colocar para a Assembleia para que possamos dar essa transparência para a população, porque estes não são questionamentos somente meus, a gente os recebe todos os dias: e os bens? E os valores? E Jatapu está ou não funcionando?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Deputada Catarina, Jatapu está funcionando. Quando a recebemos, ela estava em funcionamento com limitações, com impedimento de conexão a Boa Vista, por problemas de sincronismo. Quando havia qualquer evento no sistema interligado de Boa Vista que tirava Jatapu, era um problema enorme para restabelecer, uma série de problemas. Inclusive, eu estava conversando com o deputado Chagas, antes da reunião, sobre problemas de documentação e manutenção do lago que temos tratado ao longo do tempo. Hoje, Jatapu está conectada a Boa Vista já operando, há alguns meses, com limitação. Uma das máquinas que estava com limitação, já contratamos a manutenção. Então, hoje, ela opera como nunca operou, por tanto tempo ligada a Roraima, evitando geração em Boa Vista. O Joaquim vai falar quanto ao custo para desmistificar aqui o que foi dito por algumas pessoas no passado, de que, primeiro, o custo de geração é o consumidor de Roraima, que paga: quando interligar vai diminuir o custo com a tarifa de energia. Isso é uma inverdade, isso vai reduzir, ao longo do tempo. Neste momento, o consumidor de Roraima não paga pela geração total de Roraima e mesmo entrando Jatapu, mesmo entrando a Eneva, no final do ano, isso não vai ter impacto direto. O consumidor brasileiro paga a maior parte disso tudo.

O Senhor **Joaquim Moreira** – Complementando, deputada, foi ótima a sua colocação, a pergunta sobre o custo de energia em Roraima. É muito importante esclarecer que, independente da matriz que for colocada para atender o Estado de Roraima, o consumidor já tem uma limitação, que ele paga. É uma lei que limita. Então, tudo o que nós fazemos, são leis criadas pelo legislador. E essa lei regula até o valor do megawatts/hora, referente ao custo no ambiente de recomendação regulada, que gira em torno de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) o megawatts/hora, e o consumidor de Roraima paga. Se o custo for mil, dois mil, dez mil o megawatts/hora, essa diferença de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) até o valor, que está em torno de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), quem paga é o resto dos consumidores do Brasil, os demais consumidores. Nesse subsídio cruzado, as áreas não interligadas são beneficiadas. Então, em Roraima, o custo, hoje, que se tem aqui, só para vocês terem uma ideia, em números, é de R\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem milhões de reais) de gastos para atender o Estado de Roraima, de 2019 a março de 2021. Desse montante, para atender o mercado, quanto foi colocado na tarifa, não por nós, pela Aneel, para que o consumidor de Roraima pague, foi de R\$ 880.000.000,00 (oitocentos e oitenta milhões de reais). A diferença de R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais), quem pagou? Os demais consumidores da Nação, via encargo chamado CCC (Conta Consumo Combustíveis Fósseis). Então, é importante aqui que muitas das soluções estruturantes para, no caso, o Estado de Roraima, que tem muitas atipicidades e nós falamos disso, enquanto estávamos participando da reunião no Senado, uma audiência com as deputadas Yonny e Betânia, onde ficou claro que se houver legislações que detectem, que levarem e evidenciem que o Estado de Roraima tem particularidades. Esse valor, por exemplo, de 275, pode cair para 230, 210, 180. Inclusive, naquele momento, nós demos uma sugestão para que fosse avaliado pelo legislador a possibilidade de, ao invés de usar o valor do ACR médio nacional, usar o valor médio da Região Norte o que, automaticamente, possibilitaria uma redução de 20 a 40% de energia para o Estado de Roraima. Agora, quem é responsável por isso? Não é a distribuidora, nós não fazemos leis. Então, concordo com todas as críticas. Estamos aqui para atender melhor o consumidor, mas é importante deixar bem claro que as soluções estruturantes passam pelo legislador, não pela distribuidora, que é um monopólio natural, como a deputada Betânia falou, e segue regras claras da Aneel.

Só para complementar, sobre se há dúvidas no processo licitatório, o BNDES, diria que é o ente mais confiável para informações do que os que nós trouxemos aqui. Se houve alguma dúvida sobre a tarifa de energia, a Aneel é o ente mais apropriado para esclarecer. E, qualquer questão que não nos for dada essa confiança na forma de despacho, a ONS é o ente do setor elétrico para responder essas questões. Então, pautamos pela verdade sempre e, havendo qualquer dúvida, o setor elétrico é muito bem segmentado e muito bem responsabilizado para cada jeito do que tem que fazer. Agradeço novamente a oportunidade e, no final, se possível, gostaria de responder algumas outras questões, deputado.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Quero solicitar que sejam objetivos nas perguntas e respostas, porque há muitos questionamentos a serem feitos, muita pauta para ser respondida. Haverá tempo para respondê-las. Vocês tiveram, um tempo inicial para fazer a introdução do trabalho de vocês, agora, quem conduz as questões de temas, perguntas, serão os deputados. Tentem ser objetivos nas respostas, para podermos evoluir.

Deputada Catarina, ainda há algo que a senhora deseje tratar?

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Tem sim. A Jatapu não funcionava ou hoje ela não funciona 100%? O senhor falou que já foi solicitada a manutenção. Confesso que fiquei na dúvida sobre a redução de valor, se houve ou não, se realmente... Como o presidente falou, o senhor se expandiu um pouco na fala e um ponto importante, do pouco conhecimento que eu tenho, como foi bem sanado e aproveito pela presença dos nossos deputados aqui, da ausência de legislação como você bem falou. Todos os atos têm que ser perguntados e solucionados pela Aneel, pois, nosso Estado não tem uma agência reguladora. Acho isso de suma importância nós estarmos cientes, se impactarmos uma informação para que a gente possa implementar isso aqui, sim, e da mesma forma, sanar e dar o total apoio, como você bem mencionou quanto a isso. E também, ficou em falta na questão da transferência dos bens da CERR após o leilão. Não sei se o presidente vai dar, posteriormente, fala para essas respostas.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Vou falar sim, deputada Catarina, e queria aproveitar o ensejo para dizer que existe um acordo de pagamento de royalties mensais, da Roraima Energia sobre a questão da CERR, para usar alguma estrutura da CERR, porque Jatapu foi transferida agora em 2020 para a Roraima Energia, mas antes era propriedade da CERR, e vocês vinham utilizando essa estrutura para gerar energia. E como a deputada Catarina quis falar e vocês não responderam claramente, por

isso peço objetividade para responder qual o benefício que a população teve com vocês usando a estrutura da CERR, uma estrutura do Estado para gerar energia e qual o benefício que a população e o Estado tiveram em relação a isso? Com objetividade, por favor.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Quando a Aneel estabeleceu o leilão da concessão de Roraima, ela estabeleceu quais os ativos elétricos da concessão de Roraima na empresa Boa Vista Energia e na empresa Companhia Energética de Roraima. E colocou isso no leilão. Os ativos não eram da CERR ou da Boa Vista Energia, eram ativos públicos, em que a CERR, enquanto tinha o contrato de concessão, explorava esses ativos. A Boa Vista Energia, enquanto tinha seu contrato de concessão, explorava esses ativos. A Aneel avaliou esses ativos, colocou em leilão e valorou os ativos, inclusive, na definição de tarifa, considera a energia da PCH Jatapu na composição de tarifa de Roraima. Então, não existe essa questão de que a Roraima Energia está usando ou usou os ativos da CERR. A Aneel estabeleceu que esses ativos fizeram parte da concessão. Valorou esses ativos e a Roraima Energia, ao comprar o leilão, uma das obrigações era tratar o valor dos ativos com o Governo do Estado. E assim foi tratado, foi negociado e a Roraima Energia vem pagando os ativos em dias. Já pagou 11 parcelas de um total de 24 parcelas negociadas com o Governo do Estado.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - De que valor? Quero saber de que valor e qual o valor total desse acordo.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Os ativos da CERR foram valorados em R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões de reais).

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas só Jatapu vale mais de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)!

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Deputado, então é um questionamento que devemos levar para a Aneel, porque quem valorou foi a Aneel.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Mas, deputado, na listagem informada pela Aneel, em momento algum, Jatapu foi incluída como um ativo de geração e distribuição. Então, ela nem foi avaliada. E como é que hoje ela está lá?

O Senhor Presidente **Renato Silva** – E outra, vocês ganharam a concessão para distribuir energia e não para gerar energia.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Esse questionamento a CERR, realmente, fez, o Governo do Estado fez lá atrás, mas toda a decisão da Roraima Energia é com base no posicionamento da Aneel. Nós temos documentos, onde levamos esse questionamento para a Aneel e ela não respondeu.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Qual o valor, só para o senhor concluir a primeira resposta.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Ativos da CERR, R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões de reais).

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Vocês estão pagando esses milhões, como?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – A CERR devia para a Roraima Energia R\$ 210.400.000,00 (duzentos e dez milhões e quatrocentos mil reais) de fornecimento de energia. Foi feito o encontro de contas, restando R\$ 117.700.000,00 (cento e dezessete milhões e setecentos mil reais). Na negociação com o Governo do Estado parcelamos esse pagamento, que é um dos itens da negociação completa em 24 vezes, e já estamos na 11ª parcela em dia.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Quem? Vocês pagando para o Governo?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Nós pagando para o Governo do Estado.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – O que eu quero saber é o valor total que vocês pagam para o Governo do Estado com relação aos ativos da CERR.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Com relação aos ativos da CERR, eram 327 menos 210, que a CERR nos devia. Sobram R\$ R\$ 117.700.000,00 (cento e dezessete milhões e setecentos mil reais).

O Senhor Presidente **Renato Silva** – R\$ 117.700.000,00 (cento e dezessete milhões e setecentos mil reais) que vocês têm que pagar para o Estado? Vocês pagaram quantas parcelas?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Sim. Já foram pagas 11 parcelas.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas, vocês estão pagando como?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Transferência bancária.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Transferência bancária. Não teve nenhum tipo de acordo que foi compensado com conta de energia do Estado?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Da CERR não. O Governo do Estado tinha uma dívida com a Roraima Energia de consumo de energia elétrica, que foi também feito um acordo, onde a Roraima Energia abriu

mão de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) para poder fechar o acordo. A Roraima Energia que abriu mão.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas como é isso? Uma empresa abrir mão de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) para um estado em troca de quê? Por que vocês não pegaram esse valor e deram em benefícios para a população?

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Porque nós não tínhamos, era o Governo do Estado que estava devendo.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Vocês abriram mão de receber R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais).

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Para conseguir fechar um acordo, recebendo em precatórios ...

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas, em troca de que vocês fizeram isso? De conseguir um leilão?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Não, isso foi depois do leilão.

O Senhor **Joaquim Moreira** – Deputado, uma dívida ela é composta, desculpe, só para nivelar a informação, de principal, multa, juros e correção. Dada uma dívida muito antiga, essa dívida já advém de mais de 15 anos, de valores devidos e não pagos por diversos governos passados. Quando nós colocamos na mesa de negociação, foi colocado para que o Governo pagasse somente o principal. Não seria possível só o principal porque nós teríamos os encargos, então, chegamos a um equilíbrio no valor, que seria um valor que não onerasse o Estado, abrindo mão de correção, juros e multa, mas, deixando o valor corrigido. Isso é uma questão, que é possível dentro da capacidade do Estado, que não havia como honrar todos esses compromissos.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Esse é um acordo Judicial? Você tem como enviar para a Assembleia, enviar para mim? pois não achei o acordo dessa forma. O que eu quero entender aqui, senhor Joaquim, sendo objetivo, vocês compraram uma empresa que tinha mais dívidas. Tá bom. Os ativos da empresa valem muito mais que os valores que vocês estão falando. Mas, vocês entraram aí, não é culpa de vocês, vocês que estão dizendo, mas, em troca disso vocês abriram mão de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para o Governo do Estado. Parece troca de favores isso que vocês estão me falando.

O Senhor **Joaquim Moreira** – Pode ter certeza que não, deputado.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas, é o que parece. Eu vou te dar aqui a CERR, com toda a estrutura que vale R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) mas vou te cobrar R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), aí tu abres mão desse valor em um acordo. O que está parecendo é uma contrapartida, porque você comprou uma empresa que só um ativo dela vale mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Você disse que lá no leilão ela estava valendo R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que foi a Aneel que colocou esse preço, avaliou esse preço, só que lá na Aneel não está a usina de Jatapu, mas no acordo entre vocês, o Estado e a CERR está. Então, por que não está na Aneel esse acordo do ativo da usina de Jatapu? Por que não está o preço, realmente, da empresa, o que ela vale, realmente. Eu quero entender, porque nós temos vários representantes federais que estão há anos falando dessa questão energética e não é possível que ninguém saiba disso. Entendeu? Como é que vocês compram uma empresa que vale mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) por R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e ainda assim abrem mão de receber R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)? Onde é que estão dando R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) que eu queria também. Não estou conseguindo entender essa explicação. Onde é que vende uma empresa que vale R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) também. Será que financia no BASA? Eu vou financiá-la para mim.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Presidente, representantes da Roraima Energia, esses questionamentos do deputado Renato falam realmente sobre os pontos que a gente vem levantando e que ficam sem respostas, por isso estamos aproveitando o momento. Teve o leilão, ganharam o leilão para distribuir energia e não gerar energia. Corrijam-me, se tinha gerar, mas, realmente, não encontrei onde dizia que vocês poderiam gerar, ok, superada essa etapa. Posteriormente, foi permitido fazer um acordo e a gente, como deputados, tem a sensação de que o Estado está sendo, não diria enganado, mas não está saindo ileso dessa negociação, que vocês estão aqui esclarecendo que a parcela está sendo paga, parcela que vocês já disseram o valor e está esclarecido. Acontece que fica, realmente, a pergunta: por que esses valores não batem? Se formos fazer um encontro de contas, não bate.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – E no edital, deputada, para enriquecer sua pergunta, diz que todo esse pagamento tem que ser feito para a CERR e não para o Estado. Então, não entendo esse acordo que tira a CERR de lado, resolve com o Governo e abre mão do valor. Não tem

explicação, não tem resposta.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Então, foi feito, realmente, esse acordo posterior do débito, comparado nesse acerto de contas em que havia tanto de débito do Estado, que o Estado devia à Roraima Energia, posteriormente, após o leilão, enquanto, em contrapartida, sobraram apenas R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), que estão sendo pagos em 24 parcelas, e, dessas, 11 já foram pagas. E em um ponto que o deputado mencionou, a avaliação de um único bem da CERR, que é o bem que, se você perguntar à população roraimense qual o bem que a CERR tem, todos que conheçam quem mora lá ou não, vão dizer que a única coisa que a CERR tinha era Jatapu porque, hoje, não é do Estado, não é da CERR, hoje Jatapu é da Roraima Energia. Mas, a gente não encontra esses valores mencionados nesse acerto de contas, e, se encontrar, aí é que a pergunta do presidente vai ficar ainda mais sem explicação, porque esse era o bem, onde vivenciávamos toda uma esperança de que a energia ia mudar, ia melhorar, a partir do momento que Jatapu pudesse ser implementada totalmente e que iria gerar uma economia na energia para o bolso da população. E o que aconteceu é que esse bem foi vendido. E lá, em 2016, 2017, onde foi feita uma revitalização, uma reforma, que foram gastos mais de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para apenas revitalizar Jatapu. Como pode ser vendido por um valor menor ao que foi gasto? Então, lá atrás já foi mencionado para a população a ser vivenciada com essa revitalização, com um empréstimo sanado, com imensas transações que ocorreram e que não aconteceu e a gente continuou com Jatapu sem funcionar. Por isso o questionamento de saber, hoje, que, realmente, através da Aneel, que ela está ativa, por que ela não gerou ainda nenhum impacto financeiro para a população? Vai demorar? Não vai? Então, voltando à questão de valores, ela não constava em nenhum momento e a gente não consegue entender. Por isso, lhe pergunto claramente, ela foi avaliada em quanto? A gente sabe que houve empresas que se prepararam e se ofereceram para fazer uma avaliação, buscando a lisura. Achei que foi a forma correta. Foi a Aneel quem indicou a empresa para que houvesse a avaliação dos bens? Só que eu não encontro essa avaliação de Jatapu. Que valor ela teve? Quem avaliou? Onde está essa avaliação? Para saber se ela está incluída nesse acerto de contas, ela está incluída nesses R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais) que sobrou? São perguntas e questionamentos de valores que a gente fica sem resposta, e, como eu falei, foi levada à população essa esperança. Eu cresci, vendo a construção de Jatapu e ouvindo que ela seria o mecanismo que levaria nossa independência energética ou uma grande parte com ela.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Resumindo, é que ela traria um benefício à população, que não trouxe.

O Senhor **Orsine de Oliveira** - Deputado, vamos desmistificar uma coisa. Uma usina de Jatapu, você constrói, hoje, com algo em torno de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e não um bilhão. Ela não custa um bilhão. Esse valor seria se ela tivesse cem megas, mas ela só tem dez. De dez só dá energia de 6. Um bilhão seria uma usina de 100 megas, Jatapu só tem seis. Então, seria, no máximo, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) se ela fosse montada, hoje. A usina é do Governo Federal, a usina é da Aneel. Nós não somos proprietários de nada da Roraima Energia, somos concessionária de serviços. Como era também na época. Na época não era também da CERR, era da Aneel. Entendeu? O que a gente precisa fazer aqui para ficar bem claro, presidente?

O Senhor Presidente **Renato Silva** – A questão é que o senhor está falando uma coisa que não está condizendo com a verdade. Não tem como eu ficar aqui três minutos ouvindo o senhor falar o que não é verdade.

O Senhor **Orsine de Oliveira** – Como não é verdade?

O Senhor **Joaquim Moreira** – Deputado, me permita esclarecer algo. No processo de desestatização havia ativos que eram da CERR, e havia ativos que era da Boa Vista Energia, que eram do Governo Federal. No processo do leilão que está muito claro isso, houve a valoração dos ativos da CERR, e todos esses ativos passaram a ser em totalidade do Governo Federal. A concessão, quando houve o processo de passar para o privado, houve a concessão da prestação do serviço. Então, todos os ativos agora, a partir do leilão, são do Governo Federal. Jatapu é do Governo Federal, não é da Roraima Energia. Nenhum ativo é nosso, todos são do Governo Federal. O que houve no leilão foi a possibilidade de o ente privado prestar o serviço, aquele valor tarifário para auferir o retorno, que se chama remuneração de capital, que está no corpo tarifário, está dentro dos 29,90 que eu mostrei no início, que é o que a empresa tira. Que dá quanto isso? 8% do investimento feito. No setor D do Brasil, o ganho do privado é de 8% líquido e cerca de 10,55% bruto. Esse é o nosso ganho e todos os ativos são do Governo Federal. Quanto foi valorado o ativo e como foi feito isso com o Governo, não sei; o que eu posso falar é o que está no leilão. O Leilão dizia que nós deveríamos pagar R\$ 327.400.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões e quatrocentos mil reais). Fizemos o

encontro de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), sobrou R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais) e estamos pagando. Se houver, e a dívida da deputada é pertinente, da avaliação como foi feito isso com o Governo do Estado, é o BNDES, não fomos nós que participamos. Houve aí também o contato do BNDES como detentor desses ativos quando era do Estado de Roraima, que nós não tivemos participação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, caros colegas, inicialmente quero parabenizá-los pela iniciativa de convidar os representantes da Roraima Energia para virem até esta Casa para esclarecer dúvidas que temos, que chegam a esta Casa, aos parlamentares, diretamente dos cidadãos roraimenses. Quero cumprimentar o senhor Orsine, presidente da Roraima Energia, os senhores Joaquim e Rodrigo, que são diretores da empresa, por terem prontamente atendido ao convite desta Casa e vindo aqui para ouvir os deputados e fazer os esclarecimentos. Eu vejo que o objetivo da reunião era um e agora, ao final, acabou indo para uma outra área que não era o objetivo da Comissão Geral que se instalou, mas, são dúvidas que os deputados têm e que procuram esclarecer. Mas, quero agradecer, senhor Orsine, a sua presença aqui e dizer que sua fala nos dá um conforto e esperança pela sinceridade das suas palavras, quando coloca toda sua história, toda sua biografia em um trabalho gigantesco, que é fazer a distribuição da energia. Eu, sinceramente, fiquei bastante esperançoso de que a Roraima Energia vai cumprir com essa concessão, distribuindo energia de qualidade. É claro que pegou, na capital, uma empresa já mais estruturada, que era a Bovesa, mas sabemos que a estrutura da CERR, realmente, era deficitária. Uma energia com apagões constante no interior do Estado, em muitas localidades que, às vezes, passava-se de dez a quinze dias para ter restabelecida sua energia. A gente vê uma melhora significativa na estrutura, principalmente no interior do Estado, onde a gente vê uma estrutura de logística de veículos novos, atendendo. Enfim, há ainda algumas reclamações que chegam de quedas de energia, que demora cerca de 48 horas, mas, claro, em um tempo bem menor do que existia antes. A gente fala isso, porque, de repente, não sei como está essa parte da relação da energia, porque o que a gente ouve de reclamações das comunidades é que antes havia um escritório local em cada município para estabelecer o que chamavam de Linha Viva. Nós estivemos, recentemente, na Vila Vilena, com dois dias sem energia. Então, são questões pontuais, presidente, que, de repente, precisam de um pouco de melhoria, mas eu vejo um investimento acontecendo. Queria fazer essa observação apenas, de melhorar a questão do restabelecimento da energia. A questão dos custos da energia, andei estudando isso há cerca de dois anos, assim que a Roraima Energia tomou, e eu verifiquei que esses números apresentados aqui, só que aqui está sem os tributos, na verdade, chegam a 0,79 com os tributos, mas, também se situa naquela linha intermediária entre o mais caro e o mais barato. Mas, o grande ponto dessa reunião, deputado Renato, era o cumprimento da lei de não cortar a energia no período da pandemia, e me parece que houve questões pontuais e que o Dr. Orsine, presidente da empresa, veio pessoalmente aqui dizer que, com relação a esses pontos, está se estabelecendo uma linha direta com esta Casa, com os deputados, com o Procon Assembleia, e eu acredito que a população vai ter mais segurança agora, pelo que foi colocado aqui pelos senhores.

Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que nós aprovamos nesta Casa uma Lei, que foi sancionada pelo governador Denarium, que é o aproveitamento da madeira do reservatório do Jatapu, para aquela madeira que tem lá. Aquilo foi uma floresta que foi inundada, eu conheço bem aquela região e os detritos daquela madeira prejudicam as turbinas. Para consertar uma turbina dessas tem que tirar, colocar em cima de uma carreta e levar para o Sul do País, e o custo disso é imenso. Nós temos quatro turbinas, acredito que as quatro estão funcionando. Se estiver funcionando, são 10 megawatts. Realmente, é uma hidrelétrica pequena, deputada Catarina. Mas, o gás metano que sai das madeiras, que estão no fundo daquele lago prejudica a camada de ozônio e o meio ambiente. Então essa Lei foi no sentido de permitir que a CERR autorizasse empresas que trabalhassem com madeira para retirar madeiras nobres. Lá tem madeira nobre que dura mais de cem anos no fundo do lago e também, para a madeira que não fosse nobre, se aproveitar para se produzir o carvão ecológico de Roraima. Então, essa Lei está em vigor e talvez agora, com a privatização, precise de alguns ajustes, que nós estávamos conversando com o Dr. Rodrigo e vamos propor uma alteração na Lei, mas pedir esse empenho também da Roraima Energia para que aqueles milhares de metros cúbicos de madeira sejam aproveitados, em um momento em que o mundo se debruça sobre a Amazônia, combatendo o desmatamento e a Roraima Energia pode dar essa contribuição, abrindo frente de trabalho para esses empresários que, ao invés de desmatar, alguns de forma ilegal, dá uma frente de trabalho para que eles possam explorar essas madeiras, gerando emprego e renda. Então, já pela conversa inicial que tivemos ali com o Dr. Orsine, se colocando à disposição, agradeço e estou à disposição, meu gabinete, acredito que esta

Casa também, e, como líder do Governo, acredito que o Governo também. Vamos conversar com o governador para fazer os ajustes necessários para que essa Lei entre em vigor, pois tenho certeza que vai ser bom para todos os lados, para o meio ambiente, para os empresários, para o Estado e, também, para a Roraima Energia, que, com certeza, tem compromisso com o meio ambiente. E vai ser bom também porque, ao retirar aquela madeira, que vai levar alguns anos, eu acho, mas, vai evitar o prejuízo da empresa com suas turbinas. Mas, parabéns pelo seu posicionamento. Eu senti sinceridade no senhor Orsine e na capacidade técnica dos seus diretores, e dizer que estaremos aqui à disposição para contribuir, no que for possível, para melhorar o atendimento e o fornecimento de energia aqui no Estado. E, parabenizar o deputado Renato, pela Lei que aprovou, junto com seus colegas, e pela iniciativa de convidar os representantes da empresa. Acho que é assim que se constroem políticas públicas, de forma franca, clara, como foram os deputados que falaram aqui e como foram os representantes da empresa. E toda situação que surgir de descumprimento, eventualmente, da Lei, porque, às vezes, é uma empresa grande, às vezes é um gerente de um setor, é um problema que surge, que chegue a esta Casa, e a gente vai levar a este canal aberto que vocês disponibilizaram para a gente. Obrigado a todos e acredito que esse é o papel de todos nós aqui. Obrigado!

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Obrigado, deputado Chagas. Só esclarecendo a questão do Requerimento. Como nós demos o espaço para os representantes da Roraima Energia fazer a introdução do seu trabalho, onde eles mesmos tocaram em vários pontos da questão da energia aqui, então, estamos perguntando tudo o que foi citado por eles próprios e acredito que não é nada demais eles esclarecerem e não fogue da conversa iniciada por eles mesmos. Algum representante da Roraima Energia quer falar algo sobre a fala do deputado Chagas?

O Senhor **Orsine de Oliveira** – Diretor Presidente da Roraima Energia – Obrigado, deputado Chagas. A Roraima Energia vai apoiar seu projeto aprovado. Vamos ver a viabilidade econômica de como fazer. A Roraima Energia não pode usufruir de lucro desse seu projeto. Vamos nomear uma Instituição de Meio Ambiente ou de cunho social para que usufrua e faça a parceria comercial nesse assunto, e a gente dá todo apoio, no que for possível. Agora, deputado Renato, eu gostaria de sugerir que o seu departamento jurídico, junto com o nosso, fosse ver a documentação da privatização, desde o início, porque os balizamentos começam a fazer distorções, porque uma usina como Jatapu não vale 1 bilhão. Esses R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) desse empréstimo malvido que o Estado fez naquela época não tem nada a ver com a CERR caveira que nós encontramos. Das 17 ou 18 usinas, não tinha uma ou duas funcionando. Era caveira mesmo, tudo podre, sem dar a energia que o pessoal do interior precisava e nós fizemos em 90 dias todas as usinas funcionarem e estão funcionando, até hoje. Então, nós somos desse segmento de geração de energia e fizemos com muita responsabilidade o recebimento das usinas da CERR e cumprimos com os nossos consumidores do interior o fornecimento de energia. Agora, o que acontece muito no interior é que as árvores e a selva impactam muito na rede de distribuição. Então, é um cuidado constante que, às vezes, nós não chegamos lá. Tenho certeza absoluta que por falta de vontade não é. Agora estamos limpando essas vias de distribuição com trator, porque com o terçado não dá tempo. Você faz quase mil quilômetros de estrada, como vai ficar limpando o dia todo, então, não dá. Nós estamos focados em atender bem nosso cliente. A nossa vocação é atender o cliente e essa questão jurídica da privatização da CERR, aconselho que formemos juntos uma parceria com o seu departamento jurídico da Assembleia para esclarecer todas as dúvidas que a Assembleia possa ter. Por favor, faça isso que aí, a gente mata esse assunto.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Faça sim, porque são muitas dúvidas que temos sobre esse assunto e queria ir para um tema muito importante que nós vamos ter agora no meio do ano aqui no Estado de Roraima. A Roraima Energia fez um contrato com quatro empresas, que vão fornecer energia elétrica. A empresa Eneva, a PPF, a Enerplan e a empresa OXE Energia, inclusive essa empresa OXE Energia vai criar energia com resto de madeira, cavaco de madeira reflorestada. Quero saber se nós consumidores iremos ter uma energia mais cara depois que estivermos usando essas fontes. Se a energia vai ter um aumento; se a população de Roraima vai pagar mais caro ainda na sua energia agora, a partir do meio ano, quando começar a funcionar essas empresas?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Deputado, só para deixar claro, quem define a fonte geradora do Estado de Roraima é o Ministério de Minas e Energia. Não é a Roraima Energia quem decide se vai gerar a diesel, a cavaco, solar ou de hidrelétrica, principalmente depois de 2010, que a Eletronorte tinha um contrato de fornecimento para Roraima e a Venezuela passou a apresentar limitações. Foi o Ministério de Minas e Energia que determinou a realização de chamadas públicas para implantação de geração aqui, na época termoeletrica, porque era o único tipo de geração capaz

de ser implantada em curto espaço de tempo para garantir fornecimento ao Estado de Roraima. Como a Venezuela foi se degradando nos últimos anos, chegando ao desligamento total em março de 2019, o próprio Ministério de Minas e Energia, através de um leilão realizado pela Aneel, fez um leilão para substituir os parques geradores atuais que tinham sido colocados de maneira emergencial. Então, esse leilão foi realizado pela Aneel, com venda já definida pela Aneel para a Roraima Energia, porque a Roraima Energia é a distribuidora do local. A data inicial desses novos empreendedores, que é a implantação dele, a entrada em operação oficial, é fiscalizada pela Aneel e não pela Roraima Energia. A gente participa, efetivamente, do acompanhamento para saber porque a gente tem uma preocupação enorme com a confiabilidade dessas usinas: a Eneva, na subestação de Monte Cristo, no Bonfim, no Cantá, em Rorainópolis e no Baliza. Que garantia real elétrica nós vamos ter que essas usinas, depois que entrarem e as usinas que estão, hoje, operando desligarem e enquanto Roraima não estiver ligado ao sistema nacional? Será que vamos ter mais apagões do que tínhamos em 2018? Essa gestão não é da distribuidora. A partir da assinatura e entrada em operação desses contratos, não é a distribuidora que vai fazer a manutenção na geradora. Quanto ao preço, vai continuar sendo aplicada a mesma regra, que é aplicada, hoje. Qual o custo para nós, hoje, produzirmos um megawatt hora, entre mil e mil e duzentos reais um megawatt hora? O consumidor de Roraima paga isso? Não. Ele paga, no máximo, R\$ 300,00 (trezentos reais). O que a Aneel faz? Por isso que tem uma regra, uma legislação nacional para subsidiar o custo de geração adicional da Região Norte.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas me responda: vai ficar mais caro ou não a energia, a partir do meio do ano, quando tiverem usando essas usinas?

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Com a entrada de qualquer fonte nova e como o custo de geração em Roraima é muito acima do que o consumidor paga, não é isso que influencia o preço da energia do consumidor de Roraima. Quando for em novembro, a Aneel vai avaliar os custos operacionais da distribuidora e vai dizer se vai haver reajuste ou não, mas o fator do custo de produção da energia não tem esse impacto direto porque ele está muito acima.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Mas, deixa eu falar uma coisa para você. Você está rodeando a resposta. Eu já tenho informação da Aneel que vai ser R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais) o megawatt hora aqui na Roraima Energia. Vai dizer que vocês não sabem dessa informação? Eu sei e vocês não sabem? Se é R\$300,00 (trezentos reais) hoje, nós vamos pagar R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais) no final do ano? Vamos ter o dobro do valor, o aumento, porque o megawatt já vai ser mais caro. Então, eu quero saber se é isso, porque, como o deputado Jeferson falou, não quero falar de gráficos, de dados, se a Venezuela está ruim, se o Brasil está ruim. Eu estou falando se vai chegar na ponta do consumidor o aumento da energia, quando essas usinas estiverem funcionando, porque o megawatt já vai ser mais caro, com a própria informação da Aneel, e vocês devem saber isso, com certeza, então é isso que eu estou perguntando.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – É porque a resposta não é tão simples. Diretamente, qual é o custo, hoje? É mil e duzentos. Qual é o custo quando entrar? Segundo a Aneel, o custo dessas usinas, quando entrar, é de oitocentos a mil. Não é só seiscentos; seiscentos é uma unidade. Esse custo vai para a tarifa do consumidor? Não vai. Ele vai para o custo do Brasil. O brasileiro vai pagar isso, porque o consumidor de Roraima já paga só trezentos. O que passa disso vai para outros consumidores do Brasil. Então, se é seiscentos ou se é mil, não é o consumidor de Roraima que vai pagar, quando chegar em novembro.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Não deixa de ser o consumidor, porque, quando chegar em novembro, ele vai para todo o Brasil.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Não, toda essa diferença é rateada para todos os consumidores do Brasil.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Ou seja, de Manaus para lá.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Isso

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Então, o senhor está me afirmando que, até novembro desse ano, com a utilização dessas usinas, nós não vamos ter aumento de conta de energia.

O Senhor **Rodrigo Moreira** – Decorrente do custo de produção, não. O que vai acontecer é que, em novembro de cada ano, a Aneel faz uma avaliação de todos os componentes da tarifa e diz se vai haver aumento ou decréscimo, porém o custo de produção da energia, que hoje está em mil e duzentos e vai chegar, se chegarem realmente às usinas, a seiscentos, oitocentos ou novecentos, a diferença do que a Aneel considera na tarifa do consumidor que, em média, é trezentos reais em Roraima; ela vai fazer uma avaliação. É isso, deputado, que eu quero pegar mais um gancho que os jornais falaram

O Senhor Presidente **Renato Silva** - O que eu tive de informação lá é que, quando essas usinas funcionarem, esse custo a mais não vai ser dividido no Brasil.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Vai. Se não for, o senhor acha que o consumidor tem capacidade de pagar isso? Com certeza, a regra é a mesma. É por isso, deputada Catarina, que concordo muito com a senhora aqui. Em muitos momentos da história de Roraima, muitas pessoas tentaram ganhar benefícios com discursos. Venderam esperança irreal: se a hidrelétrica de Jatapu entrar, vai reduzir a conta do consumidor; se entrar solar, vai reduzir a tarifa do consumidor. Não vai. Se Roraima tivesse interligado com o sistema nacional de energia e nós conseguíssemos participar dos leilões e comprássemos energia a duzentos e setenta kilowatts hora, aí sim a Aneel iria olhar os contratos de compra de energia da Roraima Energia e repassar isso ao consumidor.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Eu não consigo entender que vocês usam hoje o diesel para poder fazer a questão da energia, de fato. Vamos supor que a Usina de Jatapu, que vocês disseram que não é de vocês, é da Aneel.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - É da União. Todos os ativos, o poste aqui da esquina é da União.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Mas, presidente, só para afirmar, quando a gente pesquisa na Aneel consta como pleno funcionamento da Roraima Energia.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - É porque nós temos a concessão do uso do serviço público, está na nossa concessão, na nossa responsabilidade. A gente não tem aqui, por exemplo, a decisão: eu vou vender a subestação aqui do centro. O ativo não é nosso, ele está sob a nossa administração com regras estabelecidas pela Aneel.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Mas, quando vocês geram energia lá para Jatapu, mesmo sendo mínima em 100 ou 10 megas, como o senhor falou, o termo técnico que vocês falam aí, diminui a quantidade de diesel para gerar aqueles tantos megas de energia. É por isso que eu falo para vocês que a Usina Jatapu aí, tendo muito pouco benefício, mas ela tem um certo benefício, senão deixa ela fechada e vocês usam mais diesel para fazer mais energia e a gente fica com o mesmo valor na conta. Então, se ela traz algum benefício para a Roraima Energia, é porque vocês geram energia por ela, a empresa privada. Vocês tinham que botar esse benefício na conta do consumidor, porque vocês estão gastando aí mais de um milhão de litros de diesel. Os caminhões destroem estradas, traz muita energia, mas não é aquela energia de qualidade. E eu sei que a energia de vocês está comparada, na média nacional, com a questão de queda de energia, então, não tem nada fora do normal, comparado ao Brasil. Então é o Brasil que está ruim, imaginem como é que está. Vamos supor, cem mil litros de diesel para fazer a energia aí; a Usina de Jatapu para fazer ali cem megas de energia, a Usina de Jatapu faz dez, vocês vão ter que reduzir esse custo aqui de cem mil litros de diesel, porque vocês vão fazer noventa megas, porque dez megas quem faz é a Usina de Jatapu. E eu quero saber, mesmo sendo mínimo, porque essa economia que ela traz para a empresa, que não deixa de ser um ganho para a empresa, não dar um benefício para a ponta, para a população.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Mensalmente, senhor deputado, nos apresentamos para a Comissão de Energia Elétrica todas as notas fiscais e todas as medições de energia em Roraima, que é feita em cada hora. E o que ela faz? Inclusive, Jatapu, a Câmara de Comercialização, que é um órgão do Governo Federal que administra todo o preço de energia. Ela olha quantos megawatts foram gerados, x megawatts, quanto isso custou. Em Roraima custa mil e duzentos, vamos dizer, antes de Jatapu entrar custava mil e duzentos reais para gerar um megawatts/hora. O que a Aneel estabelece para cobrar do consumidor de Roraima? Trezentos reais. Quanto é que sobrou? Novecentos mil reais. Isso quem paga é o consumidor brasileiro. Entrou Jatapu, correto? Vamos dizer que Jatapu impactasse em cem mil. Os cem mil não diminui. Essa é a regra da Aneel para nós, não vai diminuir aqui para o consumidor de Roraima, porque tem um custo muito acima para a produção. Ele diminui de mil e duzentos para mil e cem e faz com que o consumidor brasileiro não seja rateado, mas sim oitocentos, porque foi com o custo evitado para Roraima. Isso funciona em qualquer outra hidrelétrica.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Certo. Então, só para ver se, realmente, ficou entendido: qualquer outra implementação ou qualquer outra usina, como o Presidente falou, que a gente tem previsão que seja implementado esse custo em grosso modo, seguindo as suas falas, vai diminuir nos oitocentos. Vamos supor que Jatapu era novecentos, passou para oitocentos, vamos implementar mais quatro usinas, não sei, vamos diminuir nos setecentos, os trezentos afetados pelos consumidores do nosso Estado de Roraima, esse valor não vai se reduzir? Seria mais ou menos isso?

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Exatamente. Em novembro. Aí, eu quero aproveitar a deixa. De outubro para novembro, a Aneel avalia todos os custos, inclusive quanto é que a Aneel vai repassar para o consumidor de Roraima, se é para mais ou para menos, existe uma regra bem estabelecida para isso, que a própria Aneel estabelece.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Então, de certa forma, a pergunta do deputado Renato, que, após a implementação dessas usinas, vai haver uma redução, a gente pode não ter muito conhecimento e, a princípio, antes de uma avaliação da ANEEL, não vai ter redução alguma.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Não vai ter.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Então, é esse tipo de informação que a gente tem que passar. É o que eu falei: não é vendendo uma falsa esperança, mas da mesma forma que se implantou, há vinte anos, sei lá, da implantação de Jatapu, pelo que eu entendi, está sendo implementado agora. Com essas novas mudanças, com uma energia implementada diferenciada, com a energia a gás, com a energia solar, entretanto, com a afirmação de vocês, afirmando que ninguém vai ter um impacto, em ter uma energia mais barata no Estado, desde que a Aneel, realmente, repactue e edite as novas regras, ou, pelo contrário, a gente pode até pagar mais caro. Então, deputado, para responder à pergunta: até o meio do ano, com a implantação dessas usinas, redução para o consumidor roraimense não vai ter.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Deputada Catarina, nós vamos acompanhar isso de perto que, com certeza, não vai acabar aqui. É um serviço constante, como a Ministra do STF Carmem Lúcia falou: a energia elétrica é direito fundamental do indivíduo. Todo mundo tem que ter energia elétrica. Você pode se privar de combustível, mas, de comer e de energia, não pode.

Então, para encerrar essa questão da tarifa de energia, só a última pergunta sobre isso e passar para outro tema da tarifa social, mas a deputada fique à vontade. Catarina, Chagas, podem perguntar qualquer assunto. Estou falando das minhas perguntas. Dia 29/10/2019, a tarifa de energia teve um reajuste: menos de 2,2%; já em 26/10/2020: menos de 6,40 %, totalizando, assim, quase 10% no valor da tarifa de energia elétrica. O que eu quero perguntar para o senhor é se esse reajuste que a ANEEL disse que teve foi repassado para o consumidor roraimense.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Sem dúvida nenhuma. Nós podemos pegar qualquer unidade consumidora de Roraima. Se o senhor trouxer para mim, nós vamos abrir o sistema, pegar a fatura dela de outubro e pegar a fatura de novembro. Pode fazer todo ano. Por isso, quando a Aneel divulga, é a tarifa seca, sem tributos. Quem tributa não é a Aneel é o órgão federal, mas a tarifa seca, que é o que ela homologa, é exatamente isso. Podemos pegar qualquer unidade consumidora de qualquer ano, que houve um reajuste ou uma necessidade de reajuste temporário, ela é repassada diretamente e fiscalizada pela Aneel.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Outra pergunta que eu quero fazer, senhor Rodrigo, é sobre a tarifa social. A tarifa social é um plano, um projeto do Governo Federal, que dá até sessenta por cento de desconto nas tarifas de energia para as pessoas de baixa renda. Nós temos, aproximadamente, vinte e cinco mil pessoas beneficiadas com a tarifa social aqui no Estado de Roraima, mas nós temos quarenta e dois mil pessoas cadastradas no bolsa família, ou seja, nós temos quase o dobro de pessoas de baixa renda a quem esse programa não atendeu. Você me mostrou aqui nos slides das apresentações muitos trabalhos sociais, quero até parabenizar a Roraima Energia por essas ações sociais, então, por que vocês não usam essas ações para poder beneficiar as famílias de baixa renda, sem condições financeiras, para dar esse benefício para elas? O que eu vejo muito, como parlamentar, deputada Catarina, porque a Dona Maria veio me procurar, porque muitas pessoas, às vezes, não sabem buscar o seu direito, elas procuram a gente para resolver o problema delas, a gente não pode abrir mão disso, a gente tem que ir atrás de resolver o problema. É o meu papel entrar com uma ação em nome dela. Então, não é o meu papel ir lá fazer denúncia por ela; o meu papel é legislar, é aprovar leis, porque quem julga é o Judiciário. Nós temos a Defensoria Pública para isso, mas quando você chega na casa da pessoa carente, sem condição, não sabe onde buscar o seu direito, a gente tem que atender, a gente não pode se furtar de não atender a família daquele cidadão. Então, o que eu falo para o senhor é isso. A Roraima Energia tem um plano de pegar todas essas famílias cadastradas no Bolsa Família para, realmente, usar esse programa, que é um programa do Governo Federal, para poder dar esse benefício para a população?

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Como eu já falei no início da apresentação, nós já fazemos isso, tanto é que eu já coloquei, em dois anos, de quinze mil beneficiados para vinte e cinco mil. Qual é o grande problema? A regra não é só receber o Bolsa Família, ou simplesmente cadastrado no CAD Único. Existem outras regras para o benefício da tarifa social. Vou lhe dar um exemplo, claro que sempre acontece: Rodrigo recebe

Bolsa Família, porque está no CAD Único, mas Rodrigo não tem conta no nome dele. Então, ele não consegue vincular nenhum parente com o nome, e ele não tem o vínculo com aquele beneficiário ou familiar beneficiário, então existe um outro. Existem outras questões aqui mais específicas, e eu quero aqui colocar, reafirmar o compromisso que, a qualquer momento, se o senhor entender, quem faz o cadastro do CAD Único é a Prefeitura. Vamos fazer uma parceria. Nós queremos ampliar o benefício com as prefeituras, com cada município, para ampliar o cadastro no CAD Único. O consumidor pode ter o benefício, hoje. Se ele não se preocupar em voltar no CRAS, anualmente, para atualizar o seu cadastro, ele perde seu cadastro no CAD Único e, automaticamente, perde o benefício da tarifa social. Depende das prefeituras, das buscas ativas em manter o cadastro social. Então, eu me coloco à disposição para encontrarmos uma maneira de potencializar o cadastro. Vamos fazer em conjunto.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Para encerrar as minhas perguntas e se algum deputado ainda quiser fazer perguntas, eu queria saber sobre a universalização da energia elétrica, o Luz para Todos. Vocês têm um prazo até 2022. Você nos falou que, de 2020 para cá, atenderam 1.600 famílias.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Programação 2021 - oito mil famílias.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - A proposta que foi para a Aneel, e estou com o documento aqui, foi de 15.054 ligações até 2022. Seriam 10 mil ligações até 2021, e até 2022 vocês iam chegar a 15.054 ligações de energia elétrica em Roraima. Eu sei que estamos em pandemia, em dificuldade e tudo, mas o número de ligações que vocês fizeram foi muito baixo, diante da proposta apresentada para a Aneel. Queria que o senhor me explicasse isso.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Esse clima de pandemia em todos os nossos setores, dificultou bastante. Agora, foi importante o senhor falar isso. Nós vamos cumprir o plano, inclusive, na hora que o senhor quiser saber do nosso plano, onde estamos atendendo, a cada mês, nós estamos à disposição para o senhor, em mostrar onde estamos atendendo. Uma coisa que tem acontecido muito é que existem muitas emendas parlamentares destinadas à eletrificação rural e, constantemente, temos recebido pedidos. A pessoa que conseguiu a emenda parlamentar, que atende a vicinal X do município tal, vem solicitar que a gente retire de nosso plano de obras, que está em execução, porque ele vai fazer o que está em emenda parlamentar. A gente tem muito cuidado em fazer isso, porque o nosso plano de obras está contratado na rua, trocando poste. E a gente sabe que o prazo de implementação das emendas parlamentares: a gente tem que aprovar o projeto, iniciar uma licitação, contratar, iniciar a obra, e isso vai levar entre um a dois anos. A gente tem um cuidado muito grande de não simplesmente retirar do plano, porque o que todos nós queremos é que o consumidor seja atendido o mais rápido possível. Então, se é uma região que a gente já está atuando e vai atender, agora, em 2021, é muito ruim tirar e esperar uma emenda parlamentar, que vai sair daqui há doze ou dezoito meses, mas estamos trabalhando, sim, para cumprir o que foi estabelecido pelo Ministério. Temos algumas dificuldades sim, mas a nossa empresa contratada está nas ruas trabalhando. Os custos que têm que fazer, devido ao inverno ou chuva ou qualquer outra adversidade, vai ser ajustado no cronograma e realizado.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Eu tive dois projetos de lei, que foram aprovados, agora. Um fala da explicação da minha conta de energia, sobre onde a pessoa pode ir buscar ressarcimento de um bem que queimou, um eletrodoméstico, ele vem explicado na conta. Tem outro que, já até foi sancionado pelo Governador, sobre vir uma foto do relógio, ou medidor de energia na conta de energia. Porque acontece muitas vezes delem tirarem uma base entre eles, e não irem todo mês lá, averiguar, aí as contas vêm. Já chegou denúncia das contas virem repetidas. Então, para evitar isso, ele vai averiguar lá, a conta de energia. E o que ele vai fazer? Ele vai tirar uma foto e vai anexar na conta de energia, tipo uma multa de carro, tirar uma foto colocar na conta de energia. O consumidor vai chegar lá, e vai ver que foi o relógio dele. Podia estar de férias e tal, é lei. Eu queria uma participação de vocês para que não haja dificuldades. Como já existe essa decisão do STF, que dá essa legitimidade de legislar entre empresa e consumidor, com certeza, se precisar, nós vamos obter essa vitória. E eu acho que não tem problema nenhum no trabalho de vocês. Eu queria saber se vocês podem atender essa lei.

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Quanto à informação na conta de ressarcimento, sem dúvida, já estamos implantando o sistema para anteder. Sobre essa outra, não tínhamos conhecimento. Só seria muito interessante, senhor deputado, que quando tiver uma lei, não tenha dúvidas da nossa parte em passar a transparência, principalmente na leitura de campo. A gente tem um acompanhamento diário e mensal da quantidade de contas que a gente não consegue ler, que teve algum impedimento, O portão estava fechado, principalmente no interior, onde o medidor fica lá dentro e

o portão fica fechado, que é quando a gente tem que voltar lá. Nesse caso, hoje, o leitorista vai com a máquina. Então, eu já tenho o formulário da conta comprado, antecipadamente. Para a implementação de uma lei, que eu vou ter que imprimir uma foto, eu tenho que ver se o equipamento que eu tenho, hoje, em campo consegue imprimir foto. Se não conseguir, eu vou ter que mudar o equipamento. Todo esse tipo de mudança é benéfico. Hoje, aquele equipamento não imprime fotos, então, de pronto, não posso lhe atender. Para mudar de equipamento, isso vai ter custo. Não estou dizendo que a gente não vá fazer. Então, quando a Aneel vier fazer a regra tarifária em novembro, ela vai avaliar esses custos e, se ela entender que sim, ela vai colocar um percentual adicional na tarifa.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Mas isso aí, doutor Rodrigo, é uma segurança, não só para a população, mas para vocês também, que vai evitar as pessoas que ficam questionando a conta, entrando na justiça. Você concorda comigo?

O Senhor **Rodrigo Moreira** - Nós já tiramos a foto, a foto vai para o nosso sistema. Em qualquer unidade que não tenha sido feita a leitura por qualquer tipo de falta de projeção por média, como está prevista na regulamentação, ou por qualquer impedimento, qualquer consumidor que queira ver a foto, está no nosso sistema. Agora, sobre ressarcimento, que foi colocado pelo deputado Jeferson, só em 2020, nos ressarcimos 188 consumidores. É lógico que vão chegar para vocês reclamações. É evidente que quem recebeu não vai chegar aqui. Então, nós realizamos mais de vinte e cinco mil atendimentos por mês. Há falhas. Nós não temos mil pessoas trabalhando na rua. É como o Deputado Jeferson falou, é impossível a gente garantir que não vai chegar um excesso a cada mês, mas estamos aqui, de portas abertas, para resolver qualquer coisa pontual.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Algum deputado quer fazer alguma pergunta.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Eu quero só complementar, senhor presidente, já que estão falando aqui das leis que a gente tem. Tem uma lei, de autoria minha, nesta Casa, que não vai gerar gasto nenhum. Pelo contrário, vai solicitar que, no momento do corte, quinze ou dez dias antes, chegue uma notificação no estabelecimento comercial ou pessoa física, enfim. No caso de estabelecimento comercial, no momento do corte, não estou falando da notificação, mas que dessem dez minutos para que aquela empresa desligasse seus equipamentos, tirá-los da tomada, procurar readequação de alimentos muitas vezes perecíveis, que podem estragar ou até mesmo, nesse período dos dez minutos, apresentarem esse comprovante de pagamento para evitar esse corte ou aumentar em uma taxa de religação. Então, está em tramitação este projeto de lei para que alguém presente no estabelecimento possa dar uma assinatura do horário e dez minutos depois vocês possam efetivar, realmente, o corte da energia. Nesses dez minutos, a gente consegue dar um excelente atendimento, evitar qualquer tipo de excesso à população. "Olha, nós estamos aqui, vamos lhe dar dez minutos para que você desligue o que você quiser e nós vamos efetuar o corte, em razão do débito existente". É mais uma maneira da gente dar mais um pouco de garantia, demonstrando o que vocês falaram aqui, de está tratando o consumidor com total respeito. Então, cumprir essa exigência, de dar dez minutos até para sanar possíveis irregularidades de superpoderes, ou algum mau entendimento entre o representante da Roraima Energia, que está indo fazer o corte e a população que vai receber o seu corte. Só para sanar e falar que essa lei, em tramitação, possa ser aprovada e implementada. A assinatura pode ser feita na conta ou na notificação, que fica no corte, apenas para dar garantia ao setor comercial, que está ali e evitar maiores danos, em razão do corte. Infelizmente, uma das grandes denúncias que a gente recebe, por conta dos cortes, que eletrodomésticos são queimados e prejuízos de mercadorias existentes, e nós devemos dar esse suporte ao consumidor, principalmente nesta época de pandemia.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Com a palavra o Senhor Orsine Rufino de Oliveira

O Senhor **Orsine Rufino de Oliveira** - Deputada, o que a senhora está falando é que a gente possa ter mais um pouco de tolerância. Pode ter certeza que eu vou colocar isso em pauta, um pouco mais de tolerância e um sentimento humano para trabalhar. Tenha certeza que 95 % de nossos funcionários fazem isso e 5% não fazem. Outro dado para a senhora: a senhora sabia que o pobre paga a sua energia. Coitadinho, ele paga a energia dele e não reclama, porque ele sabe que, se ele ficar sem, vai ser difícil, então ele paga a energia dele. Quem não paga é o médio para cima. O pessoal que não paga é o que acha que tem muito dinheiro. Não que não apareça um mal entendido, isso é normal. Em cento e setenta mil consumidores vai aparecer, sim.

Uma outra questão social que nós fizemos: diversos gatos que encontramos, quando chegamos, ruas com arames farpados, etc, etc. Nós puxamos redes para o consumidor de baixa renda. E sabe o que eles fizeram, deputada? Eles resgataram a cidadania. Tinha gente que chorava

de alegria naquele momento, porque passava a se sentir um cidadão, como outro qualquer, porque antes não tinha crediário, não tinha nada, não existia. Com a conta de energia, ele passou a ser um cidadão. Resgatamos a cidadania de nossos clientes. Quero falar mais uma vez: o compromisso da Roraima Energia é com nosso consumidor, com a garantia de nosso sistema, com a qualidade da energia que nós fornecemos, tenho certeza absoluta. Não estou declarando isso aqui como qualquer coisa que não seja a nossa obrigação. É nossa obrigação ser assim. Imagina a nossa Roraima em três anos para trás. Sabe como era? Vergonhosa a companhia! Salário de 80 mil e 50 mil reais era normal! Restituímos essas pessoas sabem por quem? Por pessoas novas que entram no mercado de trabalho. Nós pegamos 50 trainees das faculdades de nosso segmento de energia elétrica e chamamos 50 jovens, senhor deputado, e formamos esses jovens. Sabem quantos aproveitamos? 45. Esse pessoal está ocupando espaço de quem ganhava 80 mil reais. Ou seja, a Roraima Energia está dando espaço para o pessoal local. Eu não estou trazendo gente de Brasília ou de qualquer lugar do Brasil para ensinar o que é distribuição de energia em Roraima; aproveitei a prata da casa: Joaquim, Rodrigo, doutora Sara. Todo o nosso pessoal, primeira turma da Roraima Energia, são nascidos em Roraima e amam essa cidade. Ninguém pode dizer, jamais, que a Roraima Energia não tem interesse em dar um bom serviço. O desencontro e o mal entendimento está em todo lugar. Conto sempre que lá em casa não tinha conflito. Daí eu consegui um cachorro: é mais conflito; arrumei uma mulher: mais um conflito; e um filho: mais um conflito. Você quer ter cento e setenta mil, isso é natural do ser humano, agora, culpar a Roraima Energia de todas as mazelas que há aqui é muito difícil. A gente aceita as críticas e abre o canal vinte e quatro horas. Lá em Manaus nos colocamos a Amazonas Energia vinte e quatro horas com você. Qualquer reclamação estamos aqui.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Com a palavra a deputada Tayla Perez.

A Senhora Deputada **Tayla Perez** - Bom dia a todos. Em nome do senhor Orsine, eu quero cumprimentar todos os diretores aqui da Roraima Energia e quero fazer o uso da palavra só para agradecer a vocês. Como Presidente da Comissão de Direitos do Consumidor e do Procon Assembleia, quero agradecer a toda a equipe da Roraima Energia, que se disponibilizou, que foi ao Procon da Assembleia capacitar todos os servidores. Hoje, o Procon da Assembleia está apto para atender toda a população do Estado de Roraima em relação a esses cortes de energia. Agradeço aos projetos de lei do deputado Renato, da deputada Yonne, do deputado Xingu e Neto. Agradeço a disponibilidade de vocês, de estarem sempre de portas abertas, ao Procon, de estarem sempre de portas abertas aos consumidores, e agradecer, imensamente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Como nenhum deputado não tem mais nada a declarar, senhor Orsine, obrigado pela presença e a sua humildade em nos esclarecer todos os fatos. E aos dirigentes da Roraima Energia: doutor Rodrigo e doutor Joaquim. Eu espero que a gente possa ter esclarecido muitas coisas, porque o intuito dessa reunião, realmente, é buscar objetividade e resolver os problemas que nós temos, hoje, com relação à energia elétrica. Nós sabemos que muitas coisas não são do dia para a noite. Há parlamentar que há anos vem lutando por essa bandeira. E aqui, não é uma bandeira pessoal do deputado Renato; é uma bandeira do Parlamento estadual, de todos os deputados, que estão aqui, presentes. O intuito, aqui, não é denegrir a sua empresa e sua imagem pessoal; o intuito, aqui, é levar uma energia de qualidade aos roraimenses, principalmente nesse momento de pandemia. Agradeço, mais uma vez, a presença de vocês todos, aqui, para estarem esclarecendo para a população. Espero e peço que todas as promessas ditas aqui, neste Parlamento, hoje, sejam, realmente, de fato, cumpridas e que possamos nos reunir novamente, não para tratar de problemas, mas para falar dos bons resultados que a Roraima Energia vem resultando e sanando os seus erros, que é normal de qualquer empresa. Obrigados a vocês. Quero encerrar essa oitava e vou abrir novamente a nossa Sessão.

Alçada a finalidade da Comissão Geral, retorno os trabalhos na fase em que se encontravam. Em razão do avanço da hora, conforme o disposto no Regimento Interno, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão. Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, às treze horas e trinta e dois minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para dia 12 de maio, à hora regimental.

Participaram da Sessão as senhoras e os senhores deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jefferson Alves, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 2863ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 2021

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL

(Em exercício)

Às nove horas e vinte e três minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentesima sexagésima terceira Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Bom dia a todos presentes, aos que estão nos assistindo e nos ouvindo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva**- Senhor Presidente, não há quórum.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo quórum regimental, suspendo a Sessão por tempo regimental de dez minutos.

(Sessão Suspensa).

(Sessão Reaberta).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Bom dia, novamente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva**- Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que faça a leitura da Ata da Sessão Anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** - **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 099/2021, de autoria da deputada Catarina Guerra, que “denomina o Anexo de Vistorias Veiculares do Prédio do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei Complementar n. 03/2021, de autoria do deputado Jânio Xingú, que “altera o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Complementar n. 71/2003, Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima”; Projeto de Resolução Legislativa n. 10/2021, de autoria do deputado Jânio Xingú, que “altera o caput do artigo 24, e o parágrafo 1º e 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Roraima”; Requerimento n. 051/2021, de autoria da Comissão Especial Externa criada para acompanhar as questões atinentes aos servidores da Codesaima, que “requer prorrogação de prazo por igual período”; Requerimento n. 052/2021, de autoria da Comissão Especial Externa criada para analisar as ações que visem à construção do Linhão de Tucuruí, que “requer prorrogação de prazo por igual período”; Indicações n. 565 e 566, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicações n. 567 a 571 e 593 a 598, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicações n. 572 e 573, de autoria do deputado Renan; Indicação n. 574, autoria do deputado Eder Lourinho; Indicações n. 575 e 576 e 607, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicações n. 577 a 586, de autoria da deputada Yonny Pedroso; Indicações n. 587 e 588, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; Indicações n. 589 e 590, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n. 591, 592 e 604, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicações n. 599 a 603, de autoria da deputada Lenir Rodrigues; Indicações n. 605 e 606, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicação n. 608, de autoria do deputado Jânio Xingú; Memorando n. 016/2021, de autoria da deputada Angela Águida, justificando sua ausência à Sessão do dia 05 de maio de 2021; Memorando n. 073/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, justificando sua ausência à Sessão do dia de hoje, 12 de maio de 2021.

Era o que constava no Expediente, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Senhor presidente, temos cinco oradores: deputado Jânio Xingú, Deputada Lenir Rodrigues; deputados Nilton Sindpol, Renan e Evangelista Siqueira.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Nós temos cinco oradores inscritos, com tempo de 12 minutos para cada deputado. Com a palavra o senhor deputado Jânio Xingú.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor presidente que está presidindo a Sessão, meu amigo Marcelo Cabral, vou ser breve. O líder do

Governo me pediu hoje: vamos votar algo muito importante para o Estado de Roraima, que é o Renda Cidadão, que irá atender a inúmeras famílias em todo o Estado, e eu concordo com o deputado Chagas, líder do Governo, que eu seja breve para que possamos votar esse projeto. Senhor presidente, eu quero começar falando que eu entrei hoje nesta Casa com o projeto para mudar a Lei Orgânica da Procuradoria do Estado de Roraima. Deputado Chagas, a Lei Orgânica da Procuradoria do Estado de Roraima diz que o procurador do Estado tem vinte dias para dar um parecer em um processo, e o procurador ainda pede mais vinte dias, vai para quarenta dias, e ainda tem outros que pedem sessenta dias, acaba que as coisas não chegam na ponta. Exemplo: o governador vai mandar para esta Casa um projeto que irá atender o garçom, que irá atender o camelô, pescadores, músicos e o projeto está lá na Procuradoria e nunca sai de lá. Os procuradores do estado de Roraima deixaram de ser procuradores para serem...vai mudar de Procuradoria para Governadoria. Eles querem governar o Estado sem ser eleitos. Além de advogar e ter informações privilegiadas, eles ainda acham que podem atrapalhar o Governo de funcionar, e nós colocamos, deputado Gabriel, aqui no meu projeto que, ao invés de 20 dias para o procurador dar o parecer no processo, mudamos para sete dias, uma semana. Eu quero pedir aos meus colegas que entendam que isso é uma coisa muito importante para o Estado. São inúmeros projetos! Procuradores fora do Estado ganhando sem trabalhar, procuradores que não vão trabalhar e o Estado fica com muito projetos que irão beneficiar milhares de pessoas sem o parecer. Isso não é possível! O procurador ganha o teto e pode advogar; a deputada Lenir é defensora pública, ganha o teto, mas não pode advogar. Então, até isso temos que repensar nesta Casa, deputado Chagas. Eu quero ser breve e pedir aos meus colegas que votem no projeto e vamos reduzir o tempo, o lapso temporal, para o procurador do Estado dar o parecer em um processo, de 20 dias para 7 dias. Obrigado!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Agradeço, deputado Jânio Xingú, pela sua fala.

Com a palavra, a deputada Lenir Rodrigues, com tempo de até 12 minutos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia a toda população que nos assiste na TV Assembleia, na Rádio Assembleia e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa, minhas colegas deputadas, meus colegas deputados e servidores da Casa.

Por conta da pandemia da Covid-19, as sessões plenárias da Assembleia têm sido somente às quartas-feiras, então eu pedi para fazer o uso da palavra hoje, porque dia 18 de maio é um dia muito especial, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Existe uma campanha nacional e essa campanha será terça-feira. Então, eu já estou falando hoje sobre esse tema para chamar a atenção da sociedade, porque a Campanha “Faça Bonito”, está completando 21 anos. Essa campanha tem o intuito de sensibilizar e informar a população com relação à violência sexual contra nossas meninas e meninos. Nós, enquanto representantes do poder público, temos obrigação de firmar um posicionamento, e esse posicionamento que é tão delicado, pois nós temos que lembrar o número de caso de estupro contra crianças e adolescentes e que têm aumentado no Estado de Roraima. Só a título de informação, em de 2019, nós tivemos 239 casos de estupro contra crianças e adolescentes no Estado de Roraima. É um absurdo que em 2020 esse número aumentou! Nós passamos para 324 casos e este ano de 2021, até o mês de março, nós já tivemos 74 casos. Esses dados são do Núcleo de Estatística da Polícia Civil de Roraima, e são somente os casos oficiais, sabem por quê? Porque esse crime é calado, é silencioso; a criança e o adolescente sofrem anos e anos para se manifestar contra essa barbárie. Nós, durante o nosso mandato parlamentar, criamos o projeto “Educar é Prevenir” com atuação direta na comunidade escolar do interior e da capital. Nos identificamos situações de riscos, esclarecemos, capacitamos professores e profissionais da educação, buscamos soluções com a participação dos alunos, professores e colaboradores das escolas e, nesse sentindo, gostaria de parabenizar, de forma muito especial, a Socorro Santos, que me ajudou aqui na Assembleia nesse trabalho lindíssimo, com o projeto “Educar é Prevenir” que já foi, inclusive, reconhecido internacionalmente. Senhoras e senhores deputados, é um trabalho daqui da Assembleia e nós temos que reconhecer esse trabalho e parabenizar a Socorro Santos por ter nos ajudado a esclarecer e fazer esse projeto ser tão efetivo na nossa sociedade, por quê? Porque muitas vidas foram salvas por esse trabalho da Assembleia Legislativa. Por fim, eu gostaria de destacar o trabalho belíssimo da minha colega, deputada Angela Águida Portella. Em todos esses anos, hoje, como vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso, de Ação Social, ela continua, incansavelmente, nesses longos anos, fazendo um trabalho belíssimo de apoio às nossas crianças. Eu quero chamar atenção dos nossos colegas para essa temática, porque as nossas crianças são o futuro, mas são o presente também, então temos que ter um trabalho de

proteção a essas crianças e adolescentes. Para concluir, eu faço um pedido para quem está acompanhando esta Sessão: se você souber ou suspeitar de caso de abuso sexual, não se cale, ligue para o disk 100, que é do Direitos Humanos, ligue 181 da Polícia Civil ou 190 da Polícia Militar. Não se cale, não seja omissivo...

Aparte concedido à Senhora Deputada **Angela Águida Portella**. – Deputada Lenir, muito obrigada pela oportunidade. Eu quero agradecer suas palavras de reconhecimento, dizer que esse trabalho que fazemos e que a senhora faz com maestria, junto com a Socorro Santos, que é uma batalhadora incansável, em prol de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas em vulnerabilidade, que nós precisamos, sim, juntar forças, porque a violência contra criança, adolescente e mulher, por mais que nós lutemos e batalhemos e criemos ferramentas, mas ela só aumenta, é uma coisa impressionante! Todas as vezes que a sociedade se vê, de alguma forma, em situação de risco, sempre as crianças, adolescentes, mulheres e idosos acabam tendo refletido nessas relações interpessoais, essas dificuldades que são enfrentadas no dia a dia. Nós temos, agora, acompanhado várias situações no Brasil, de violência, em uma escalada crescente, principalmente no que diz respeito a crianças, não são só maus-tratos sexuais, são maus-tratos de todas as ordens, inclusive, aquele que você não enxerga, que se trata quando você desmoraliza, discrimina, maltrata psicologicamente crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Se a violência já é silenciosa, imagina essa, que não fica marca aparente, mas, às vezes, as marcas são mais profundas e são para o resto da vida. Deputada, há muito tempo que eu luto para que nós tenhamos, no âmbito da Assembleia Legislativa, um telefone específico para um socorro na hora de necessidade, e que nós possamos ter um núcleo, um projeto, um espaço para fazer também esse atendimento desse pedido de socorro, o atendimento social, atendimento psicológico. Gostaria muito de propor esse desafio, principalmente para as nossas colegas deputadas, para que possamos juntar forças e criar esse espaço dentro da Assembleia Legislativa, para o acolhimento, para o apoio, para o pedido de socorro, porque nós sabemos que existem os conselhos tutelares em uma luta também, desumana, desigual, muitas vezes sem as condições necessárias, mas não é suficiente. Também acho que temos que ter uma luta cotidiana, diária, permanente, incluindo toda a sociedade civil organizada, empresária, enfim, principalmente hoje que as crianças estão longe das escolas, longe dos professores, longe desses espaços de amor, de apoio, que são as escolas. Durante a pandemia, então, a vulnerabilidade aumentou. Fica aqui esse desafio, fica aqui o meu reconhecimento ao seu trabalho e ao trabalho da senhora Socorro Santos. Vamos nos juntar, vamos nos unir, vamos fazer a diferença cada vez mais. A senhora deputada Lenir Rodrigues já tem feito muito, muito, muito, juntamente com a senhora Socorro e outros parceiros, e quero lhe parabenizar pela excelente e brilhante ideia, trazendo toda a família para dentro de todo esse tratamento, quando vocês instalam no âmbito da Assembleia o atendimento aos homens para que nós consigamos, também, ajudar essas pessoas, pelos traumas que sofreram ou pelos traumas, pelas doenças que carregam, emocionalmente falando, por desvio de conduta, que, às vezes, também são consideradas doenças, mas que possamos sensibilizar, fazer um resgate, um tratamento, enfim, tentar ajudar a organizar toda essa questão da sociedade que passa ao largo, porque cuidamos de todas as questões materiais, mas que muitas vezes não cuidamos das questões emocionais. Trabalhamos através do Janeiro Branco em que não é somente no mês de janeiro essa temática, mas é uma temática que precisa de um cuidado maior. Para finalizar e já agradecer muito pela oportunidade, fizemos uma “live” em função do Janeiro Branco e, nessa “live”, conheci uma realidade através do psicólogo Doutor Wagner, em que eu não conhecia que são mais de dois milhões de casos de suicídio no mundo, ou seja, é uma pandemia silenciosa, e muitas vezes essa ação final, de ceifar a vida, muitas vezes é reflexo da violência sexual, da violência sofrida por essas pessoas enquanto crianças. Muito obrigada, senhora deputada Lenir Rodrigues. Fica aqui essa reflexão para todos nós.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** continua. – Requeiro aqui à Presidência desta Casa para que o aparte da senhora deputada Angela Águida Portella faça parte, também, da minha manifestação. Então, vamos cuidar e investir no futuro de nossas crianças. Penso também que toda a população é responsável para apoiar os conselheiros tutelares em cada município. Nós precisamos pensar que o poder público municipal deve ter, cada vez mais, um olhar diferenciado para os conselhos tutelares. Fica aqui os meus agradecimentos à senhora deputada Angela Águida Portella, e dizer que nesse dia dezoito de maio faça bonito, denuncie e não se cale.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com o tempo de doze minutos o senhor deputado Renan.

O Senhor Deputado **Renan** – Bom dia a todos. Queria agradecer a presença de todos que estão nos assistindo no nosso Plenário e também pela TV Assembleia. Em nome do senhor Presidente, saúdo os meus colegas deputados estaduais. O que temos hoje na Tribuna para falar, é mais ou menos o que vem acontecendo. Semanalmente tenho usado a Tribuna para falar

sobre a saúde do nosso Estado, pois ultimamente temos visitado todos os hospitais, como todos sabem aqui. A visita que fizemos agora, foi ao Hospital Cosme Silva. É de conhecimento público que o hospital estava passando por problemas, como a falta de médicos, aliás, o Estado está passando por isso. Fui ao município de Caroebe e lá temos um hospital muito bonito, muito bem feito, só não tinha médicos, infelizmente. Então, chegamos do interior e recebemos um comunicado informando que no Cosme Silva não tinha médicos, que estava um verdadeiro caos, e, além de não ter médicos, o que estava sendo passado para nós, também, era que os funcionários que estavam atendendo lá estavam sendo ameaçados, deputado Jorge Everton, por um cara que sempre está lá. Lá não tem apoio da Polícia Militar, inclusive já faço um apelo para que possa ter um guarda para atender até os profissionais e defender a integridade física daqueles que procuram aquele hospital. Ele estava armado. Comunicamos o caso à Polícia Militar, que foi lá, mas o homem já não estava mais no local. Quando chegamos lá, já havia quatro médicos, e colocamos mais um médico para desafogar o atendimento. Sai de lá quatro horas da tarde. Já tinha ido na sexta-feira ao HC, já tinha ido ao Cosme Silva, e pude ver que os problemas, na maioria das vezes, são os mesmos. Mudamos a gestão da Secretaria. Sempre falo que faço essas visitas sem sensacionalismo, vou representando a Assembleia, vou representando meus colegas, e o intuito é sempre levar para o secretário e governador o que acontece dentro dos hospitais do estado de Roraima, principalmente hoje no Cosme Silva. Fui ao HGR, no último sábado, e a máquina de tomografia, a única máquina de tomografia que temos estava parada. Na realidade, tínhamos duas máquinas de tomografia, uma já não tem mais peças para funcionar e tínhamos uma máquina nova, que o que está faltando é somente um técnico da Phillips vir para consertá-la, porque, se algum técnico daqui tentar consertar, ela vai perder a garantia. No entanto, enquanto isso não ocorre, as pessoas estão perdendo a vida. Precisamos, urgentemente mandá-la para a Phillips, para que possa dar manutenção a essas máquinas daqui. Essas máquinas não, uma máquina só, a de tomografia que hoje funciona dentro do HGR. Para quem está com Covid-19 esse exame é muito importante, mas, infelizmente, não acontece. Até nos colocamos à disposição para pagar a passagem e hospedagem do técnico para que ele venha e conserte essa máquina, deputado Jorge Everton, pois há duas semanas que essa máquina não funciona, ela é zerada, ela não funciona hoje por falta de técnico da Phillips, e, se hoje alguém tentar consertá-la, a máquina vai perder a garantia, e, enquanto isso, as pessoas estão precisando, o paciente entubado precisa ser levado a outra clínica.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** –

Deputado Renan, só uma informação: o tomógrafo já está funcionando no Hospital desde ontem. Estive ontem vendo, e já está funcionando.

O Senhor Deputado **Renan** continua – Que bom, deputada. Ficamos muito felizes, pois esse é o nosso papel. O tomógrafo está funcionando desde ontem e é importante que ele não pare de funcionar, porque ele ficou duas semanas sem funcionar e a população ficou duas semanas sem o aparelho, que é essencial para o tratamento da Covid-19. Tivemos muitas reclamações a respeito de escalas médicas dentro do Cosme Silva, temos isso também em todos os hospitais do Estado. A mesma coisa acontece no HGR, a mesma coisa acontece, porque fui ao HGR. Tem médico que está cobrindo três UTIs, então temos que entrar em um consenso e ver, passar ao Governo do Estado. Venho passando isso, faço parte da base do Governo, e em momento algum estamos aqui usando de sensacionalismo para criticar, pelo contrário, estamos aqui para ajudar. Quando levamos uma crítica para o secretário ou para o Governo, levamos essa crítica para que seja resolvida, então, peço que o novo secretário Airton Cascavel, passei a demanda para ele, ele falou que o Estado vai adquirir uma nova máquina de tomografia para colocar no HC, mas isso tem que ser urgente. Essa pandemia tem tirado a vida de muitas pessoas, tem muita gente trabalhando dentro dos hospitais sem estruturas para trabalhar, e não tem uma voz para falar. Então, ao chegar ao hospital, no caso do Cosme Silva, tinha somente quatro medicamentos, tinha dipirona e os outros três, não me recordo o nome, então, isso não pode. Foi passado para o Secretário...

Aparte concedido à Senhora Deputada **Yonny Pedroso**. – Deputado Renan, seus relatos são muito importantes, tendo em vista o caos que estamos vivendo na saúde. Esse é o oitavo secretário e nós não vemos um plano ou um planejamento de condições de melhoria na Secretaria de Saúde. Sabemos que antes colocavam a culpa na questão da cooperativa, mas hoje não a temos mais, e mesmo assim, os problemas estão enraizados. Os hospitais do interior estão completamente sem médicos; os plantões que eram para ser tirados semanalmente ou até mesmo diariamente, às vezes, não ocorre. Há atendimentos uma vez por semana, como acontece nos hospitais de Alto Alegre, São Luís, Uiramutã. Fizemos indicações para que seja retomado o atendimento médico, e não temos resposta do secretário, o que nos deixa muito tristes, pois a população, todos os dias, nos cobra respostas, como bem foi circulado um vídeo do Coronel Mota, desculpe, Cosme

Silva, onde Vossa Excelência esteve lá. Não temos respostas, o secretário não nos informa, e temos essa precariedade na medicação. Diariamente, semanalmente nós temos essa discussão aqui no Plenário em relação à saúde, e não temos respostas. Deixo aqui também a minha fala. Agradeço e quero dizer que, neste momento, nós precisamos, realmente, dar condição de melhoria à saúde, mas tentam desviar o foco para outras condições do Estado, onde o Governo está tentando fazer alguma coisa, mas a prioridade deveria ser a saúde, pois as pessoas estão morrendo. Obrigada, senhor deputado!

O Senhor Deputado **Renan** continua. – Obrigado, deputada. A nossa equipe tem uma agenda muito grande e conseguimos fazer várias coisas na ação social: visitando bases, visitando interiores, visitando vicinais, mas, infelizmente, não conseguimos chegar aqui à Tribuna e falar de outro assunto que não seja a saúde, infelizmente. Infelizmente, hoje, é a população mais carente que está precisando, pois esse vírus não escolhe cor, não escolhe raça, ele não escolhe quem tem dinheiro e quem não tem. Felizmente, hoje, se você tiver Covid-19, você irá fazer o tratamento no sistema de saúde do Estado. Então, o que pedimos é que o secretário, o Governo do Estado, nós, os deputados estaduais, que representamos a população, possamos dar esse apoio, para que não faltem medicamentos, não falte médicos, e que os enfermeiros e técnicos de enfermagem possam ter as cargas horárias cumpridas. Fomos ao Cosme Silva, deputado Renato, e tinha um enfermeiro que estava virado, estava cobrindo outro enfermeiro porque não tinha outro. Perguntei se ele estava ganhando alguma coisa, deputado Marcelo Cabral, e ele disse que não, que estava fazendo aquilo por amor. Tem um médico lá, o doutor Alexandre, é até bom falar o nome dele aqui, que aquele cara ali, simplesmente, é um herói, ficou virado de um dia para o outro, atendendo. Atendeu de madrugada, atendeu pela tarde, e, no momento que tinha somente um médico, ele estava lá...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Renato Silva**. – Senhor deputado Renan, parabéns pelo seu trabalho. Tenho acompanhado a sua caminhada em todos os hospitais do estado de Roraima, em todos os municípios. Admiro muito a sua intenção e a disponibilidade. Não é qualquer um que sai da sua casa naquele horário. O senhor mandou mensagem, mais ou menos onze horas da noite quando o senhor estava no Cosme Silva, pedindo para nós buscarmos uma solução porque estávamos sem médicos. Isso, realmente, é muito grave, não é algo que possa entrar por um ouvido e sair pelo outro sem fazer nada; tem que, realmente, cobrar e mostrar sua indignação. Mas eu volto a falar, deputado, como eu falei na última sessão que tivemos, que hoje o problema da saúde não são os médicos, o problema da saúde é a interferência política em todo o estado de Roraima. Eu recebi denúncias que estou apurando, não vou relatar aqui agora, mas que municípios onde há prefeitos que foram eleitos por algum parlamentar federal, não conseguem fazer uma licitação. Os empresários estão questionando que não estão conseguindo participar de uma licitação, recursos para Covid-19, porque, chegando lá, o secretário municipal de finanças e o pregoeiro da CPL mandam a empresa sair fora porque é emenda de parlamentar federal e não pode, tem que deixar a empresa “tal” ganhar a licitação. Então eu tenho várias denúncias que eu vou trazer aqui ao Plenário, de interferência de parlamentares federais, com recuso da Covid-19, que não deixa o prefeito trabalhar, porque ele acha que se ele destina o recurso, ele é dono do recurso. Não! O recurso é público, o dono do recurso é a população. Ninguém que destina emenda é dono do dinheiro, ele está fazendo seu trabalho e já é muito bem pago para isso. E esses empresários vão aqui fazer denúncias e eu vou levar à Polícia Federal, e eles vão relatar o constrangimento que vêm passando. E é isso, deputado, o que acontece na Secretaria de Saúde, na Sesau, interferência política, e, enquanto aquela Secretaria não for administrada pelo gestor e pelo governador, nós nunca vamos sair desse sufoco. Eu sou macuxi, sou caboco daqui e nós sempre tivemos esse problema na saúde devido à interferência política. Só isso, meu amigo. Obrigado e parabéns pelo trabalho, novamente.

O Senhor Deputado **Renan** continua. – Presidente, quando a gente traz esses problemas, eu até coloquei essa situação na base do Governo, temos aqui o nosso líder, deputado Coronel Chagas, tenho certeza que ele irá passar essa... Eu vou fazer um relatório, Coronel, e passar também para Vossa Excelência, para que seja passado para o novo secretário. Nós sabemos que assumi há pouco tempo, acho que não tem uma semana, e, como a deputada Yonny Pedroso falou, é o oitavo Secretário que assume, e sempre que assume um secretário nós esperamos que ele possa fazer o melhor para o nosso Estado. Espero que o secretário possa desenvolver um bom trabalho, que a Assembleia Legislativa possa dar a sustentabilidade, sempre deu a sustentabilidade para o Governo do Estado trabalhar. Espero que esse problema com a falta... não é médico, pelo contrário, os médicos, todos os profissionais de saúde estão de parabéns pelo o que eles vêm fazendo pela a saúde do Estado com o que têm. Então, eu agradeço a recepção que eu tive nos hospitais... Se não resolver, nós vamos voltar. Eu deixei meu telefone. Todas as vezes que temos alguma demanda, eu não mando nenhum tipo

de assessor, eu mesmo vou, sem sensacionalismo, sem filmar, sem querer desprestigiar ninguém, pelo contrário, a intenção aqui é ajudar o Governo do Estado, é ajudar a Secretaria de Saúde, para que nós possamos ter uma saúde melhor. Muito obrigado! Tenham todos um bom-dia e fiquem com Deus.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Concedo a palavra ao nosso próximo orador, deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, público que nos acompanha de casa pela TV Assembleia, redes sociais, Rádio Assembleia. Não vou me alongar muito na fala porque eu sei que temos projetos de relevância para discutir, comissão para reunir, mas não poderia deixar de falar sobre essa temática.

Gostaria de trazer uma reflexão sobre os fatos que têm acontecido, e têm trazido muito espanto, agonia e terrorismo ao contexto escolar. Eu sou professor, sou presidente da Comissão de Educação desta Casa e não poderia me furtar de abordar essa temática. Nós precisamos, urgentemente, pensar numa ação governamental e social envolvendo toda sociedade, em todas as suas diferenças, em todos os seus contextos, no sentido de pensar mecanismos, deputado Gabriel, de prevenção a atos extremos que acontecem nas escolas no campo da violência. Vossa Excelência tem acompanhado, eu tenho acompanhado, todos nós acompanhamos, estaremos, fatos que têm se repetido, Brasil a fora, de violência extrema contra nossas crianças, contra alunos que estão no contexto escolar para aprender, para estudar, para serem cidadãos e cidadãs de bem. Só para lembrar, eu tenho sido procurado por pais inquietos com relação a esse contexto da violência extrema nas escolas, e eu trago essa reflexão só para lembrar de alguns fatos aterradorantes que aconteceram nesses últimos tempos. No ano de 2011, no mês de abril, lá em Realengo, no Rio de Janeiro, um homem invadiu a Escola Municipal Tasso da Silveira, armado com um revólver, e começou a disparar contra os alunos, matando doze, e deixando 22 feridos, uma chacina horrorosa que todos nós acompanhamos estaremos. No ano de 2009, no mês de março, na Cidade de Suzano, em São Paulo, dois ex-alunos invadiram a Escola Estadual Professor Raul Brasil e mataram cinco estudantes e duas funcionárias da instituição. Na terça-feira passada, dia 04, um homem de 18 anos invadiu uma creche, na pacata Cidade de Saudades, no interior de Santa Catarina, e matou ao menos cinco pessoas entre crianças e servidores, deputada Yonny Pedroso. Um fato lastimável, horroroso, que causou uma comoção social, não somente na Cidade de Saudades, mas no Brasil inteiro, por se tratar de crianças, por se tratar de violência extrema no contexto escolar, por se tratar de barbárie, muitas vezes cometidos por ex-alunos, por pessoas que sofriam bullying no contexto escolar. E isso nos liga um sinal de alerta muito grande: o que está acontecendo no contexto escolar? O que está acontecendo com a educação? De que mecanismos nós necessitamos para uma interferência social e governamental, de fato, de modo a diminuir esses casos horrorosos que vêm se repetindo. Em Roraima, graças a Deus, nunca aconteceu algo parecido, mas, no mês de março de 2019, aqui na escola ao lado da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel, na Escola Estadual Lobo D'Almada, apareceu uma inscrição numa carteira que dizia o seguinte: "Atentado a nove, Lobo D'Almada, acontecerá dia 23/03, não falte". Acho que Vossa Excelência lembra. Isso causou uma comoção social, os pais preocupados não deixaram as crianças irem para a aula no dia, professores, equipe gestora. Graças a Deus não passou de boato, graças a Deus foi simplesmente uma ação sem pensar de alguém tentando se aproveitar dessa situação de caos. Mas, e se fosse verdade? Se, Deus nos livre, essa situação que muitos pais passaram Brasil a fora acontecesse em Roraima? Esse é o grande gargalo que nós temos que enfrentar do ponto de vista de Assembleia Legislativa, Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, Segurança, de modo nós promovemos uma discussão social de que Roraima tem que estar livre desse campo de violência extrema, que, Deus nos livre, caso nos atinja, vai causar uma calamidade total em nossas famílias, em todos nós, pela realidade pacata, em certos pontos, que ainda temos neste Estado, por uma interação familiar, por uma interação de paz entre as organizações, sobretudo a escola, que nós ainda temos em Roraima, de certo ponto. Pensando nisso, gostaria de trazer à memória uma discussão que nós fizemos logo depois desse ato que aconteceu na Escola Lobo D'Almada, dessa inscrição de uma possível violência. Eu, enquanto Presidente da Comissão de Educação, levantei esse tema, fizemos uma audiência pública envolvendo a equipe da escola, Secretaria de Educação, sindicato, órgãos de segurança, discutimos o tema. E, a partir daí, surgiu a minuta de um Projeto de Lei que eu apresentei nesta Casa, foi aprovado, e é a Lei 1332/19, é a Lei Estadual em amplo vigor, é a Lei que criou normas de acesso às escolas e também criou a área escolar de segurança. O que são essas normas? Qualquer um de nós, para entrar no Tribunal de Justiça, precisa se identificar na portaria, precisa mostrar seu RG, precisa dizer a que veio, qual assunto que quer tratar. Mas, às vezes, nas escolas, as pessoas chegam e vão entrando direto. Volto a dizer: não é querer impedir a socialização, o ingresso de pessoas da comunidade escolar, nas escolas, não é isso, é que haja um critério maior. Quando você chega

com uma mochila no Ministério Público, a guarda pede para você parar para tirar sua mochila, você deixa do lado, diz o assunto, se identifica, pega uma etiqueta, cola no peito e vai até o prédio. Nas escolas não funciona assim, deputado Gabriel. Você chega com uma mochila, com uma caixa, você chega de qualquer maneira e vai entrando. A equipe escolar é receptiva, mas até que ponto essa ação precisa ser refletida? Ninguém sabe o que porta uma pessoa com uma mochila nas costas que vai até uma sala de aula conversar com um professor, conversar com o seu filho, supostamente. Então...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. – Gostaria de me juntar a Vossa Excelência e quero parabenizá-lo pela discussão. É de grande importância nós termos cuidado. E temos que trilhar sim as pessoas que vão nas escolas. Não dá para entrar nas escolas, deputado, qualquer pessoa aleatoriamente, a não ser os alunos e os trabalhadores de educação; os outros de fora têm que ser identificados. É por isso que acontece isso em grande parte das escolas do nosso Brasil e fora do país. Então, eu acredito, sim, que tem que ser feita uma triagem rigorosamente bem feita, inclusive até pela Polícia Militar, se fosse o caso, se nós tivéssemos efetivos, para salvar nossas crianças, para não ocorrerem esses problemas dentro das escolas, para não sermos pegos de surpresa. Muitas vezes as pessoas têm muita facilidade, e entram de qualquer jeito e fazem essas barbaridades, e depois nós ficamos só chorando. Quero me juntar a Vossa Excelência, vamos cobrar isso das autoridades competentes que têm a responsabilidade de fazer essa segurança das escolas. Não adianta nós termos só vigias, nós temos que ter nas portarias das escolas uma pessoa com legitimidade para identificar as pessoas. "Olha, eu encerro o assunto, por favor, aqui não tem espaço para você, procure outro horário, agora nós estamos em sala de aula e o senhor não vai entrar, e se estiver com mochila, com mala ou com alguma outra coisa, deixe lá fora". Então quero me juntar a Vossa Excelência e parabéns pela discussão.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** continua. – Obrigado, deputado Gabriel Picanço. Então para dizer o quê? Nós sabemos que não há condições de colocar um agente de segurança em cada escola, mas por que não, a Secretaria de Educação, juntamente com a Sejuc, promover treinamentos para as equipes escolares, para que elas estejam capacitadas a identificar possíveis situações, deputado Coronel Chagas, o senhor que vem da segurança pública, para identificar possíveis situações de risco. Uma pessoa que entra numa escola com uma mochila, querendo conversar com o professor, com um aluno, querendo ir à secretaria da escola, isso pode ser um risco grave, como também pode não ser nada, mas nós não podemos partir do princípio que a coisa tem que ser normal. Por que não um treinamento para as equipes escolares, para identificarem as mínimas condições sensíveis de possíveis violências, de saber abordar, de saber como se direcionar, como se dirigir aos órgãos de segurança.

E o outro tema dessa Lei, a Lei 1332, que já está em amplo vigor, ela cria a área escolar de segurança, ou seja, o raio compreendido de 200m em torno da escola passou a ser considerado por esta Lei área escolar de segurança, demandando mais atenção do poder público, sobretudo dos órgãos de segurança, para coibição da prática de ilícito, venda de bebidas alcoólicas. Eu não sei se Vossa Excelência sabe, mas eu tenho recebido diversas reclamações de pais sobre o aliciamento de crianças e adolescentes nos muros, nos arredores da escola para o mundo do tráfico, para venda de drogas. Isso é extremamente perigoso. Então, essa área escolar de segurança demanda do Governo maior atenção em iluminação, serviço asfáltico, presença mais constante, mais ostensiva da Polícia, de moda a coibir fatos e atos que possam contribuir contra a violência escolar.

Então, era isso que eu gostaria de citar, lembrando que estamos...

Aparte concedido à senhora Deputada **Angela Portella**. – Deputado Evangelista, quero lhe parabenizar e dizer que penso da mesma forma que o senhor. Nós, enquanto professores, sabemos dos riscos que corremos, crianças, professores servidores da escola. Gostaria de deixar aqui uma sugestão para discutirmos lá na Comissão de Educação, da presença de uma figura que não sei qual seria a nomenclatura, mas um inspetor, uma pessoa que pudesse ficar com esse olhar da questão da segurança nas escolas fazendo esse papel que eu acho que, mais do que nunca, é importante. Obrigada, deputado! Parabéns pelas suas palavras!

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** continua. – Obrigado, deputada Angela. Também peço que a sua fala seja adicionada ao meu discurso. Então, é um esforço coletivo que eu chamo atenção para que nós possamos fazer, a Assembleia, o Governo, prefeituras, para pensar essas possíveis causas do que vêm acontecendo de violência extrema na escola. Todos nós precisamos nos envolver. Estamos em um período de pandemia, de aulas *on-line*, por enquanto as aulas estão remotas, mas, em algum momento, elas irão retornar de forma presencial e nós precisamos estar preparados para enfrentar esse contexto. Não deixando de esquecer de lembrar que na escola estão os bens mais preciosos, nossos filhos, nossos sobrinhos, netos e precisamos cuidar com muito carinho. Era isso. Obrigado, senhor presidente!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Neste momento, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões, em conjunto, possam se reunir para analisar e emitir parecer aos projetos constantes na Ordem do Dia.

Convido os senhores deputados que se encontram nos seus gabinetes para que venham ao Plenário. Temos matérias que estão travando a pauta da Ordem do Dia.

Quero pedir à presidente da CCJ, deputada Catarina, que se reúna para deliberar e votar em Plenário esse projeto tão esperado pelo Estado de Roraima.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** - Senhor presidente, há quórum.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum, dou por reaberta a Sessão.

Ordem do dia: discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **1 - Mensagem Governamental n. 011/21**, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 092/2019, de autoria do deputado Renato Silva, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de energia elétrica publicarem, nas faturas mensais dos consumidores, informações sobre o direito do ressarcimento por eventuais prejuízos causados aos consumidores por falha no fornecimento de energia elétrica”; **2 - Projeto de Lei n. 078/21**, que “altera a Lei n. 1.386, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre o Programa Estadual de Transferência de Renda, denominado programa Renda Cidadã de Roraima – PRCRR”, de autoria do Poder Executivo; **3 - Projeto de Lei n. 087/21**, que “altera dispositivo da Lei n. 1.360, de 29 de novembro de 2019”, de autoria do Poder Executivo; **4 - Projeto de Lei n. 095/2020**, que “dispõe sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a pacientes internados no Estado de Roraima em decorrência do novo coronavírus”, de autoria do deputado Renan; **5 - Projeto de Lei n. 007/21**, que “estabelece que os professores, as professoras e demais profissionais da educação do Estado de Roraima integrarão o grupo das prioridades para a vacinação contra a Covid-19, antes do retorno presencial das aulas”, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; **6 - Projeto de Lei n. 026/21**, que “dispõe sobre a proibição do manuseio, da utilização, da queima e da soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do deputado Chico Mozart; Matérias votadas em bloco: **7 - Requerimento de Pedido de Informação n. 006/21**, para que o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima – Sesau, preste informações sobre os insumos básicos para a realização de cesarianas no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth, de autoria da deputada Yonny Pedroso; **8 - Requerimento de Pedido de Informação n. 007/21**, ao Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima – Sesau, sobre o atendimento médico às gestantes de alto risco junto ao Centro de Referência da Saúde da Mulher”, de autoria da deputada Yonny Pedroso; **9 - Requerimento de Pedido de Informação n. 008/21**, para que seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Água e Esgoto de Roraima – CAER os questionamentos sobre o constante desabastecimento de água no bairro São Bento, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; **10 - Requerimento n. 051/2021**, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução n. 004/19 e alterada pela Resolução n. 022/2020, para prorrogação de prazo de funcionamento; e **11 - Requerimento n. 052/2021**, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução n. 019/19, para prorrogação de prazo de funcionamento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto n. 011/21 ao Projeto de Lei n. 092/2019 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, requeiro que seja lido somente o voto, porque o parecer já foi tratado há pouco na Comissão.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Acato a Questão de Ordem do deputado Jorge Everton.

Informo que se encontra na mesa dos trabalhos um requerimento, de autoria do deputado Renato Silva, pedindo destaque de votação dos artigos 4º e 5º do Projeto de Lei n. 092/19, vetados pelo governador antes de 2021.

Coloco o requerimento em votação.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O requerimento que eu protocolo é referente ao Projeto que trata sobre a obrigatoriedade de a empresa de energia disponibilizar na conta de energia como o cidadão vai ter que ter eventuais ressarcimento de prejuízo em eletrodoméstico. Só para esclarecer, porque muitas vezes a população não sabe onde buscar os seus direitos e onde questionar alguma ilegalidade pela Empresa Roraima Energia.

Foram vetados o artigo 2º, 3º, 4º, 5º e 6º. Foi sancionado pelo governador só o primeiro artigo que trata sobre isso. O artigo 2º e 3º, já discutido com o líder do governo, deputado Chagas, é necessário que se mantenha no projeto. Temos o parecer da Procuradoria da Assembleia pela constitucionalidade desses artigos. Eu pedi destaque nos artigos 4º e 5º para mantermos o veto para poder não ser alegada alguma inconstitucionalidade futura da lei e ser derrubada por completa. Então, eu peço aos caros colegas para que possamos derrubar o veto dos artigos 2º, 3º e 6º, e manter o veto dos artigos 4º e 5º da Lei 92/19.

O 4º e 5º - manter o veto; 2º, 3º e 6º - derrubar o veto.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos votar agora o destaque aos artigos 4º e 5º solicitado pelo requerimento do deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Vai ser votado agora o destaque, de votar o 4º e o 5º?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Isso.

O senhor deputado **Coronel Chagas** – O entendimento é de manter o veto?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – De manter o veto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Então, para manter o veto, é votar “sim”?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Votando “sim”, mantém o veto; votando “não”, derrubam o veto dos artigos 4º e 5º, destaque de votação solicitado pelo deputado Renato.

A votação será nominal e eletrônica.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por encerrada a votação do destaque. Por 16 votos “sim”, nenhum contrário e nenhuma abstenção, declaro o destaque, em votação, mantido o veto referente aos artigos 4º e 5º.

Agora vamos votar o projeto, já mantido o veto dos artigos 4º e 5º, na íntegra.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do voto solicitado pelo deputado Jorge Everton e aprovado por esta Casa, uma vez que já foi discutido e aprovado na Comissão e é de conhecimento de todos os deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o voto).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão a Mensagem Governamental n. 011/21, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 092/19.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente, apenas para esclarecer melhor. O governo vetou 5 dispositivos ao Projeto de Lei do deputado Renato. Após análise nossa em discussão com o autor da matéria, eu e a deputada Catarina, chegamos ao entendimento para que se mantivesse o veto aos artigos 4º e 5º do projeto. Os artigos 2º, 3º e 6º, houve o entendimento de derrubar o veto. Então, esse é o nosso entendimento juntamente com o autor da matéria e com a vice-líder do governo, porque entendemos que esses três dispositivos sendo vetados também, eles atrapalhariam o projeto do deputado Renato Silva, que é importante na defesa do consumidor. Então, agora votaremos o projeto como um todo, sendo que dois vetos já estão mantidos.

Então, votando “sim”, estaríamos concordando com o veto dos demais dispositivos. Votando “não”, derrubaremos o veto aos artigos 2º, 3º e 6º. Esse é o entendimento. Agora vamos votar esses três outros dispositivos, se mantêm ou não. Então, para fins de orientação de voto, informo aos deputados da base que, conforme entendimento, está liberado para derrubada desses vetos para que o projeto possa ter eficácia.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Então, a Liderança do Governo está pedindo que vote “não”. É isso?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Exatamente, “não”. Conforme entendimento feito com o autor da matéria

A Senhora Deputada **Angela Á. Portella** pede Questão de Ordem.

– Então, para a gente não fazer uma votação equivocada, gostaria que fosse colocado em destaque o que vai permanecer, e o que vai ser derrubado, de forma separada. Dessa forma, antes da votação, o nosso líder faz a orientação do voto para que gente possa votar de forma organizada e não falhar na hora de votar.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Já foi votado em destaque e mantidos os artigos 4º e 5º desse projeto. Agora está sendo votado o projeto com os outros artigos, na íntegra, sem destaque.

A Senhora Deputada **Angela Á. Portella** – Perfeito. Obrigada!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – No caso, a bancada está liberada para votar, conforme entendimento.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Não entendi muito bem, presidente. Nós vamos votar o que agora? O projeto em si, ou os três artigos que o Coronel falou?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Vamos votar o veto do projeto.

Coloco o projeto em votação. A votação será nominal e eletrônica. Para quem está *on-line*, nominal.

Solicito a abertura do painel para votação.

Votando “sim”, os senhores mantêm o veto; votando “não”, derrubam o veto.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede justificativa de voto. – Presidente, eu voto com o projeto do deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Então, o deputado Jalser vota “não”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Vota “não”, deputado?

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Exatamente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Dou por encerrada a votação do Veto Governamental n. 011/21. Dou por derrubado o veto governamental, por 16 votos “não”, 03 votos “sim” e nenhuma abstenção. Ou seja, foram mantidos dois vetos aos dois dispositivos, os vetos aos artigos 4º e 5º e foram derrubados o 2º, 3º e o 6º.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 078/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 078/21).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o projeto.

Não havendo nenhum deputado que queira discuti-lo, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Quem está *on-line*, nominal.

Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, a rejeitam.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Orientação de voto, senhor presidente. A Liderança do Governo orienta “sim”, é um projeto importante, de autoria do Poder Executivo, que amplia o programa Renda Cidadã.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 078/21, por 18 votos favoráveis e nenhuma abstenção. Projeto de Lei aprovado por unanimidade. Encaminho o Projeto ao Governo do Estado.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 87/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 87/21).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão. Não havendo nenhum deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, a rejeitam.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Orientação de Voto. – Senhor Presidente, a liderança orienta “sim” ao Projeto de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 87/21, por 16 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção. O Projeto será encaminhado ao Governo do Estado.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura do Parecer da Comissão ao Projeto de Lei n. 095/20.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Parecer da Comissão ao Projeto de Lei n. 095/20).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** -Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica: votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Esse projeto é importante, que vai confortar as famílias deste Estado em poder falar com as pessoas enfermas, por videoconferência, telefone. Deputado Renan, é um projeto que vai alcançar e diminuir a distância dos familiares doentes no Estado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Orientação de Voto. – Senhor presidente, a liderança orienta voto “sim”.

O Senhor Deputado **Renan** pede Justificativa de Voto. - Senhor Presidente, esse projeto é importantíssimo para os parentes que não têm acesso aos familiares, que hoje estão sendo tratado do coronavírus. Através de videochamadas, eles vão poder ter acesso aos parentes que estão internados. Isso é de muita relevância, principalmente para quem está em casa sem informação dos pacientes e familiares que estão em tratamento.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Continua em votação a matéria. Encerrada a votação. Dou por aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei n. 095/20 por 18 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura do Parecer da Comissão ao Projeto de Lei n. 07/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Parecer da Comissão ao Projeto de Lei n. 07/21)

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão o projeto.

A Senhora Deputada **Angela Á. Portella** – Eu gostaria, neste momento, de pensar meu projeto, que é com o mesmo objeto ao projeto do deputado Evangelista. Só para registrar que dei entrada nesta Casa ao meu projeto, com o mesmo objeto, antes do deputado Evangelista e, para minha surpresa, até agora, o meu projeto não tramitou. Mas, enfim, quero parabenizar o deputado Evangelista e pedir o empenho das Comissões para que não atrasem a tramitação dos meus projetos. Não sei o que está acontecendo. Essa minha luta já é antiga e tenho o sentimento que meus projetos não caminham com a mesma celeridade dos demais colegas. Voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito que insira o voto favorável do deputado Gabriel Picanço.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 07/21, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 026/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 026/21).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor Presidente, nós sabemos que a queima de fogos é tradição em nosso Estado, mas, enquanto muitas pessoas se divertem nas datas comemorativas, animais e pessoas sofrem com essa prática. Então, o nosso projeto visa restringir a queima de fogos apenas no efeito visual e proibir o estampido, que é aquele barulho que afeto não somente animais, mas crianças que sofrem de autismo. Quero agradecer ao deputado Renato pelo parecer ao nosso projeto e quero contar com o apoio dos demais deputados para que aprovem. Obrigado!

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quero parabenizar Vossa Excelência pelo Projeto de Lei que, além de proteger, tem o olhar sensível para todas as pessoas que têm autismo e principalmente os animais que sofrem muito com os fogos de artifício, pelo barulho. Como o Deputado falou, é bonito de se ver sem que tenha o barulho que atrapalha os hospitais, pessoas com enfermidade e nossos animais. Parabéns, deputado Chico Mozart, pelo seu projeto.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Orientação de Voto. – Senhor presidente, a liderança orienta voto “sim” ao importante projeto do deputado Chico Mozart.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

A votação será nominal e eletrônica: os senhores deputados que votarem “sim” aprovam o projeto; votando “não”, rejeitam-no.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 026/21, por 15 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura dos Requerimentos de Pedido de Informação, 06/21, 07/21 e 08/21 e dos Requerimentos 051/21 e 052/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – (Lidos os Requerimentos de Pedido de Informação n. 06/21, 07/21 e 08/21 e dos Requerimentos n. 051/21 e 052/21).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco os requerimentos em votação em bloco. A votação será simbólica: os deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovados.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quero aproveitar e parabenizar o deputado Soldado Sampaio, presidente desta Casa, pela passagem do seu aniversário e aproveitar e parabenizar a categoria da enfermagem pelo Dia Internacional da Enfermagem.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, gostaria de parabenizar o nosso presidente, deputado Soldado Sampaio, desejar vida longa e principalmente saúde neste período que se encontra afetado pela Covid 19, e saúde para outras pessoas que se encontram com enfermidade. Parabenizar os profissionais da enfermagem, homens e mulheres guerreiros e guerreiras que estão na linha de frente nesse enfrentamento dessa doença terrível e com esse heroísmo de todos os dias eles fazem com que a gente tenha um alento maior. E agradecer a todos os deputados e deputadas pela aprovação do Projeto de Lei 007, que colocou os profissionais da educação, professores e demais profissionais, desde da zeladora a diretora, nas prioridades da vacinação contra Covid 19. Só poderemos ter aulas tranquilas, aulas presenciais, depois da vacinação. O projeto é muito claro:

nenhum trabalhador da educação será obrigado a voltar para a escola, para sala de aula, sem antes ter sido vacinado. O projeto segue agora para sanção governamental e a gente acredita na sensibilidade do governador Antônio Denarium em sancionar esse projeto que só fará benefícios para a sociedade e fará com que tenhamos um retorno presencial à sala de aula de maneira satisfatório. Muito obrigado!

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Senhor presidente, gostaria que fosse incluído na próxima Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 009/19, que é uma Proposta de Emenda Constituição do Estado de Roraima de n. 12/19. Esse projeto já está aqui há muito tempo, já foi passado para aprovação, e é importante que retorne para o Plenário para votação. Agradeço e gostaria de parabenizar a classe da enfermagem. É momento importante para parabenizar esses heróis e enaltecer o trabalho que vêm desenvolvendo com esforço, dedicação. Parabéns a toda categoria de enfermagem pelo seu dia.

O Senhor Deputado **Renan** – Quero parabenizar o presidente desta Casa, Soldado Sampaio, desejar recuperação plena para ele. Nós sabemos que está passando o que a maioria dos roraimense e brasileiros vem passando devido à Covid. Espero que ele se recupere logo. Quero parabenizar a classe dos enfermeiros, que é uma classe que vem lutando diariamente pela saúde do nosso Estado e merece todo os nossos parabéns. Quero deixar registrado, também, presidente, a questão que vem acontecendo hoje com os garimpos do Estado de Roraima. A gente está sabendo que existem várias operações e essas operações que estão sendo feitas, inclusive está tendo uma manifestação aqui na frente, elas sempre vêm prejudicando o trabalho desses garimpeiros que estão de forma irregular. Ao mesmo tempo, a gente tem uma bancada federal e uma bancada estadual que pode levar voz para esses trabalhadores que querem, de forma legal, trazer também o desenvolvimento para este Estado. A gente sabe que existem irregularidades, hoje, mas é possível que isso seja regulado, pois já acontece no estado do Pará. Então, é uma forma que tanto a bancada federal quanto a estadual podem fazer para que a gente encontre o bom senso e quem sabe dar uma forma digna para eles saírem. Nós temos lá na Praça do Centro Cívico uma estátua principal que é uma imagem de um garimpeiro. Então, é um estado que tem tudo para desenvolver o minério, claro que de forma organizada e com apoio político. Já passou por esta Casa um projeto que teve o apoio do governador e acredito que tem o apoio da maioria dos deputados desta Casa. Gostaria de enfatizar mais uma vez que garimpeiro não é bandido. Infelizmente hoje trabalham na ilegalidade, mas espero que esta Casa, junto com a nossa bancada federal e com o nosso governador apoiem a causa para que eles possam trabalhar de forma honesta e possam trazer desenvolvimento para o nosso Estado. Obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria também, presidente, de me manifestar, hoje, sobre o dia do enfermeiro. Parabenizo todos pela passagem do Dia do Enfermeiro, pedindo a Deus que os ilumine e os ajude a salvar vidas. E para participar, como o nosso amigo Renan falou, sobre os garimpeiros. É triste ver Roraima em uma situação dessas! Deputado, não tenho nenhuma recusa em falar, mas, infelizmente, venderam Roraima, há muito tempo, para as ONGs e hoje, infelizmente, ninguém consegue fazer nada, nem Governo Federal, nem Governo Estadual e nem Governo Municipal. Infelizmente, estamos entregues às ONGs, aos interesses deles e de ninguém mais. Infelizmente é isso. Mas, quero me solidarizar aos garimpeiros que estão sofrendo porque eles precisam sustentar suas famílias. E, queria, presidente, neste momento, convocar a Comissão de Agricultura onde Vossa Excelência é membro, o deputado Chico Mozart, deputado Odilon e Eder Lourinho e eu, para, logo após esta Sessão, nos reunirmos para deliberar matérias que se encontram na Comissão. Obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, quero, inicialmente, parabenizar o deputado Sampaio, presidente desta Casa, pelo transcurso do seu aniversário desejando-lhe muita saúde, felicidades e muito sucesso e desejar-lhe também um pronto restabelecimento, já que ele testou positivo para a Covid-19. Quero, também, agradecer a todos os deputados que compareceram hoje, podendo, assim, possibilitar que esta Casa reunisse as Comissões, em conjunto, e deliberassem matérias importantes para o nosso Estado. Não só as matérias do Poder Executivo, mas, também, as matérias de autoria parlamentar, e com isso, demonstram o interesse e a responsabilidade de todos com o povo de Roraima. Destaco o Projeto do Governo do Estado que amplia o Programa de Renda Cidadã para que o Estado possa levar a milhares de famílias que estão necessitando a ajuda necessária. Tenho certeza que o governador Antônio Denarium e sua equipe, a equipe do Setrabes, com a aprovação dessa Lei, vai poder implementar, com rapidez, a ajuda que o povo precisa. Quero, também, não poderia me calar, tendo em vista as notícias que ainda carecem de confirmação, de conflito no rio Uraricoera, na área da terra indígena Yanomami, notícias de *WhatsApp* dizendo que haveria um conflito onde morreram três ou quatro garimpeiros, ora confirma, ora não confirma, e que teriam também feridos indígenas. Então, esta Casa não pode ficar silente perante esta situação. Nós temos aqui uma Comissão

de Direitos Humanos, uma Comissão de Segurança Pública e em situações anteriores, em legislaturas passadas, esta Casa se fez presente através dessas comissões, verificando, in loco, a situação de todos. Como falou o deputado Gabriel e também o deputado Renan Filho, nós temos um papel importante nisso. Precisamos saber se houve, realmente, esse conflito, se houve morte de garimpeiros, de trabalhadores, como aconteceu isso. Quem foram os autores, se efetivamente aconteceu, se houve também indígenas feridos? Quem fez isso? Isso tem que ser apurado pelos órgãos que têm a competência para fazê-lo, mas a Assembleia pode e deve acompanhar isso. Temos a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Segurança Pública que deve, tem o dever de acompanhar isso e, imediatamente, fazer um relatório para que tudo seja colocado às claras. Quem começou o fato, se aconteceu? Quem matou quem? Quem feriu quem? E que se atribua responsabilidade a todos aqueles que, efetivamente, tenham cometido alguma coisa. A gente percebe muitas vezes que as coisas não são muito esclarecidas e esta Casa pode e deve fazer esse acompanhamento, sim, pode e deve. Esta é a nossa solicitação à Mesa Diretora. Obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente só um minuto, pois convoquei a reunião, mas, infelizmente, só tem nós dois e por isso, vamos transferi-la para segunda-feira e já queremos comunicar que será às dez horas, aqui na Sala de Reuniões. E, gostaria, também, de parabenizar o nosso presidente, deputado Sampaio, pela passagem do seu aniversário e rogar a Deus que o proteja, pois tenho certeza que ele foi um dos consultados pelo Mestre Binda lá do Maranhão, e sei que ele está muito bem acompanhado e tenho fé em Deus que, logo, logo, ele estará recuperado. Obrigado!

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Presidente, gostaria de esclarecer e informar que eu, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, já agendei uma reunião para segunda-feira, às dez horas, para essas tratativas com relação ao garimpo e as demais que serão tratadas.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Parabenizo a senhora deputada presidente da Comissão de Direitos Humanos por estar fazendo seu papel e seu dever, já marcando para segunda-feira uma reunião para tratar do assunto dos garimpeiros. Quero parabenizar o nosso presidente Soldado Sampaio por mais um ano de vida, por mais um aniversário que está desfrutando com sua família e desejo-lhe muita saúde, muita paz e muita sabedoria. Que neste dia especial receba bençãos de saúde na sua vida.

E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e um minuto, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 19 de maio, à hora regimental. Participaram da Sessão as senhoras e os senhores deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalsber Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpor, Odilon filho, Renan, Renato Silva, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

EDITAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, convoca os Excelentíssimos Senhores Parlamentares, de acordo com o art. 23, VI, alínea “b” e art. 119, § 1º, II, e §2º do Regimento Interno da ALE e Resoluções nº 010/2020 e 011/2020, para Sessão Extraordinária Híbrida Remota e Presencial, no dia 12 de julho do corrente ano, às 16h, na Sala de Reuniões da Mesa Diretora, a fim de deliberar o Projeto de Lei Complementar nº 006/2021, de autoria do Poder Executivo que institui a Microrregião de Água e Esgoto no âmbito do estado de Roraima e suas respectivas estruturas de governança, e dá outras providências; os Projetos de Resolução Legislativa nº 043 e 044/2021, de autoria da Mesa Diretora, que tratam sobre a Reestruturação Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 0203/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Renan Bekel de Melo Pacheco**, para viajar com destino a Cidade São Luiz-MA, saindo no dia 03.08.2021, com retorno no dia 06.08.2021,

para participar da Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados e Deputadas – Parlamento Amazônico, conforme o ofício nº 020/2021- gab. pres/parlamazon.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
 Superintendente-Geral
 Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0203/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Renan Bekel de Melo Pacheco**, para viajar com destino a Cidade São Luiz-MA, saindo no dia 03.08.2021, com retorno no dia 06.08.2021, para participar da Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados e Deputadas – Parlamento Amazônico, conforme o ofício nº 020/2021- gab. pres/parlamazon.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
 Superintendente-Geral
 Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0205/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Marcelo Mota de Macedo**, para viajar com destino a Cidade São Luiz-MA, saindo no dia 03.08.2021, com retorno no dia 06.08.2021, para participar da Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 12 de julho de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
 Superintendente-Geral
 Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0206/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a viagem da Servidora Sílvia Maria Macedo Colelho, matrícula 16804, da Resolução nº 0187/2021, publicada no Diário da Assembleia, Edição Nº 3480 de 23 de junho do ano em curso, considerando a solicitação do cancelamento por meio do MEMO/CERIM Nº 032/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 12 de julho de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
 Superintendente-Geral
 Matrícula nº 25567 / ALE/RR

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 031/ALE/2021 PROCESSO Nº 384/2021

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, O APOIO MÚTUO ENTRE AS INSTITUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DE CURSOS OFERTADOS VIA EAD, PELA ESCOLADO LEGISLATIVO DE RORAIMA-ESCOLEGIS. PARTICÍPES:

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA – ALE/RR, CNPJ Nº: 34.808.220/0001-68;
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA – DPE/RR,

CNPJ Nº 07.161.699/0001-10;
 DATA DA ASSINATURA: 24/06/2021

VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES, CONTADOS DE 24/06/2021 ATÉ 24/12/2021

PELOS PARTICÍPES:

FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO – Presidente da ALE/RR;
STÉLIO DENNER DE SOUZA CRUS – Defensor Público Geral da DPE/RR;

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº: 002/2018

PROCESSO Nº: 0714/2017

OBJETO: PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DE 10/07/2021 ATÉ 10/07/2022.

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34.808.220/0001-68

CONTRATADA: F5 PRODUÇÕES EIRELI-EPP
 CNPJ: 18.500.529/0001-30

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.101.01.031.0001.2011/33.90.39-101
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2021

PELA CONTRATANTE: RAIMUNDO NONATO CARNEIRO DE MESQUITA
 PELA CONTRATADA: ADRIANO DA SILVA FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 4544/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora **ICLEIA MOURA DE CASTRO**, matrícula: 23701, 10 (dez) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 22/06/2021 a 01/07/2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 22 junho de 2021. Boa vista - RR, 12 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4545/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora **JACKELINE DE FATIMA CASSIMIRO LIMA**, matrícula: 26424, 7 (sete) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 08/06/2021 a 14/06/2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 08 junho de 2021. Boa vista - RR, 12 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4546/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora **THAIS CRISTINA GARCIA DE OLIVEIRA**, matrícula: 26686, 7 (sete) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 07/06/2021 a 13/06/2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 07 junho de 2021. Boa vista - RR, 12 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4547/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora **LORRAYNY CRISTINA DE SOUSA MORAES**, matrícula: 22258, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, no período de 18/05/2021 a 13/11/2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 18/05/2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812